



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A REPRODUZIR
EM INVOLUCRO RECHADO
DE PLÁSTICO
PODE ABIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL
TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 377668

É preciso pôr fim
a esta política!

de 11 a 14 de junho

Greve ao serviço
de Avaliações

15 de junho (Sábado)

Manifestação Nacional
dos Professores

17 de junho

Greve Geral de Professores
e Educadores

Contra a alterações ao ECD que não decorram de processos negociais efetivos a desenvolver em sede de Ministério da Educação e Ciência.

Pela garantia de não aplicação da mobilidade especial e despedimentos, pela manutenção do horário de trabalho nas 35 horas e pelo respeito pelos estatutos de carreira, incluindo no que respeita a remunerações.

Contra as propostas de revisão do CCT do Ensino Particular e Cooperativo que preveem um violento aumento dos horários de trabalho e uma redução salarial que chega a ultrapassar os 30%, entre outros aspetos propostos pela AEEP.

Pela aprovação de medidas que permitam dar resposta positiva ao grave problema do desemprego que afeta o setor dos professores e rejeição de qualquer alteração às condições previstas para a aposentação.

JFE

Jornal da FENPROF | Director: Mário Nogueira
Mensal | n.º 265 | maio 2013 | 0,50 Euros

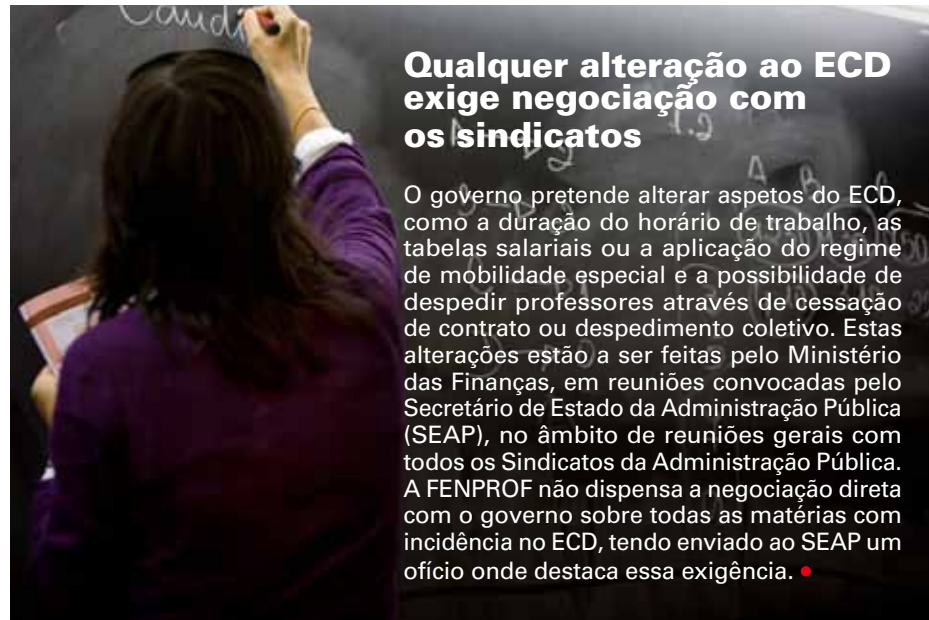
11.º Congresso Nacional dos Professores

Uma escola pública para dar futuro ao país

Resolução sobre Ação Reivindicativa

Pág. 48





Qualquer alteração ao ECD exige negociação com os sindicatos

O governo pretende alterar aspetos do ECD, como a duração do horário de trabalho, as tabelas salariais ou a aplicação do regime de mobilidade especial e a possibilidade de despedir professores através de cessação de contrato ou despedimento coletivo. Estas alterações estão a ser feitas pelo Ministério das Finanças, em reuniões convocadas pelo Secretário de Estado da Administração Pública (SEAP), no âmbito de reuniões gerais com todos os Sindicatos da Administração Pública. A FENPROF não dispensa a negociação direta com o governo sobre todas as matérias com incidência no ECD, tendo enviado ao SEAP um ofício onde destaca essa exigência. •



A luta dos professores

O tempo é muito exigente. As ameaças sobre os professores e a Escola Pública são muito fortes. As medidas já aprovadas ou anunciadas são de grande violência. Esperava-se, pois, uma resposta muito forte das organizações sindicais, à altura da dimensão do ataque, e ela aí está. Em convergência para agir, os Sindicatos de Professores anunciaram um calendário de luta que corresponde ao que os professores têm vindo a propor e a manifestar disponibilidade. É uma luta que tem de ser desenvolvida agora e que não poderá ser perdida, sob pena de, em setembro, já nem sequer haver cacos para colar. O desmantelamento da Escola Pública e o ataque à profissão de Professor estão aí, trazidos pela mão do governo. Dos professores exige-se que, pela luta, ponham fim a esta agressão. •



O anunciado novo roubo aos aposentados

O governo pretende cortar ainda mais aos aposentados. O pretexto é a alegada uniformização das pensões do público com as reformas do privado, mas em causa está, apenas, a intenção de servir as imposições da troika e, ao mesmo tempo, as opções ideológicas dos governantes. A concretizarem-se esses cortes, estaremos perante um profundo desrespeito por quem trabalhou uma vida inteira e um roubo a quem descontou uma vida inteira para poder agora viver. Ao mesmo tempo, estamos perante lutas surdas entre quem pouco se importa com as consequências do que faz: é a troika a mostrar quem manda; é o governo a castigar aqueles por quem nutre ódio:

os funcionários públicos; é Coelho a dizer a Portas quem decide; é Portas a mostrar a todos que as palavras são apenas cortinas de fumo. E enquanto estes jogam baixo contra os mesmos de sempre, é chegada o tempo desses se erguerem para correr com quem os trata assim com desdém. •



Em foco

04

Mobilidade especial

Proposta do Governo é Míssil apontado ao coração da Escola Pública e de milhares de Professores!

Mário Nogueira



Escola Pública

06

Campanha

"Em defesa da Escola Pública"

Caravana continua a correr o país em defesa da Escola Pública

07

Concursos

As irregularidades do MEC e a ação da FENPROF

Ação reivindicativa

08

Luta

Organizações sindicais de professores rejeitam atuais políticas e medidas que o Governo pretende impor e decidem unir-se para lutar



09

11.º Congresso Nacional dos Professores

Documentos aprovados

63

Culturais

Workshops no Museu do Neo Realismo, em V. Franca: O mundo fascinante da Gravura

O governo pretende criar condições para dentro de 3 meses, remeter milhares de professores para a mobilidade especial. Simultaneamente, outras medidas destinam-se a continuar a despedir ainda mais professores contratados. Não são novas, mas são em doses mais violentas para acelerar esse fim horroroso.



Parar este horror sem fim, para evitar um fim horroroso!

O tempo é de luta. Nunca se imaginou que as coisas chegassem ao ponto a que chegaram e o problema maior é que não há quem consiga afirmar onde é que este caminho nos irá levar. Mas todos têm a sensação de estar a viver um horror sem fim.

A mais recente proposta (concreta, escrita) do governo vai no sentido de criar condições legais para, dentro de pouco mais de 3 meses, remeter milhares de professores para a mobilidade especial, iniciando assim um percurso que, passados 18 meses, teria um fim horroroso. Simultaneamente, vão sendo conhecidas, a conta-gotas, outras medidas destinadas a continuar a despedir ainda mais professores contratados. Não são novas, mas são em doses mais violentas para acelerar esse fim horroroso.

Entretanto, também já foi anunciado pelo ministro, que há pouco mais de um mês afirmara o contrário, a intenção de aumentar o horário de trabalho para as 40 horas. Por seu turno, o secretário de estado da Administração Pública tornou pública a intenção de impor uma ainda maior redução salarial, decorrente da extinção das tabelas remuneratórias que constam dos estatutos de carreira dos docentes. Mas há mais...

Por exemplo, para além dos fortíssimos cortes orçamentais impostos, no Parlamento, por PSD e CDS, através do Orçamento do Estado para 2013, a Educação – o funcionamento das escolas, a qualidade do ensino e os apoios sociais aos alunos e suas famílias, sublinhe-se – será vítima do violento corte de 6.100 milhões de euros com que o governo português se comprometeu perante os agressores da troika. Assim, a Educação, este ano, deverá levar uma nova e violentíssima redução orçamental, que conheceremos quando for pública a proposta de lei contendo o designado orçamento retificativo. Mais e maiores mega-agrupamentos, currículos mais pobres, mais alunos nas turmas, maior segregação de alunos com necessidades educativas especiais, menos apoios sociais a famílias que estão ainda mais carenciadas, afastamento de trabalhadores não docentes das escolas, corte

ainda mais forte nas horas destinadas ao desempenho de funções e cargos, desvio, em massa, de alunos para percursos escolares menos qualificados... muitas destas possibilidades, ou mesmo todas, poderão tornar-se realidade a curtíssimo prazo, ou seja, em setembro próximo.

Neste contexto extremamente preocupante, Nuno Crato surge como mera figura de retórica. Era necessário alguém que ocupasse o cargo de ministro da Educação – seria escandaloso o governo prescindir desse ministério – aceitando, contudo, que a função é para ser exercida por secretários de estado do ministério das Finanças.

A Educação navega sem rumo entre os cada vez mais escassos euros que Vítor Gaspar lhe atribui, as elegibilidades do fundo social europeu e alguns laivos de revivalismo bacoco – e perigoso – de um ministro que continua a simpatizar com uma escola que já não tem lugar no século XXI.

É, pois, num quadro de grande complexidade e enormes dificuldades que a luta dos professores terá de se desenvolver. Uma luta excepcionalmente dura, é verdade, porque duras e excepcionalmente violentas são as ameaças que pendem sobre os professores e a Escola Pública.

Consciente dessas dificuldades e da necessidade de juntar forças, o 11.º Congresso da FENPROF decidiu valorizar a convergência com outras organizações e, em bom tempo, tomou essa decisão. Será assim que a luta se irá concretizar e por razões que são as mais nobres: defender o emprego e as condições de trabalho dos professores, sem dúvida, mas, ao mesmo tempo, defender a Escola Pública, a qualidade do ensino e o futuro das crianças e jovens portugueses.

Face a tão elevado objetivo, nenhuma luta será excessiva tudo devendo ser feito para que seja eficaz. Assim, não há espaço para meios-termos: nesta luta, ou se ganha ou se perde. Sair derrotado significaria perder o essencial de um futuro que se constrói ou destrói no presente. Por essa razão, só há uma hipótese: vencer. Lutemos por isso! •

Nunca lutar foi tão difícil Nunca vencer foi tão necessário

MÁRIO NOGUEIRA
(Secretário-Geral da FENPROF)



ficha técnica

Jornal da FENPROF | Propriedade, Redação e Administração: Federação Nacional dos Professores | Rua Fialho de Almeida, 3 | 1070-128 LISBOA | Tels.: 213819190 - Fax: 213819198 E-mail: fenprof@fenprof.pt | www.fenprof.pt | Diretor: Mário Nogueira | Chefe de Redação: Luís Lobo | Luís Lobo@sprc.pt | Conselho de Redação: António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Luís Lobo (SPRC), Manuel Grilo (SPGL), Manuel Nobre (SPZS), Nélio de Sousa (SPM) | Coordenação técnica e apoio à Redação: José Paulo Oliveira (jornalista) | jppo@sapo.pt | Paginação e Grafismo: Tiago Madeira | Revisão: Inês Carvalho e Luís Lobo | Fotos: Jorge Caria e Arquivo FENPROF | Impressão: MULTIPONTO, S.A. | Tiragem média: 55.000 ex. | Depósito Legal: 3062/88 | ICS 109940 | NIPC: 501646060 | O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redação reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Mobilidade Especial

Proposta do Governo é Míssil apontado ao coração da Escola Pública e de milhares de Professores!

O anteprojeto de proposta de lei do governo sobre Mobilidade Especial, disfarçado sob a designação “sistema de requalificação dos trabalhadores em funções públicas”, a aplicar-se, provocará uma enorme tragédia social, com implicações gravíssimas nas mais diversas áreas da Administração Pública portuguesa, designadamente na Educação.

Sem prever a negociação com as organizações sindicais de docentes – apesar de estar a ser alterada matéria relativa aos seus estatutos de carreira – o governo pretende aplicar o regime de Mobilidade Especial aos educadores de infância, aos professores dos ensinos básico e secundário e aos docentes do ensino superior.

Acresce que, matéria como a do “Regime de Mobilidade”, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 23/98, de 26 de maio, só pode ser alvo de negociação a qualquer momento do ano, portanto, antes de 1 de setembro, “desde que as partes contratantes nisso acordem”. A FENPROF e a Frente Comum, estrutura que a FENPROF integra, não dão o seu acordo a esta “negociação” fora de tempo, pelo que a sua eventual prossecução constituirá uma grave ilegalidade!

Relativamente ao ensino superior, a estratégia do governo parece passar por novos e violentos cortes no financiamento, forçando as instituições a aplicarem as regras gerais da mobilidade, passando o odioso para os órgãos das Universidades e Institutos Politécnicos e abrindo portas a todas as discricionariedades por parte de “superiores hierárquicos”.

Catástrofe

Quanto à Educação Pré-Escolar e aos Ensinos Básico e Secundário, cujos docentes são abrangidos pelo ECD (Estatuto da Carreira Docente) a intenção declarada é a de, já em setembro próximo, atirar para a Mobilidade Especial os docentes com horário-zero que, no dia 1, não tenham obtido colocação em concurso de mobilidade interna.

Poderão ser milhares, dependendo isso da vontade política dos responsáveis do MEC. Se, como propõe a FENPROF, o ministério aprovar a lista de atividades efetivamente letivas desenvolvidas pelos docentes, então não haverá qualquer professor em Mobili-

dade Especial; caso não o faça e, não só, mantenha todas as medidas impostas para eliminar postos de trabalho, mas ainda tome outras mais violentas, tais como o aumento do horário de trabalho em 14% (de 35 para 40 horas), então será catastrófico! Parece ser esse o caminho que o governo pretende seguir e, assim, a tragédia pode chegar em ritmo acelerado.

Trata-se de uma decisão política fundamental, pois dela dependerá o futuro, quer das escolas e da sua capacidade de resposta, quer de milhares de professores e respetivas famílias.

Desconhece-se o número de professores a atirar para a Mobilidade Especial, mas há indicadores que não podem ser ignorados:

- 10.000, o número que a troika adiantou em março, no âmbito da chamada sétima avaliação;

- 12.000, o número de vagas negativas que o MEC inscreveu no concurso de professores;

- 13.300, o número de professores com horário-zero que se registou em agosto passado, já muito próximo do início do ano letivo;

- 14.000, o número que foi referido no relatório FMI/governo português, divulgado em janeiro.

Se o governo concretizar as suas intenções, que correspondem a uma imposição da troika e, simultaneamente, a um desejo dos governantes como tem sido tornado público, os milhares de docentes que caírem na teia da Mobilidade Especial, já em setembro, receberão, a partir daí, apenas 2/3 do seu salário. Como o teto máximo pretendido pelo governo é de 1.455 euros (três vezes a remuneração mínima garantida), um professor que se encontre no topo da carreira e seja apanhado nesta teia terá um corte de 52,9% da sua remuneração já dentro de 4 meses. Se considerarmos o ensino superior, então a redução imediata aplicada aos docentes poderá ultrapassar os 60%!

A remuneração ir-se-á então reduzindo, valendo apenas 1/3 do salário ao fim de 1 ano, sendo-lhe roubada toda a remuneração logo que atingir ano e meio de Mobilidade Especial.

Nesse momento, o docente também não terá direito a qualquer prestação social



“**Todos são alvo deste governo e muitos milhares serão vítimas se não for desenvolvido um forte combate contra medidas tão devastadoras e políticas que deixam um rasto de terra queimada em resultado da ação de um governo que rouba o futuro a milhões de portugueses!**”

e será, simplesmente, atirado para a miséria, eventualmente ficando dependente da comiserção de familiares ou amigos. Muitos destes docentes têm filhos a estudar e compromissos financeiros a honrar, assumidos quando nada faria supor esta hecatombe. Como irão sobreviver?

O projeto do governo vai ainda mais longe ao pretender revogar, no seu artigo 41.º, o artigo 88.º da Lei 12-A/2008. Este artigo impossibilitava a cessação de contrato /despedimento a quantos, em 1 de janeiro de 2009, transitaram da nomeação definitiva para o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, o que levou muitos a considerarem que, apesar da mudança, “tudo se mantinha na mesma”.

A concretizar-se esta revogação, qualquer trabalhador poderá ser despedido por extinção do seu posto de trabalho, como poderá ter lugar um despedimento coletivo por via da fusão ou extinção de organis-

mos. Isto significa que na sequência do encerramento de escolas e da criação de mega-agrupamentos os professores serão alvos preferenciais dos atos de terrorismo do governo, correndo elevado risco de serem apanhados neste processo.

A FENPROF rejeita e repudia esta proposta do governo e reclama:

- A não aplicação das regras de Mobilidade Especial, designadamente na Educação, pois, comprovadamente, não há Professores a mais nas escolas!

- A elaboração urgente, pelo MEC, da listagem de todas as atividades dos docentes que são letivas, a incluir no despacho sobre organização do próximo ano letivo;

- A negociação efetiva do despacho sobre organização do próximo ano letivo, pois, a consumarem-se as ameaças que pairam, poderá ter um forte e violento impacto na vida das escolas e de milhares de profissionais docentes;

- O respeito do governo pela Lei da negociação coletiva na Administração Pública que impede o desenvolvimento neste momento de qualquer processo negocial que vise, nomeadamente alterar o “regime de mobilidade”;

- A negociação direta, com a FENPROF, de qualquer medida que altere, suprima ou adicione disposições legais aos estatutos de carreira. Neste caso concreto, a FENPROF não delega a sua representação em qualquer outra instância, o que dará a conhecer à Secretaria de Estado da Administração Pública e ao MEC;

- A negociação, com a Assembleia da República, da aplicação da Mobilidade Especial aos docentes, caso o governo não a retire da proposta de Lei que ali fará chegar. Também nesse caso, a FENPROF não delegará a sua representação em qualquer outra instância.

A FENPROF reafirma: **não há professores a mais!** Há, isso sim, escola a menos e um governo que destrói Portugal e a vida dos portugueses: urge demití-lo! Com esse objetivo em primeiro lugar, a FENPROF apela a todos os educadores e professores para que manifestem a sua máxima disponibilidade para lutarem contra esta e outras medidas já anunciadas para a Administração Pública e se envolvam em todas as ações e lutas que, inevitavelmente, serão convocadas.

Todos são alvo deste governo e muitos milhares serão vítimas se não for desenvolvido um forte combate contra medidas tão devastadoras e políticas que deixam um rasto de terra queimada em resultado da ação de um governo que rouba o futuro a milhões de portugueses!

Com este governo e estas políticas não há possibilidade de consenso

Bem podem os governantes tentar enganar os portugueses com uma ida aos mercados, o ministro das Finanças fingir preocupações sociais antes de dormir descansado, o presidente do CDS fugir às responsabilidades que tem neste processo de empobrecimento forçado e violento dos portugueses ou o Presidente da República acomodar-se no seu habitual silêncio que já não conseguem disfarçar as verdadeiras intenções que têm quando castigam os portugueses, de forma continuada, com as políticas que impõem. Com este governo e estas políticas não há possibilidade de consenso, mas apenas necessidade de profunda rutura!

Na sequência da clarificação destas medidas que o governo pretende aplicar aos professores dentro de 4 meses, o Secretariado Nacional da FENPROF foi convocado para uma reunião extraordinária a realizar em Lisboa na próxima sexta-feira. ●

Declaração apresentada e comentada por Mário Nogueira, Secretário-Geral da FENPROF, em Coimbra, no passado dia 8 de Maio



Campanha termina a 6 de junho Caravana continua a correr o país em defesa da Escola Pública

O Governo PSD-CDS estabeleceu como medida estratégica para esta legislatura reduzir ao mínimo o papel do Estado no que a Constituição da República define como sendo suas funções sociais.

Educação, Saúde e Segurança Social públicas estão, pois, na mira deste governo, mas também do FMI/BCE/UE, e as medidas que concretizam esse objetivo desenvolvem-se a partir da redução brutal dos seus recursos humanos. Em nome de uma redução da despesa, única forma adotada para controlar as finanças do Estado,

as medidas multiplicaram-se em dois anos: fusão de serviços, redução da capacidade de oferta pública, corte no financiamento e no investimento e, decorrendo da situação gerada, despedimentos ou aumento da precariedade laboral, redução de salários e subsídios, aumento do horário de trabalho, abatimento na retribuição do serviço extraordinário e destruição das carreiras, entre outras medidas negativas.

A Escola Pública é, assim, um dos alvos a atingir e a sua privatização ou concessão a privados são o objetivo apontado pelo atual governo, cuja resistência, contudo,

que as populações e o movimento sindical têm imprimido, tem conseguido, em parte, combater e evitar.

A FENPROF determinou, assim, no seu 11.º Congresso, a necessidade de realizar uma grande campanha de esclarecimento e mobilização do país em defesa da Escola Pública, percorrendo-o em toda a sua dimensão (continente e regiões autónomas) numa caravana que será, para além de um momento de debate e valorização deste segmento da vida democrática do país, uma grande mostra do papel determinante da Escola Pública no desenvolvimento nacional, cultural, educativo, económico e civilizacional.

Desde 14 de maio e até 6 de junho, o país está a ser percorrido por uma caravana que integrará exposições temáticas, projeção vídeo de depoimentos de pessoas publicamente reconhecidas, a subscrição de um protesto individual, distribuição de informação à população, espetáculos, exposições de escolas, debates e concentrações em defesa da Escola Pública, iniciativas que engrandecem o país e a democracia.

Esta iniciativa, que começou no Porto, na Praça da Liberdade, e terminará em Lisboa em 6 de junho, na Praça da Figueira, está a passar por todos os distritos do continente e nas regiões autónomas, segundo o calendário que aqui se apresenta. •

CALENDÁRIO DA CARAVANA



| Dia | Da semana | Distrito |
|--------------|---------------|------------------------------|
| MAIO | | |
| 14 | Terça-feira | Porto |
| 15 | Quarta-feira | Viana do Castelo |
| 16 | Quinta-feira | Braga |
| 17 | Sexta-feira | Bragança |
| 20 | Segunda-feira | Vila Real |
| 21 | Terça-feira | Viseu |
| 22 | Quarta-feira | Aveiro |
| 23 | Quinta-feira | Coimbra |
| 24 | Sexta-feira | Guarda |
| 27 | Segunda-feira | Castelo Branco |
| 28 | Terça-feira | Leiria |
| 29 | Quarta-feira | Regiões Autónomas e Santarém |
| 30 | Quinta-feira | Portalegre |
| 31 | Sexta-feira | Évora |
| JUNHO | | |
| 3 | Segunda-feira | Beja |
| 4 | Terça-feira | Faro |
| 5 | Quarta-feira | Setúbal |
| 6 | Quinta-feira | Lisboa |

➤ **INFO** fenprof.pt/CampanhaEscolaPublica

Concursos

As irregularidades do MEC e a ação da FENPROF

O objetivo do atual concurso (exigência da troika e dos governantes) serve para excluir. Os lugares sinalizados como negativos não serão recuperados, alertou a FENPROF, em conferência de imprensa realizada recentemente em Coimbra, com a presença de Mário Nogueira.

A FENPROF sublinhou, no diálogo com os jornalistas, três aspetos fundamentais:

- As situações de desigualdade;
- O lançamento de procedimento concursal de maneira incompetente;
- O desrespeito por quem vai concorrer, pelas escolas e pelos diretores.

Destacando que este concurso abriu com 618 vagas positivas e mais de 12.000 negativas, a FENPROF recorda que há quatro anos havia 20.000 positivas e 3.000 negativas (na altura, só entraram nos quadros 396 docentes).

Nenhum contratado entrará no quadro este ano e os 603 que vincularam pelo concurso externo extraordinário dificilmente escaparão aos horários zero, alertou o Secretário Geral da FENPROF.

O Secretário de Estado da Administração Educativa, João Casanova, diz que os critérios são as necessidades que a administração determinou a partir do conhecimento das escolas, mas o formulário comprova que as vagas que resultariam como positivas não saíram na portaria das vagas a concurso.

“Temos exemplos de muitas escolas que dizem que as necessidades das escolas de mais professores ficaram a zero”, revelou a FENPROF neste encontro com a comunicação social,

Aspeto curioso, em várias escolas: o número de vagas negativas a concurso é igual ao número de professores que as escolas têm. Isto quer dizer que o serviço que seria necessário prestar seria entregue a contratados, sem quadro e sem carreira, caso os do quadro saiam (aposentação ou outros motivos). O serviço passaria a ser prestado por precários.

Semelhança assustadora:

O FMI disse que em janeiro deveriam ser atirados para a mobilidade especial primeiro 14.000, depois 10.000. O número que resulta é a média destes dois números. Troika *dixit* e o governo cumpre!... Estratégia deliberadamente tomada, a partir do aumento do número de alunos por turma, alterações curriculares, aumento do horário e mega-agrupamentos. Isto, destaca a FENPROF, é o resultado de quatro anos de políticas



“**Um professor com 20 ou mais anos ficará num escalão como se estivesse a iniciar agora sua profissão... “Incompetência, desigualdade e desrespeito, são as características deste concurso”.**”

para concretizar as medidas impostas pela troika. Este é o corolário de quatro anos a deitar abaixo e a criar dificuldades, sublinhou Mário Nogueira.

Incompetência:

O MEC, com os 67 agrupamentos publicados em janeiro, fez desaparecer parte das escolas, como se os agrupamentos já estivessem efetivamente criados, quando muitos estão em processo de contestação jurídica.

No passado dia 23 de abril, o MEC veio esclarecer que nestes casos, quando se concorre para um código, estão a concorrer para outras escolas agrupadas. Como os agrupamentos de março/abril ainda não estão efetivados, quem concorre para uma escola, em setembro, até pode estar sujeito a ter de trabalhar noutra escola, entretanto agrupada.

Desigualdade:

Os professores contratados podem pedir renovação do contrato. Porém, com o con-

curso geral, todos são obrigados a concorrer. Só que o MEC exclui desta obrigação os professores contratados por oferta de escola, em que se incluem várias situações irregulares, detetadas pelo MEC e IGEE. Estes vão poder pedir renovação, apesar de, na maior parte, serem menos graduados do que aqueles. A FENPROF entende que é da mais elementar justiça anular esta desigualdade.

Má fé e inconstitucionalidade:

Este regime de concurso, muito contestado pela FENPROF, foi aprovado com uma dimensão dos quadros de zona pedagógica inferior ao que, com a nova portaria, passou a existir. À luz da lei geral da administração pública isto é inaceitável. O MEC, “contornando” esta regra, aumentou a dimensão dos quadros obrigando professores a deslocarem-se centenas de quilómetros.

Outra desigualdade:

Os professores contratados que consigam entrar no quadro ficarão no primeiro escalão da carreira docente e não serão repositados de acordo com o seu tempo de serviço em escalão superior. Um professor com 20 ou mais anos ficará num escalão como se estivesse a iniciar agora sua profissão... “Incompetência, desigualdade e desrespeito, são as características deste concurso”, concluiu Mário Nogueira.

O que vai fazer a FENPROF?

A Federação vai impugnar a Portaria n.º 156-B/2013 – Criação dos novos quadros de zona pedagógica

Quanto à portaria que alterou a dimensão dos quadros de zona pedagógica, a FENPROF vai avançar com a sua impugnação, tendo em conta que a mesma foi imposta à margem da negociação com a FENPROF. Violou a legislação sobre negociação coletiva porque não só não negociou o calendário de reuniões, a que está obrigado, como limitou o processo à sua apresentação de propostas, não permitindo que a FENPROF emitisse e negociasse as suas próprias propostas e o parecer sobre o projeto do governo

Relativamente à portaria que publicita as vagas para o concurso interno e externo de ingresso em quadro, bem como em relação ao aviso de abertura do concurso, há um conjunto de situações que configuram irregularidade/ilegalidades que se encontram em apreciação pelo gabinete jurídico da FENPROF, no sentido de sobre esta matéria, também, a FENPROF tomar as medidas jurídicas ajustadas para impedir o seu prosseguimento. | LL com JPO •



As organizações manifestaram a sua total abertura ao diálogo e à negociação no sentido de serem encontradas soluções para os problemas que levaram a que tomassem estas decisões

Luta

Organizações sindicais de professores rejeitam atuais políticas e medidas que o Governo pretende impor e decidem unir-se para lutar

As organizações sindicais de professores ASPL, FENPROF, FNE, SEPLEU, SINAPE, SINDEP, SIPE, SIPPEB e SPLIU reuniram-se em Lisboa a 16 de maio para analisarem a atual situação política, social e económica do país e as suas graves implicações na Educação.

Num momento marcado por uma contínua desvalorização da Escola Pública, uma acentuada degradação das condições de trabalho nas escolas e um enorme aumento da instabilidade e do desemprego dos professores é com forte preocupação que as organizações registam a intenção do governo de impor mais e mais graves medidas, tais como a aplicação da mobilidade especial aos professores já a partir do próximo mês de setembro, a possibilidade de despedimento de professores na sequência da cessação dos seus contratos de trabalho, o anunciado aumento do horário de trabalho para as 40 horas e a eventual eliminação das tabelas salariais que constam dos seus estatutos de carreira.

Acrescem estas medidas a outras como a imposição de muitas que se destinam unicamente à eliminação de horários de trabalho, de onde relevam a criação de mega-agrupamentos, o aumento do número de alunos por turma ou as alterações curriculares que entraram em vigor no presente ano letivo. Também os cortes orçamentais previstos para o funcionamento das escolas, a par dos que se repercutirão nos apoios sociais devidos aos alunos mereceram a rejeição destas organizações sindicais. Por fim, denunciam publicamente a intenção da AEEP de impor um novo contrato coletivo de trabalho (CCT) para os docentes do Ensino Particular e Cooperativo (EPC) que é um verdadeiro atentado à profissão de Professor e às suas condições de exercício profissional.

Face à situação vivida e ao seu anunciado agravamento, as organizações decidiram:

- Denunciar qualquer alteração ao ECD que não decorra de processos negociais efetivos a desenvolver em sede de Ministério

da Educação e Ciência, rejeitando, assim, a estratégia do governo que passa por enviar propostas de Lei para a Assembleia da República e que são da autoria das Finanças;

- Solicitar reuniões às Confederações de Pais e suas federações distritais com o objetivo de debater a atual situação na Educação e encontrar formas comuns de intervenção;

- Dirigir-se a todas as associações de pais e associações de estudantes com o objetivo de expor a sua apreciação da atual situação e proporem tomadas de posição convergentes;

- Solicitar reuniões a todos os partidos políticos com representação parlamentar;

- Exigir, de imediato, ao governo a garantia de não aplicação da mobilidade especial e despedimentos, a manutenção do horário de trabalho nas 35 horas e o respeito pelos estatutos de carreira, incluindo no que respeita a remunerações;

- Repudiar veementemente as propostas de revisão do CCT do EPC que preveem um violento aumento dos horários de trabalho e uma redução salarial que chega a ultrapassar os 30%, entre outros aspetos propostos pela AEEP;

- Exigir também a aprovação de medidas que permitam dar resposta positiva ao grave problema do desemprego que afeta o setor dos professores e rejeitar qualquer alteração às condições previstas para a aposentação, assim como quaisquer medidas que impliquem a redução das pensões de aposentação;

- Convocar uma Manifestação Nacional de Professores, Educadores e Investigadores para 15 de junho, em Lisboa. Mereceu ainda amplo consenso a convocação de greve ao serviço de avaliações para os dias 11, 12, 13 e 14 de junho, bem como a convocação de Greve Nacional de Professores, Educadores e Investigadores Portugueses para 17 de junho.

As organizações manifestaram a sua total abertura ao diálogo e à negociação no sentido de serem encontradas soluções para os problemas que levaram a que tomassem estas decisões. Reafirmam a sua oposição às políticas e medidas a que estão a ser sujeitos a Educação em geral, a Escola Pública e todos os profissionais do setor, sejam do público ou do privado, e que põem em causa a qualidade do ensino, a igualdade de oportunidades de muitas crianças e jovens no que respeita ao acesso e sucesso escolar e educativo, bem como o futuro de muitos milhares de professores, educadores e investigadores. •

As Organizações Sindicais de Professores 16/05/2013



Índice

10.

Sessão de Abertura
Intervenção de Mário Nogueira, Secretário-Geral da FENPROF

13.

Momentos salientes da sessão de abertura

14.

Reitor António Nóvoa, na sessão de abertura do 11º Congresso Nacional dos Professores:
"Ninguém tem o direito de ficar em silêncio"

16.

Aprovado Programa de Ação Os professores, a escola e o futuro

I. Um tempo de retrocesso na sociedade e na educação

II. O neoliberalismo em educação

III. As mudanças necessárias: diagnóstico, apreciações e propostas

IV. A FENPROF e a ação sindical

42.

Moções

46.

Seminário Internacional
"Os efeitos da crise na Educação e o necessário combate sindical"
O mundo do sindicalismo tem uma palavra a dizer!

48.

Resolução sobre a ação reivindicativa
Uma escola pública para dar futuro ao país

56.

Iniciativas, ações e lutas
Uma forte luta em defesa do emprego, da estabilidade, dos direitos sociais e profissionais e dos salários, pensões e reformas. uma luta em defesa do futuro!

59.

Órgãos da FENPROF

60.

Entrevista
À conversa com o Presidente da CNTE, Roberto Franklim Leão

Mário Nogueira na Sessão de Abertura:

Saimos daqui mais fortes para agir!

Exm.ª Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Dr.ª Simonetta Luz Afonso

Exm.º Senhor Reitor da Universidade de Lisboa, Professor Antónia Nóvoa

Camarada e Amigo Presidente do Conselho Nacional da FENPROF, João Cunha Serra

Senhoras Convidadas e Convidados

Senhoras e Senhores Jornalistas

Amigas e Amigos Delegadas e Delegados ao 11.º Congresso Nacional dos Professores

Ainda de Abril nos chega o cheiro dos cravos vermelhos e, de Maio, pelo que assistimos há dois dias, a força de muito povo, e eis que o nosso 11.º Congresso se inicia com muitos desafios pela frente, qual deles o mais difícil, porque difícil e complexa, e eu acrescentaria, perigosa é a situação que se vive no mundo, na Europa e neste país à beira do precipício plantado. Os efeitos da crise e da espiral recessiva em curso são os que todos nós conhecemos porque os sentimos diariamente na pele. São gravíssimas as implicações do que está a acontecer na vida das pessoas, de cada pessoa, e também extremamente preocupantes para a organização económica, social e política da nação portuguesa.

Neste contexto, a Educação tem sido, no quadro do ataque às funções sociais do Estado, dos alvos preferenciais das políticas neoliberais em execução e de práticas que já levaram o Primeiro-ministro a afirmar ser um dos setores da vida pública que tem menor proteção constitucional, logo onde se tornaria mais simples cortar e aligeirar a presença do Estado. Poderia esta consideração de Passos Coelho decorrer de uma deficiente interpretação ou escassa leitura da Constituição da República Portuguesa, mas não é assim. Estamos perante um desejo que resulta de uma opção política, que, contudo, esbarra nos artigos 74.º e 75.º da, para Passos Coelho, inoportuna Constituição.

Com a Educação no centro dos ataques da governação, professores, educadores e investigadores tornaram-se vítimas principais destas políticas que são – e à medida que o tempo passa percebemos ainda melhor – políticas de terra queimada. O que poderá surgir das cinzas todos sabemos que nunca será grande coisa, pois nunca é a democracia que aproveita os tempos de desesperança

e desconstrução em que muitos valores tombam, perdidos na escuridão das trevas. Cumpre-nos, por isso, não deixar apagar a luz da esperança que deverá continuar a encontrar energia nos ideais de um Abril que se libertou de amarras para devolver futuro aos portugueses. Vivemos hoje esse futuro que, feito presente, defrauda o que o passado nos quis dar. Porém, este presente em que nós somos protagonistas, vai a tempo de se redimir se for capaz, se formos capazes, de dar outro rosto ao futuro. Um rosto diferente porque melhor e porque efetivamente democrático.

Colegas,

O mundo não está para brincadeiras e, de uma forma geral, não se recomenda. Valem alguns focos de esperança que se vão acendendo ou mantendo acesos em boa parte da América Latina. Dai chega-nos uma lição: com solidariedade e cooperação entre os povos é possível fazer frente às potências capitalistas, são possíveis alternativas, ou seja, outro mundo é mesmo possível!

Na Europa os poderosos não desistem de tentar esmagar os mais frágeis e não olham nem desperdiçam meios para fazerem aumentar a exploração; não se revelam sensíveis pelas trágicas consequências sociais da sua ingerência em diversos países, daí forçarem cada vez mais o violento choque de empobrecimento a que sujeitam milhões de pessoas, roubando-lhes a vida, pois esta é muito mais do que apenas sobreviver em cada dia que passa.

A receita de austeridade imposta por UE, BCE e FMI confirma-se tragicamente violenta, mas nem por isso há sinais de abrandamento. A troika não pára, procurando servir até à última gota da nossa seiva. Nesse sentido, encontra neste país, por enquanto, terreno fértil para o fazer, pois conta com o apoio de ervas daninhas que estão a destruir Portugal. Neste assalto que nos é movido, a troika não se contenta apenas em apoderar-se da riqueza nacional pois, como Merkel lembrava há dias, quer também apoderar-se da nossa soberania, pondo em causa o próprio regime democrático que nasceu com Abril. Portugal, como Espanha, Grécia, Itália, Chipre ou

Irlanda, já para não falar de muitos outros que se encontram à beira da rutura, incluindo no lado leste da Europa, sufocam às mãos de interesses que evidenciam ganância, violência e insensibilidade, confirmando que os mercados, esses seres sem rosto nem alma dominados por especuladores e agiotas, não conhecem limites, nem reconhecem dramas humanos.

A reação da Europa, porém, tarda. Portugal, Espanha, Grécia ou Chipre estão nas mãos de quem é ainda mais troikista do que a troika, pois as políticas que lhes são impostas assumem, para si, o papel de bússola que orienta um percurso que é desejado; a Itália oscila entre a ingovernabilidade e a governação precária; da França chegamos alguma desilusão sobretudo para os que encontraram ali o renascer de alguma esperança; a Islândia deixa-nos a pensar que o crime, afinal, pode compensar. Neste contexto, também no plano internacional e, em particular europeu, é necessário que o movimento sindical se articule para promover ação convergente.

Seja como for, apesar dos violentos ataques a que estamos sujeitos, apesar da inadmissível ingerência externa na nossa vida, dos cortes e recortes que se sucedem, das leis que revogam outras leis mais positivas ou de medidas que não respeitam qualquer lei, não podemos nem vamos perder a confiança no futuro, porque isso significaria perdermos a confiança em nós mesmos e



“

Para que a luta aconteça e contribua para a resolução dos problemas – o que exige um crescente protesto e sempre a assunção de proposta – é necessário romper com o ciclo de silêncios que paralisam.

na nossa capacidade de mudarmos o rumo desta história. A História de Portugal ensinamos que os portugueses sempre souberam, ao longo dos tempos, expulsar invasores e, simultaneamente, livrar-se de traidores. Não seriam os portugueses de agora que iriam manchar a memória dos seus antepassados.

A política que o governo PSD/CDS leva por diante é verdadeiramente escandalosa porque desrespeita Portugal e os portugueses. Uma política que, diga-se em abono da verdade, tem a corresponsabilidade do Presidente da República que assume ser presidente de apenas alguns, corporizando o velho sonho da direita: um governo, uma maioria e um Presidente só seus! Eles aí estão, unidos, a arrasar Portugal. E já agora, porque não é pormenor, não desvalorizemos a mesquinhez deste presidente que vai ao

ponto de esquecer notáveis portugueses como José Saramago. Não se preocupe o Presidente que a sombra de Saramago apenas concorre com a de outros portugueses de dimensão superior, semelhante à do nosso Nobel e nunca à de Cavaco Silva.

Voltando à política do governo, se já seria criminoso cortar na Educação e no conjunto das funções sociais do Estado mais 4000 milhões de euros, que dizer de um corte que, afinal, deverá atingir os 4700 milhões a que, a pretexto da declaração de inconstitucionalidade de diversos aspetos do OE para 2013, acrescerá um corte de 1300 milhões, totalizando 6000 milhões de corte na despesa do Estado? Não podemos aceitar isso. Para proteger crimes de banqueiros, de diversos especuladores e até de alguns governantes, não podemos admitir que o governo cometa os crimes sociais que comete e só há uma forma de o parar: demitir urgentemente este governo, exigindo do Presidente da República a convocação de eleições!

Portugal não aguenta mais este elevado índice de criminalidade social praticada pelo governo do PSD e do CDS que tem a bênção do presidente da República!

Travar estas políticas não é fácil, mas é possível, sendo que, nesse sentido, se exige a construção de uma alternativa que seja democrática e patriótica, capaz de dizer não à troika e ao que ela representa e de virar a página desta história de terror, mandando para o caixote do lixo as políticas de direita que estão também a destruir a nossa Democracia. E digo isto, porque não há Democracia:

- Quando a pobreza extrema toma conta da vida de milhões de pessoas, deixando a maioria sem emprego e, assim, sem futuro;
- Quando milhares de crianças chegam diariamente com fome à escola;
- Quando os ricos se tornam mais ricos à custa da pobreza que, brutalmente, atinge um cada vez maior número de famílias;
- Quando a Escola Pública deixa de dar as respostas que as crianças, os jovens e o futuro necessitam;
- Quando há quem morra por não ter dinheiro para pagar o tratamento e quem se suicide por ter deixado morrer a esperança;
- Quando as leis, incluindo a lei fundamental, passam a ser um estorvo e são desrespeitadas de forma grosseira e continuada;
- Quando há quem passe a vida a trabalhar para receber um salário miserável, de valor abaixo do limiar da pobreza e, apesar disso, tema reivindicar os seus direitos por ameaça de ficar sem nada;
- Quando a Pátria deixa de ter lugar para os seus jovens e os exporta;
- Quando o governo decide punir de forma agravada, como se a crise fosse por si criada, os mais velhos, os doentes, os desempregados, os funcionários públicos e, em geral, os trabalhadores.

Havia e há quem afirme que já não há patrões e trabalhadores, mas apenas colabo-

radores... que isso da luta de classes é coisa do passado... Pois bem, se alguém tivesse dúvidas, ela aí está, com toda a sua violência a sacrificar muito e muitos para enriquecer muito poucos. A resposta dos trabalhadores não pode ser adiada e, nestas circunstâncias, deixar de ser dura. Democrática sempre, mas dura porque dura é a razão que a sustém! Lembremos Brecht que, a este propósito, escreveu “do rio que tudo arrasta diz-se que é violento, mas ninguém chama violentas as margens que o comprimem”. Brecht atual como sempre.

Mas para que a luta aconteça e contribua para a resolução dos problemas – o que exige um crescente protesto e sempre a assunção de proposta – é necessário romper com o ciclo de silêncios que paralisam. Hoje, para grande número de pessoas, o medo do que vem a seguir substituiu a indignação em relação ao que está a acontecer em cada momento. A pior medida é sempre a que ainda vai ser anunciada e isso provoca um misto de expectativa e medo, que leva a silêncios e até à demissão cívica por parte de quem já está muito cansado de protestar e continuar a ser atingido. Por vezes, essa fuga ao protesto e à luta, essa demissão cívica funciona como um bálsamo que cria a ilusão de as coisas não estarem a acontecer como estão. Muitos refugiam-se nesse silêncio e apenas acordam para o problema quando já é tarde para o evitar.

A direita que governa gere este estado de espírito dos cidadãos e sabe que essa manipulação psicológica é essencial para prosseguir com os atos de terrorismo social que pratica mantendo abaixo do que seria de esperar o tom do protesto. Compete aos Sindicatos e a todos os que sabem que o silêncio não é resposta – ainda que a resignação seja diariamente vendida por comentadores que se comportam como meros papagaios do poder – puxar para a luta, não calar o protesto, nunca esquecer a apresentação de alternativas que deem resposta adequada aos problemas e não sacrifiquem mais as pessoas. A FENPROF assume em absoluto esse papel e este Congresso, o seu 11.º Congresso, realizado num tempo que muitos diziam já não ser dos Sindicatos, será espaço para aprovar as propostas e para decidir a luta. Prova-se, também assim, que este é o tempo dos Sindicatos. Daqueles que não capitulam, que não servem interesses alheios aos dos trabalhadores, que transformam os locais de trabalho na sede da sua atividade, que não fazem o acordo pelo acordo e não traem aqueles que representam.

Este continua a ser o tempo dos Sindicatos cujos dirigentes são daqueles que riem, que choram, que sofrem, que vivem a vida com os mesmos sentimentos de qualquer outro trabalhador e que sabem que quebrar nunca, antes torcer, e que desistir também nunca porque da vida – seja qual for o desafio que ela nos coloca – nunca se desiste. Mesmo nos momentos mais

tristes é preciso que haja alguém, muitos de preferência, que continuem a dizer não! Este Congresso reafirmará a sua oposição a esta política e a este governo de Cabrais que continuam falsos à Nação.

Nestes 3 anos, a Educação foi dos setores mais castigados pelos cortes orçamentais e os professores foram dos trabalhadores que mais sofreram com a chamada austeridade. Viram os salários reduzidos, as carreiras congeladas 6 meses depois de entrar em vigor um acordo previsto para 4 anos (posto em causa pelo mesmo governo que, em 2010, o celebrou), os subsídios confiscados, um brutal agravamento das condições de trabalho, designadamente dos horários, o desemprego a atingir valores nunca vistos (só neste último ano aumentou 80%, em cima dos mais de 100% que se registaram no ano anterior). Reafirmamos porque é verdade: em Portugal não há professores a mais, o que já há, com os cortes e as políticas que levam à redução de docentes, é escola a menos.

Também em relação aos que se aposentam, o desrespeito é total, apesar de falarmos de vidas inteiras de dedicação e empenhamento, de esforço e sacrifício. Os atuais governantes nem os seus antigos professores e, em muitos casos, os seus pais respeitam. Estes governantes são gente que vale pouco e preparam-se para anunciar o agravamento das aposentações!

Os agrupamentos, as escolas e as instituições de ensino superior entraram em serviços mínimos e muitos atingiram um estado de penúria financeira nunca antes vivido. A qualidade do ensino, devido às medidas impostas, tem sido permanentemente agredida. A organização pedagógica da escola sofre fortes constrangimentos e as dificuldades que se colocam ao seu funcionamento aumentam de dia para dia. As medidas são as que todos conhecemos:

- Os mega-agrupamentos nascem como cogumelos, de pouco valendo os alertas, por exemplo, do Conselho Nacional de Educação, ou as recomendações recentes, com pouco mais de 2 anos, da Assembleia da República;
- Os currículos são progressivamente empobrecidos e, também aqui, as recomendações do CNE são completamente ignoradas;

- O número de alunos nas turmas é hoje maior;

- Os horários de trabalho são já um atentado ao exercício da profissão docente e o governo parece preparar-se para os agravar ainda mais;

- O concurso que ainda decorre, pela primeira vez, deixou de servir para satisfazer as necessidades permanentes das escolas e de estabilidade dos docentes servindo, apenas, as piores intenções do governo que são reduzir, afastar, despedir. Este concurso é um escândalo, é suportado em ilegalidades e não tem correção possível. A sua anulação

e repetição seria a única forma de repor a normalidade no processo.

Mas como se tudo isto fosse pouco, querem ir ainda mais longe:

- Privatizar e, nesse sentido, para o atual ministro não existem limites legais ou constitucionais. Público e privado são concorrenciais, disse Crato, e o dito está dito em cratês corrente;

- Municipalizar, entregando um sistema em falência a entidades já falidas e, em muitos casos, preparadas para, a concretizar-se essa responsabilização, concessionarem a privados a gestão da rede concelha, como aliás, já fazem com as AEC;

- Transformar a Escola Pública numa escola de respostas mínimas que assegure um papel eminentemente social, reservando o acesso ao conhecimento e à qualidade para os privados. Como disse o Professor António Nóvoa, não há muito tempo, “o pior que poderia acontecer seria uma inclinação da Escola Pública para missões sociais e uma inclinação das privadas para as aprendizagens”.

- Cortar cada vez mais no Ensino Superior e limitar os custos com a Investigação, num país que, dirão eles, não se deve dar a luxos e viver acima das suas possibilidades.

Tudo isto por razões de ordem financeira? Um pouco, mas a crise é, sobretudo, um pretexto para a direita concretizar a opção: destruir a Escola Pública de matriz democrática. Também aqui volto a citar o Professor António Nóvoa “utilizar a crise como pretexto para pôr em causa a Escola Pública seria um erro de consequências imensas para o futuro de Portugal”.

Neste contexto, não surpreende que, na escola, também a inclusão corra sérios riscos e que a segregação espreite através da Portaria 275-A que impede alunos com necessidades educativas especiais de frequentarem, em pleno, as suas escolas. É sempre mais fácil segregar do que incluir e o governo não hesita na escolha.

Para atingir os seus objetivos, o MEC não olha a leis, como se confirma pelas 171 ações que já perdeu, relativas à compensação por caducidade, e pelos muitos processos que se mantêm nos tribunais, em sede de recurso, e que, mais cedo ou mais tarde, confirmarão que este é um governo que, em muitos momentos, age à margem da lei.

Olhando para o Ministério há aspetos que continuam a ser de difícil compreensão: não se sabe quem lidera o MEC, apenas se constata que Crato não o implodiu e que Casanova parece dominar os seus 4 cantos. O Ensino Básico e Secundário parece continuar a ser uma casa mal arrumada (ou simplesmente desarrumada pelas finanças). Também em relação ao Ensino Superior e à Ciência parece que há responsáveis lá pelo Palácio das Laranjeiras mas não há a certeza absoluta, dado o silêncio que por ali impera! Quanto ao ensino privado, é tudo aquilo que se sabe. E o silêncio do MEC indicia cumplicidade.



“

Num momento tão negativo, em que se anunciam medidas ainda mais gravosas, com impacto terrível nos serviços públicos e nas pessoas, é preciso que sejamos mais unidos, mais fortes, e mais organizados para resistirmos e partirmos em outra direção.

Quando a Crato, o paladino do anti-educuês, deixa agora perceber, melhor do que nunca, de que massa se faz o cratês. O cratês não é resposta para os problemas, mas fator de agravamento. O “cratês” é a elitização da escola; é o regresso ao ler, escrever e contar como essencial e o resto é conversa; é a escola do antigamente, incluindo os exames da 4.ª classe, mas em versão século XXI; é o cortar onde não há gorduras, mas apenas nervo, músculo e osso e já com algum desgaste; é a liberdade de escolha que gera assimetrias graves e mete dinheiro público em bolsos privados; o “cratês” é a contrarrevolução no Ensino, é o neoliberalismo em extirpe nacional; o “cratês” é o murchar dos cravos numa Escola de Abril... o “cratês” é o patético esgar do palhaço num circo em decadência!

Para o atual MEC, também diálogo e negociação são história de faz-de-conta, por isso desrespeita as normas legais sobre negociação, por isso não respeita a representatividade das organizações, servindo-lhe o acordo de apenas alguns ou a legitimação dada por esses poucos, como são exemplo a aprovação da legislação de concursos e, mais recentemente, o alargamento dos QZP. Para a atual equipa ministerial, também nesta

materia, a Constituição da República é espinha entalada na garganta que faz tossir e beber água mas não vai para baixo.

Este será um Congresso em que iremos analisar as práticas do MEC e as políticas que desenvolve, mas sem nunca esquecer que estas não seriam possíveis em ambiente hostil, ou seja, com um governo que não fosse afilhado da troika e pai da política de direita. Por essa razão, não poderemos, nessa análise, deixar de falar das questões gerais da política e da governação, embora, claro, dando enfoque às suas implicações para a Educação, o Ensino e a Ciência, onde naturalmente, Professores, Educadores e Investigadores são protagonistas. Queremos sair daqui mais fortes para agir, mas também mais apetrechados para propor; queremos que este Congresso seja luta, mas também alternativa; seja passado e presente, mas essencialmente futuro. Não seríamos FENPROF se assim não fosse, porque a FENPROF é assim.

A FENPROF e os seus Sindicatos chegam aqui unidos, porque a unidade construída no respeito pela diversidade, tem sido a nossa forma de estar. Unidos nas propostas que se apresentam, nas candidaturas que se formalizarão e na vontade de fazer mais e melhor. Chegamos aqui abertos à convergência com outros, como aconteceu no passado, num quadro de respeito e seriedade e entendendo que essa convergência só tem sentido se servir para dar mais força e eficácia à ação e à luta reivindicativas e nunca para as condicionar.

Num momento tão negativo, em que se anunciam medidas ainda mais gravosas, com impacto terrível nos serviços públicos e nas pessoas, é preciso que sejamos mais unidos, mais fortes, e mais organizados para resistirmos e partirmos em outra direção.

Colegas,

De Abril ainda se sente o cheiro dos cravos! De Maio está a sentir-se a força do povo! É neste contexto que os professores proclamam que não irão desistir de dar rosto ao futuro, mas não o rosto negro e triste que a troika e o governo lhe estão a dar. Estou certo de que este 11.º Congresso será o espaço adequado que acontece no momento oportuno para reforçar esta FENPROF em quem os professores confiam e com a qual se organizam e mobilizam. Não iremos frustrar essa confiança que nos honra e enche de orgulho, como professores, educadores e investigadores que somos.

Viva a FENPROF e o seu 11.º Congresso!

Viva a Escola Pública!

Vivam todos os Professores, Educadores e Investigadores!

Viva Portugal com futuro! •



Momentos salientes da sessão de abertura

Sob o lema “Afirmar a Escola Pública. Valorizar os Professores. Dar Futuro ao País”, decorreu no Fórum Lisboa, nos passados dias 3 e 4 de maio, o 11.º Congresso Nacional dos Professores. A sessão de abertura contou com intervenções do Presidente do Conselho Nacional da Federação Nacional dos Professores, **João Cunha Serra**; do Presidente do SPGL (Sindicato dos Professores da Grande Lisboa), **António Avelãs**; da Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, **Simoneta da Luz Afonso**; do Vereador da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, **Manuel Brito**; do Reitor da Universidade de Lisboa, **António Sampaio da Nóvoa** e ainda do Secretário Geral da FENPROF, **Mário Nogueira**.

Cunha Serra destacou o “grave contexto” em que o Congresso se realizou, enunciando os ataques que vêm sendo dirigidos à Escola Pública, em geral, e aos professores, em particular. António Avelãs salientou a coincidência da realização deste 11.º Congresso com o 39.º aniversário do SPGL, fundado logo após o 25 de Abril (02.05.1974).

A presidente da A.M.Lisboa saudou os presentes, destacando a importância dos professores como “infraestrutura e sustentáculo” da educação para a cidadania (“de vós depende a nossa singularidade como cidadãos”), no que foi secundada por Manuel Brito: “Os professores são os primeiros que ensinam todas as outras profissões”, afirmou.

“Ninguém tem o direito de ficar em silêncio” na defesa da Escola Pública – “espaço de democracia e diversidade, mas também de soberania e independência”, frisou António Nóvoa, adiantando que “podemos prescindir de tudo, mas de nada quanto à valorização da Escola Pública e dos professores”.

Reforçar a FENPROF

A concluir a sessão de abertura, Mário Nogueira procedeu a uma breve análise da situação política e social, referindo a demissão do governo como condição necessária para travar o ciclo de adversidade que assola a Educação e o país e corresponsabilizando Cavaco Silva pela situação: o Presidente da República “que assume ser presidente de apenas alguns” portugueses.

Nogueira disse que a Federação e os seus Sindicatos “chegam aqui unidos nas propostas que apresentam, nas candidaturas [aos órgãos dirigentes] que se formalizarão e na vontade de fazer mais e melhor”, mas também “abertos à convergência com outros, num quadro de respeito e seriedade” e com o objetivo de dar mais força e eficácia à ação reivindicativa dos professores. E a terminar: “Este congresso será o espaço adequado para reforçar a FENPROF em que os professores confiam e com a qual se organizam e mobilizam. Não iremos frustrar essa confiança que nos honra e enche de orgulho!”. | AB e JPO •

Reitor António Nóvoa, na sessão de abertura do 11.º Congresso Nacional dos Professores:

“Ninguém tem o direito de ficar em silêncio”



A temperatura do congresso subiu pela primeira vez com a intervenção de Sampaio da Nóvoa. “Sei que tenho a obrigação de dizer palavras de esperança, mas não as encontro. Não sei onde estão. Não sei para onde foram”, começou por afirmar o Reitor da UL, adiantando que é chegada a hora de passar à ação. “Ninguém tem o direito de ficar em silêncio” na defesa da Escola Pública – “espaço de democracia e diversidade, mas também de soberania e independência”, frisou Nóvoa, adiantando que “podemos prescindir de tudo, mas de nada quanto à valorização da Escola Pública e dos professores”.

“É um prazer dirigir-vos estas palavras, que são de saudação e de compromisso. A Universidade de Lisboa tem procurado ser voz na cidade, na sociedade, porque em tempos tão duros como os de hoje ninguém tem o direito de ficar em silêncio, de ficar fechado no seu reduto” – foi assim que se iniciou a intervenção de António Sampaio da Nóvoa, na sessão de abertura do 11.º Congresso Nacional dos Professores.

“Chegou de novo o dia em que temos de pensar mais nos outros do que em nós, em que temos de nos virar para o país, procurar sentidos, construir sentidos, uma vida digna de ser vivida”, prosseguiu o Reitor da Universidade de Lisboa.

“O problema maior dos professores é

o mesmo que sinto agora, quando vos falo. Sei que tenho a obrigação de dizer palavras de futuro, e não as encontro. Não sei onde é que estão. Não sei para onde foram”, referiu mais adiante, acrescentando logo de seguida: “É assim também com os professores. Porque educar é abrir caminhos. É viver no presente mas para além das fronteiras do presente. Por isso, é nosso dever, é nossa obrigação, ir à procura da esperança, de uma esperança que é mudança. E se não a encontrarmos à primeira, então que façamos dela luta, resistência, união em torno de causas maiores que recusem as políticas menores que nos asfixiam”.

“É tempo de dizer não! Não à degradação da escola pública. Não à menorização dos professores. Não a um país sem futuro. “Perdoai-lhes Senhor, porque eles sabem o que fazem!” (Sophia de Mello Breyner).”

Escola Pública

“Recordo a criação do Ministério da Instrução Pública, em 1913. Passaram precisamente cem anos. E porque é que esta data é tão importante? Porque traduz um anseio, antigo, de elevar a instrução à dignidade de Ministério, à dignidade de matéria pública, central no governo e na vida da nação”, afirmou o prestigiado académico, que observou mais adiante:

“Nos últimos cem anos, os portugueses travaram uma batalha, dura, intensa, pela

“

Se não compreendermos isto, que ética, pedagogia e democracia são exactamente a mesma coisa, não compreendemos nada do que é a Escola Pública.

Escola Pública. Na primeira linha desta batalha estiveram sempre os professores. Na República. No Estado Novo. Na Democracia.”

“Uma batalha contra o atraso, contra a pobreza, contra a ignorância, contra os preconceitos. Vem sempre tudo junto. Tudo aquilo de que Abril nos afastou”, acrescentou.

Lembrando que “a escola pública, apesar de todas as suas deficiências – deficiências que temos de reconhecer e denunciar – a escola pública tem sido factor de progresso e de coesão, tem sido a base do Portugal democrático”, o prestigiado académico registou:

“É esta escola pública que alguns querem, agora, pôr em causa. Criando divisões e fracturas, restaurando velhas políticas feitas de ideias velhas e de velhos preconceitos. Não compreendem nada do que é o desígnio de uma Escola para Todos, do que é o desígnio dessa Escola Única do Trabalho defendida

por António Sérgio. “Perdoai-lhes Senhor, porque eles sabem o que fazem!” (Sophia de Mello Breyner).

País frágil

“O que mais nos surpreende, e nos indigna, é a fragilidade deste país.

Parece que tudo abana à mais leve rajada de vento. Abanam as convicções, as pessoas, as instituições”, afirmou António Nóvoa.

Depois de referir que “a escola pública, que se prolonga pela universidade dentro, é espaço de democracia e de igualdade, mas é também espaço de soberania e de independência”, o reitor da UL salientou:

“Reforçar a escola pública é criar capacidade para produzir cultura, para produzir investigação científica e tecnológica própria, para diminuir a nossa dependência. Num país com tão grandes fragilidades, o nosso principal cimento é a escola, a escola pública, a escola pública para todos”.

E afirmou mais adiante:

Os “economistas da inevitabilidade” tudo têm tentado para nos obrigar a recuar. Cito uma entrevista extraordinária de uma das personalidades mais influentes do poder que nos governa. À pergunta sobre se a escola obrigatória deve ser gratuita responde:

“Hoje a realidade transforma essa hipótese teórica noutra que já não é teórica. Esses direitos só existem na medida da possibilidade, se houver condições para isso. Se deixou de ser possível, temos de ver como é que o recuo é feito.”

Como é que o recuo é feito?! Lê-se, relê-se e não se acredita.

Só há uma resposta possível: não voltaremos atrás. Podemos prescindir de tudo, mas de nada quanto à valorização da escola e dos professores... porque é aqui que estão as condições para um Portugal futuro que não seja apenas a repetição do Portugal passado.

Uma ideia de futuro

“É por isso que temos de ser impacientes”.

Não há nada mais urgente do que uma ideia de futuro, do que uma visão de longo prazo. Porque é ela que nos permite dar o primeiro passo. E nele vai já o caminho todo, toda a energia do percurso que temos de fazer.

Pela Escola Pública, pela valorização dos professores por um país com futuro Sérgio Niza tem razão quando nos diz que “Ética, pedagogia e democracia são exactamente a mesma coisa”. Se não compreendermos isto, que ética, pedagogia e democracia são exactamente a mesma coisa, não compreendemos nada do que é a Escola Pública.

Não queremos uma pátria onde Camões morreu de fome e onde todos encham a barriga de Camões (Almada Negreiros). Precisamos de uma coerência que está inscrita na história que fizemos depois de Abril. Não voltaremos atrás.

Silêncio não rima com esperança e futuro

Mário Nogueira e António Sampaio da Nóvoa estiveram em sintonia na sessão de abertura do 11.º Congresso Nacional dos Professores quanto à importância da recusa do silêncio – esperança e futuro foram outras palavras-chave das comunicações de ambos os protagonistas. O Secretário Geral da FENPROF sublinhou a urgência de “romper com o ciclo de silêncios” e o reitor da Universidade de Lisboa afirmou que “ninguém tem o direito de ficar em silêncio”.

Mário Nogueira justificou essa recusa porque os silêncios “paralisam”, não mobilizam e deixam instalar o medo em lugar da expressão da “indignação” face a políticas e medidas muito concretas e inaceitáveis. O silêncio “não pode calar o protesto”, bem como a “apresentação de alternativas”, porque significaria “quebrar” ou “desistir”, a que o Secretário Geral da FENPROF respondeu com um claro e contundente “Nunca!”

Confinar-se ao silêncio seria negar a “nossa capacidade de mudar o rumo da história” e de “expulsar os invasores” – referia-se à troika e a todos os interesses que representa, sem esquecer os que, em Portugal, são “mais troikistas do que a troika”. A opção pelo silêncio seria pactuar com uma política e um Governo que “desrespeita Portugal e os Portugueses”, em grande medida também por via dos ataques à Educação, aos professores e à Escola Pública.

O silêncio minaria ainda a unidade necessária para garantir “eficácia à ação e luta reivindicativas” e “dar rosto ao futuro”, aqui numa referência ao hino da Federação. Além de um “não direito”, o silêncio é uma impossibilidade para António Sampaio da Nóvoa, nas atuais circunstâncias, porque significaria aceitar a “ausência de futuro”, negar a “esperança de mudança” e a abertura de “caminhos além do presente” inerentes ao ato de educar. Por isso, apelou a sermos “impacientes” e não aceitar recuos nas conquistas da Escola Pública, porque esta “é soberania”, “base do Portugal democrático”, “coesão” e “condição de futuro do País”. Citando Sérgio Niza, “ética, pedagogia e democracia são exactamente a mesma coisa”.

O silêncio não é, pois, opção. E do silêncio se deve fazer um grito para afirmar a Escola Pública, valorizar o Professor e dar futuro ao País, conforme o lema do 11.º Congresso Nacional dos Professores. ●



O silêncio não é, pois, opção. E do silêncio se deve fazer um grito para afirmar a Escola Pública, valorizar o Professor e dar futuro ao País, conforme o lema do 11.º Congresso Nacional dos Professores.

Podemos perdoar-lhes Senhor, mas não podemos renunciar à defesa de uma Escola Pública que é condição de futuro deste país.

Portugueses somos, como escreve Joel Serrão, que cito, para concluir:

“Nem a chuva amainou ainda, nem o sudoeste deixou de soprar em rajadas fortes, nem é menor o frio que há pouco sentia. Porém, ao olhar pela vidraça, como quem espia o ânimo alquebrado por um mo-

mento de desânimo ou talvez de cansaço, que vejo? Que esperança é esta que sinto correr com o meu sangue?

“Desculpai a confidência: à chuva, ao vento, as roseiras que podei em Dezembro rebentam já, e um cacho de glicínias – um só cacho ainda – antecipa-se em promessa do que será, em breve, um lençol lilás... Portugueses somos, amigos. É bom sabê-lo – e assumi-lo.” ●

APROVADO PROGRAMA DE AÇÃO

Os professores, a escola e o futuro

A ação da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) durante os próximos três anos deverá orientar-se segundo três vetores fundamentais: afirmação da Escola Pública, valorização da profissão docente, contribuição para um futuro melhor.



Estas são as linhas de força da proposta vencedora, apresentada pelo Secretariado Nacional e maioritariamente votada pelos delegados ao 11.º Congresso Nacional dos Professores, e que surge na sequência do que a FENPROF tem defendido ao longo dos anos – uma Escola Pública de qualidade para todos. O que não significa menos respeito pela dignidade das escolas particulares e cooperativas, nem menor atenção e persistência na defesa dos docentes que nelas trabalham. A FENPROF sempre se bateu e continuará a bater firmemente pelos direitos de todos os docentes. Este 11.º Congresso bem o demonstrou.

Genericamente, o Plano de Ação defende uma Escola de elevada qualidade, que respeite e assuma a diversidade e pluralidade de caminhos. Nesta perspetiva, a FENPROF continuará a recusar e a combater a estratégia neoliberal de manutenção de umas poucas escolas de elevada qualidade, públicas e privadas, reservando para as outras um ensino menos exigente e com supressão de áreas formativas consideradas dispensáveis.

O documento divide-se em quatro partes. Na primeira, é denunciada a campanha ideológica que vem sendo desenvolvida contra as funções sociais do Estado, designadamente contra a Educação Pública. Segue-se uma concisa, mas sustentada, desmontagem da ideologia neoliberal aplicada à Educação e do modo como o atual governo a interpreta.

Na terceira parte, são apresentadas as propostas da Federação para questões tão importantes como o financiamento da educação/investigação, as redes escolares e a municipalização, a gestão e a avaliação das escolas, a estabilidade profissional e as carreiras, os salários e as condições de trabalho – entre outras, num total de 28 entradas temáticas. Finalmente, são traçadas as linhas de força para o relacionamento da FENPROF com o movimento sindical nacional e internacional e com os movimentos sociais. | AB e JPO •

I. Um tempo de retrocesso na sociedade e na educação

O 11.º Congresso Nacional dos Professores realiza-se num momento extremamente complexo e difícil para a vida dos professores, com o país sujeito ao programa de resgate imposto pela tria FMI-UE-BCE e às políticas de um governo que se aproveita do contexto de profunda crise para justificar essas políticas nas quais se revê. Sobre os professores abatem-se as medidas que atingem a generalidade dos trabalhadores, as que atingem,

em particular, os da administração pública e, ainda, as que decorrem do tremendo ataque que está a ser desferido contra as funções sociais do Estado e os serviços públicos que lhes dão corpo. A Educação é dos setores mais atingidos.

Apesar da luta desenvolvida, os professores foram vítimas de cortes salariais de natureza diversa (redução direta: corte mensal do rendimento entre 3,5% e 10%, confisco de subsídios, aumento de impostos e inflação; redução indireta: aumento do horário de trabalho, redução da duração do tempo de férias, congelamento de progressões e transferência do trabalho com alunos para a componente não letiva) que, nos três anos decorridos entre congressos, atingem, em média, quatro salários. Ou seja, relativamente à remuneração líquida anual, a quebra é da ordem dos 30%.

Para além do salário, também o horário, como já foi referido, entre outras condições de trabalho, sofreu um agravamento significativo; o elevado nível de precariedade, gerado por anos sucessivos de recurso à contratação a termo, deu lugar a um desemprego sem precedentes que atingiu um máximo histórico; nas chamadas atividades de enriquecimento curricular (AEC) manteve-se a exploração extrema do trabalho qualificado de milhares de professores, verificando-se um nível de precariedade da ordem dos 100%, a par de remunerações muito reduzidas; a compulsividade com que instituições do ensino superior foram obrigadas a despedir docentes convidados levou a tentações ilegítimas e ilegais de proceder ao recrutamento de docentes em regime de trabalho “voluntário”, designadamente entre os bolsieiros de investigação e, também neste setor, ao acréscimo do horário.

Foram três anos de grandes recuos na sociedade portuguesa e na Educação. Após um tempo sem investimento na Escola Pública, em que esta se fragilizou com a aplicação de medidas que corroeram alguns dos seus pilares fundamentais – os profissionais, o financiamento, a qualidade do ensino –, o ataque tem agora outra dimensão e persegue objetivo diferente: destruir a Escola Pública de matriz democrática. É neste sentido que se orienta a atual política educativa.

A conjugação de medidas aparentemente avulsas permite compreender o retrocesso educativo e social que terá lugar, caso se concretize a escola pretendida pelo atual governo: uma escola do passado, tendo por referência, não uma Escola Democrática, mas a Escola do Estado Novo, elitizada, minimalista, organizada para um modelo retrógrado de desenvolvimento nacional assente em mão de obra barata e de baixa qualificação. Esta escola, que vingou duro o período mais negro do salazarismo, começou a ser mudada ainda antes do 25 de Abril de 1974, mas está agora a ser recuperada pelo governo do PSD e do CDS.

A “crise” como justificação permanente

Se, em 2010, no seu décimo congresso, a FENPROF referiu a instituição “crise” como justificação de todas as medidas negativas, em 2013 não resta qualquer dúvida sobre a sua utilização para justificar políticas de impacto devastador para Portugal e os portugueses.

A pretexto da situação de “crise” e da necessidade de honrar compromissos junto daqueles que nos “ajudam”, as medidas que concretizam as políticas de direita têm vindo a tornar-se cada vez mais duras e violentas. Portugal entrou numa espiral recessiva que se agravou e que parece não ter fim, estando a provocar ruturas sociais gravíssimas. Nas ruas, a contestação sobe de tom, surgindo, esporadicamente, situações mais extremadas. O desespero de muitas pessoas leva-as a agir, por vezes, de modo inorgânico, cabendo aos sindicatos o importante papel de coorganizar e, articulando com outros ou novos movimentos sociais, dirigir a luta com o objetivo de travar as políticas em curso e contribuir para que ganhem outro rumo. Garantir que a luta tem expressão democrática, é importante para salvaguardar uma democracia que se tem deteriorado neste país em que não falta quem queira ser seu carrasco.

Um mundo de (más) mudanças

A situação que se vive em Portugal não resulta apenas das políticas internas, mas de uma tremenda ofensiva do capital internacional no sentido de conduzir o mundo a uma regressão civilizacional de grande dimensão, destruindo conquistas e construções democráticas dos povos, no sentido de recuperar níveis de exploração e opressão que, ao longo dos século XX, os trabalhadores souberam sacudir, atenuando-os ou eliminando-os.

Para o capital, a resposta à sua própria crise passa pelo desenvolvimento de processos de concentração de riqueza com consequências terríveis nos planos económico, social e ambiental. As manchas de pobreza e exclusão alastram de forma alarmante e as dependências tornam-se, objetivamente, processos de chantagem sobre as nações e as pessoas.

É neste quadro que surge a reconfiguração do Estado (refundação, segundo o primeiro-ministro), projeto que, como é visível, não está circunscrito ao nosso país. A receita passa pelo desenvolvimento de processos de centralização e concentração do poder político, por ser essa a forma que melhor serve o grande capital. A vertente repressiva do Estado acentua-se, com os governos a tomarem medidas em nome de um designado “esforço de todos” que põe em causa a própria organização e o funcionamento democráticos das sociedades. O ataque ao movimento sindical insere-se nesse processo de degradação da qualidade da democracia.

Neste contexto internacional afirmam-se dois níveis: o dos estados mais poderosos, que ditam as regras, reforçando-se com o que conseguem sorver dos mais fragilizados; a dos estados semiperiféricos que estão a ser alvo de um processo de neocolonização que oprime e explora ainda mais os trabalhadores e, de uma forma geral, os povos, e o planeta que habitam.

Na Europa esse processo é muito visível. Mas também é verdade que, por força da intervenção sindical, das forças sociais e políticas que se opõem ao rumo imposto e da luta dos trabalhadores, é cada vez mais elevada a consciência social, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência política capaz de contribuir para a criação de alternativas democráticas em domínios como o económico, o social, o político ou o cultural. Na América Latina esse processo de redemocratização está em curso e, queira ou não o grande capital, estender-se-á à Europa e a todo o mundo, ainda que os mecanismos de controlo e opressão estejam hoje mais apurados do que nunca.

A uma União Europeia (UE) que procura afirmar-se como um dos centros do capitalismo internacional há que responder com a construção de uma Europa diferente, uma Europa dos povos e dos trabalhadores, o que exige a afirmação soberana dos estados, desenvolvida num quadro de cooperação nos planos económico, social e político.

Portugal e os portugueses são vítimas das políticas de empobrecimento

No nosso país, a luta contra esta situação e as suas repercussões tem-se intensificado. A vida dos portugueses agravou-se muito, num primeiro momento por força de sucessivos PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento) e, posteriormente, através de um memorando assinado com a troika, pelo então governo do PS e por PSD e CDS, medidas absolutamente draconianas e políticas que, em muitos aspetos, atentam contra a Constituição da República e estão a provocar situações de rutura na população portuguesa. Estamos numa situação de evidente perda de soberania, de sujeição a interesses externos.

O empobrecimento dos portugueses é objetivo assumido pelo governo, cujo discurso procura condicionar o protesto, tentando gerar um sentimento de culpa por, alegadamente, terem vivido acima das suas possibilidades. É neste quadro que surgem as justificações para a redução de todas as remunerações do trabalho (normal, extraordinário ou suplementar), o aumento do número de dias de trabalho, o agravamento e desregulação dos horários de trabalho e da legislação laboral, nomeadamente no que respeita à facilitação dos despedimentos, uma profunda fragilização dos apoios sociais devidos a desempregados e outras pessoas em situação

fragilizada ou o encarecimento do acesso a serviços essenciais para a vida das pessoas.

Um governo, uma maioria e um presidente a destroçarem Portugal

Neste contexto de declínio económico, de retrocesso social e civilizacional, de degradação da democracia, de empobrecimento dos cidadãos e de perda de soberania chegou-se a 2013 com governo e presidente da República sintonizados para levarem estas políticas por diante. Governantes, presidente e partidos que apoiam o governo usam o “arrufo” entre si como manobra de diversão e, sem pejo, adotam um discurso hipócrita, lamentando os sacrifícios impostos, mas nunca deixando de os impor aos mesmos de sempre: os trabalhadores. Esta política imposta ao país está a levar a economia portuguesa para um buraco de onde dificilmente sairá, arrastando consigo as vidas de milhões de pessoas.

A aprovação do Orçamento do Estado para 2013 (OE) foi exemplo do que antes se afirmou: os partidos do governo simularam uma crise interna, unindo-se quando se tratou de impor as medidas mais negativas; os deputados do PSD assinaram uma declaração aparentemente crítica, mas aplaudiram, de pé, a aprovação do OE; o presidente da República declarou-se preocupado, em mensagem ao país, mas, quatro dias antes, promulgou o OE sem fiscalização prévia da constitucionalidade das normas.

Em suma, eles cumprem obedientemente a missão que o capital lhes encomendou, passando esta pela perversão da Constituição da República e a destruição de alguns pilares essenciais da democracia portuguesa, com prioridade para o ataque às funções sociais do Estado.

Portugal “resgatado” e sujeito a interesses que lhe são alheios

Ultrapassada a fase da dita “coesão económica e social”, estamos num tempo em que tudo vale para reforçar dependências dos estados mais fracos em relação aos poderosos, o que leva ao agravamento de assimetrias e à existência de constrangimentos fortíssimos ao desenvolvimento sustentável, nas suas vertentes económica, social e ambiental.

Portugal vê-se a braços com uma dívida pública que, na verdade, inicialmente era sobretudo privada (em particular, dos bancos). Foi, no entanto, absorvida pelo Estado passando este, hoje, a ser o principal devedor por ter assumido responsabilidades que não eram suas. Os juros cobrados pelos agiotas internacionais (35.000 milhões para um empréstimo de 78.000 milhões) são absolutamente obscenos; os apoios concedidos são apenas dirigidos à banca. Simultaneamente, assiste-se ao branqueamento de crimes e à não responsabilização adequada dos seus autores, de que o caso BPN é exemplo mais evidente.

Também em relação ao défice, Portugal está sujeito a exigências maiores que outros países da zona euro e, para atingir os valores impostos, prossegue a venda de bens públicos a privados. São bens que integram setores estratégicos da vida nacional, mas o objetivo de obter dinheiro imediato parece fazer esquecer que, a médio e a longo prazo, os custos serão elevadíssimos para um país cada vez mais sujeito a transformações sociais que vão ao encontro de uma agenda neoliberal muito agressiva. Aliás, para além das imposições orçamentais, são questões ideológicas que estimulam a progressiva entrega de setores estratégicos do país nas mãos de grandes interesses económicos e financeiros.

Como o grande capital europeu já não se contenta com a austeridade imposta aos estados-membros periféricos, a União Europeia avança agora com a designada “UE 2020” que impõe uma agenda ainda mais vasta de privatizações e liberalização de setores essenciais e estratégicos para o país. Os mecanismos de controlo europeu (como o chamado “semestre europeu”, criado no âmbito do Tratado Orçamental Europeu) reforçaram-se para que os poderosos pudessem cobrar aos mais fracos o que estes não têm, o que os obriga a novos endividamentos. Há uma ingerência crescente na vida dos estados – inviabilização ou desvalorização de referendos, como aconteceu na Grécia e Irlanda, ou imposição de soluções governativas, como na Grécia e Itália. O Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) imposto a Portugal é disso exemplo.

A “agenda” passa agora pelo ataque às funções sociais do Estado

Depois de atacar o mundo laboral, o objetivo é, agora, atentar contra as funções sociais do Estado desqualificando e desmantelando os serviços públicos que as concretizam.

Após três anos de reduções orçamentais nas funções sociais do Estado - entre 2010 e 2012, as verbas para a Educação passaram, segundo o governo, de um valor acima 5% para os 3,9% do produto interno bruto (PIB); para 2013 está prevista nova redução da ordem dos 0,4% -, a troika e o governo português consideraram esses cortes insuficientes. Pretendem, agora, reduzir mais 4.000 milhões até 2014 (verba que poderá, ainda, ser superior), um intento que passaria por novas e gigantescas reduções de verbas na área da Educação.

Nesse sentido foram anunciadas medidas que vão desde uma redução brutal do número de profissionais, passando pelo aumento do horário de trabalho, ao reforço da privatização, a par de um cada vez mais previsível novo corte nos salários que poderá ir a 7%. Concorrem também para esse objetivo a agregação de escolas e agrupamentos, a eliminação de disciplinas essenciais ao de-

envolvimento pleno dos jovens cidadãos, a imposição precoce de vias profissionais e vocacionais, o desmantelamento da escola inclusiva com o retorno a soluções de segregação ou a municipalização do ensino, perigoso passo para a concessão da Escola Pública a privados.

Também no ensino superior e investigação, a precarização das relações laborais ou o subfinanciamento que se arrasta há muitos anos criam situações de grau elevado de complexidade e dificuldade que poderão levar ao encerramento de algumas instituições públicas. As dinâmicas privatizadoras neste setor só não se desenvolveram mais rapidamente porque têm sido públicos os sucessivos escândalos em que muitas instituições privadas se envolveram.

Neste quadro de cortes sucessivos previstos nos orçamentos do Estado que acautelam cada vez maiores reservas para sustentar a ganância do capital internacional, não são os quadros comunitários de apoio que compõem as verbas desviadas. O essencial desses fundos, que, supostamente, deveria destinar-se à qualificação dos portugueses e à promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento e progresso, é absorvido, uma vez mais, pelo capital que também aí se alimenta.

Estas políticas têm, em alguns casos, merecido acordos no âmbito da concertação social, constituindo o que a direita gosta de designar por “amplo consenso social”. É ilusório e falso esse consenso. O que tem prevalecido são as posições dos mesmos de sempre, representados por governo e patronato, com o aval frequente e colaboracionista da UGT, sob a justificação de que “poderia ser pior”. Com este tipo de argumentos, a UGT procura dar cobertura a soluções que não servem quem trabalha e não servem o país. Por isto mesmo, os trabalhadores têm lutado contra o que vem resultando de tais acordos.

Por um Portugal com futuro

Perigosamente, Portugal está a tornar-se um país que desperdiça a juventude, que trata mal a população ativa e que despreza os que já deram o seu melhor, estão hoje aposentados ou reformados. A manter-se esta atitude por parte dos governos, Portugal seria um país sem futuro!

Para contrariar isto é necessário que, de uma vez por todas, o povo torne a ocupar as ruas num ato de contestação e protesto. É necessário que acabem os silêncios e os conformismos. É preciso, à reflexão e à proposta, juntar mais ação e luta. Não basta ter razão, é preciso que os portugueses lutem para fazer valer a sua razão. Uma luta que deverá ter como objetivo estratégico a profunda mudança de políticas. No imediato, esse objetivo exige a demissão do governo. Uma demissão que não é, obviamente, condição suficiente para a mudança de política, mas que é condição necessária.

Não se pode permitir que continuem a destruir Portugal e a vida dos portugueses. Quem age politicamente como age o governo português não é corajoso; bem pelo contrário, revela a cobardia dos que atacam os mais fracos e fragilizados. Quem age politicamente desta forma lesa a Pátria e trai todos os que querem continuar a encontrar nela o seu espaço preferencial de vida.

A luta torna-se, assim, indispensável, sendo obrigatório torná-la mais forte. Uma luta que passa pelos locais de trabalho e se desenvolve, no dia a dia, através do debate e da ação concreta que, neste contexto, ganha importância; uma luta específica que deverá unir os profissionais do setor em defesa da Escola Pública e da sua profissão; uma luta que terá de juntar todos os que, trabalhando na administração pública, recusam assistir ao seu desmantelamento; uma luta geral, convergente, unindo trabalhadores e cidadãos em geral, envolvendo todos os que, organizadamente, os representam, desde logo os sindicatos, mas também outras organizações que intervêm no plano social; uma luta que, cada vez mais, deve atravessar fronteiras e unir os povos.

II. O neoliberalismo em educação

No plano ideológico, o neoliberalismo é, antes de tudo, uma alternativa de poder, tornada hegemónica enquanto prolongamento do capitalismo, principalmente desde as últimas décadas do século passado, quando se instalava a ideia de que passaríamos a viver num mundo considerado unipolar. Assistimos, desde então, a um ambicioso plano de reforma ideológica das nossas sociedades, à construção e difusão de um novo senso comum, que põe em causa o papel central do Estado. Esta reforma ideológica pugna ainda pelas vantagens tidas como evidentes do florescimento do livre mercado, com mais ou menos regulação.

Os defensores mais radicais de tal pensamento apontam mesmo para o apagamento do papel regulador do Estado, argumentando que o livre mercado seria capaz de se regular a si próprio, conceito de Adam Smith¹ que postula a existência de uma mão invisível que governa o mercado e que assegura a este mecanismo a sua plena eficácia. Nesta agenda política, o objetivo fundamental a perseguir é o de “[...] limitar ao máximo as atribuições do Estado. Não só o exclui do domínio económico, nos seus princípios fundamentais, mas reduz ao máximo o seu papel político, porque este

1. A obra do escocês Adam Smith (filósofo e teórico da economia política do século XVIII) foi uma das mais influentes no pensamento económico do Ocidente.

transborda inevitavelmente para o domínio económico. É a teoria do estado minimalitário² de Benjamin Constant³ (1767-1830).

Nos nossos dias, ao discurso político regressa a linguagem da necessidade modernizadora, da eficiência e da eficácia, através de propostas ideológicas radicais como a Refundação do Estado, onde as alterações pretendidas ao contrato social existente aparecem como uma necessidade irremediável e inadiável. O ataque e a crítica à organização social atual são feitos através da suposta insatisfação com a burocracia e o despesismo, realçando, obsessivamente, os seus pontos fracos e alegando que a sua lentidão, insensibilidade, rigidez e ineficácia se constituem como o inimigo declarado do desenvolvimento, da liberdade, da criatividade e da eficiência desejada.

Assim, a presente epidemia política neoliberal é um confronto em torno da distribuição de recursos materiais e económicos, um combate entre visões alternativas (individualismo versus solidariedade; competitividade versus cooperação...) que permite caracterizar e desocultar o método pelo qual o discurso neoliberal (o da inevitabilidade e da ausência de alternativas) conduz e institucionaliza uma "nova realidade" (um novo regime e um pseudo-contrato social). É fundamentalmente a simplificação/linearização de pensar o mundo, a sociedade e o indivíduo.

Na transposição destas ideias para o plano educativo, os neoliberais colocam à cabeça a perspetiva de que os sistemas educativos enfrentam uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade, mais do que uma crise de quantidade, universalidade e extensão. Daí que os mesmos afirmem, sem qualquer pudor, que a existência de exclusão e discriminação educativa resulta de forma clara e direta da própria ineficácia da escola e da incompetência daqueles que nela trabalham.

Partindo destes pressupostos, constata-se que o atual cenário político, económico e social espelha que a educação não tem permanecido alheia às influências ou orientações transnacionais, assim como à ofensiva de institucionalização do capitalismo neoliberal. Evidenciam-se, deste modo, as pressões e a exigência de reconfigurações externas, que se repercutem no seu funcionamento institucional. A introdução do gerencialismo na esfera da educação, mais concretamente na área da gestão e administração escolar, é um exemplo elucidativo destas influências.

Assim, na área das políticas educativas importa salientar as relações que estas estabelecem e de que formas são apresentadas

aos indivíduos. Partindo do princípio que o *modus operandi* das políticas neoliberais é de que quase tudo pode ser "mercadorizado", materializa-se o terreno político fértil para a sua disseminação no sistema educativo. Nesta assunção, compete a cada um de nós, de uma forma clara e informada, tomar uma posição sobre a asserção da educação: ou se entende a mesma como um bem público ou como um produto de consumo.

Na esteira de Roger Dale e Jenny Ozga⁴, as dicotomias políticas existentes entre um sistema educativo enquanto serviço público e a prestação de um serviço privado são expressas, por um lado, na universalidade de ter direito a bens e serviços de igual valor; por outro lado, pelo fornecimento de serviços e bens cujo valor social depende da sua relação com outros congéneres e cuja posse classifica e estratifica os seus destinatários. Nestas dicotomias estão, por isso, patentes diferenças substantivas na natureza das tarefas, nas finalidades, nos valores de referência e no significado dos serviços prestados pelas instituições.

Neste âmbito, as políticas neoliberais visam a mercantilização de pilares fundamentais do Estado social, através da redução drástica de despesas e da redução da força de trabalho na administração pública. É o caso da educação, da saúde, da segurança social, dos transportes, entre outros.

A abertura dos serviços sociais acima referenciados às leis da livre circulação económica, transformando-os assim em mercadorias e em fontes de lucro, representa, ao nível da Educação e como é fácil de prever, o fim enquanto serviço público. Destrói-se, deste modo, aquela que foi uma conquista social tão decisiva para a construção de uma sociedade democrática: o acesso de todos a um ensino e a uma educação de qualidade como um direito inalienável, constitucionalmente consagrado.

A escola como mundo completo [...] esse lugar perfeito de liberdade intelectual, de liberdade superior, como tão bem a descrevia recentemente Valter Hugo Mãe, é hoje chamada "unidade orgânica", com um amontoado gigantesco de alunos e professores, impessoal, fria, distante, apenas parte de "mega-agrupamentos", na designação tecnocrática de que os liberais gostam. Uma escola onde todos competem entre si, tentando sobreviver, ser o melhor a qualquer custo, cultivando egoísmos em vez de solidariedades.

O XIX Governo Constitucional, presidido por Pedro Passos Coelho, promove uma desbragada implantação de políticas e práticas educacionais veiculadas pela agenda ideológica neoliberal mais radical. Com a

implementação das medidas políticas para a Educação, passa-se a assistir em cada escola, em cada agrupamento de escolas, a uma nova centralidade, não em termos de poderes de decisão ou de definição de políticas, mas sobretudo em termos de execução. À escola compete apenas executar as políticas educativas e as decisões superiormente definidas pelo poder político, assumindo o gestor, leia-se o diretor, a fidedignidade dessa execução.

Assim, os atuais responsáveis políticos pela área da educação têm avançado com novos propósitos e assumem claramente contrariar o sistema educativo público a que está sujeita a educação em Portugal e criticam a Escola atual em todos os seus níveis e setores. Defendem a proliferação de contratos de associação com o ensino privado, a criação de um sistema de distinção do mérito, assim como a criação de condições para a alegada modernização e a profissionalização da gestão dos estabelecimentos de ensino, centralizando poderes na figura do diretor escolar.

A imposição das novas políticas gerencialistas que transportam para a gestão dos serviços públicos lógicas utilizadas na economia de mercado (gestão do tipo empresarial, conhecida por nova gestão pública) provoca a diminuição e a concentração das ofertas educativas. Nesta aposta de "racionalização" de recursos, através do reordenamento da rede nacional de ofertas educativas (não necessariamente pública, ao contrário da determinação constitucional), a competitividade e a performatividade assumem um papel estratégico nesta nova aposta gestonária. Tome-se como exemplo a tentativa de impor um modelo de recrutamento e gestão dos recursos humanos, de modo a realizar "uma seleção inicial de professores que permita integrar no sistema os mais bem preparados e vocacionados designadamente através da realização de uma prova de avaliação de conhecimentos de acesso à profissão."⁵

Têm, assim, sido muitos, diversos e sucessivos os ataques à democracia, particularmente à direção e gestão escolares. Mais tímidos de início, mais abertos e despidorados depois, absolutamente vorazes no fim, esses ataques conduziram a uma situação em que já não restam vestígios da democracia participativa das nossas escolas. Aliás, a sanha persecutória tem sido tanta que até o próprio conceito de escola tem vindo a desvanecer-se no tempo.

Atente-se à proposta, por parte deste governo, de alteração da Constituição da República Portuguesa e a preocupação (não explícita) em alterar a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), que visa adotar e implementar a visão neoliberal de formação de indivíduos empreendedores e informados, para depois os responsabilizar pelas suas



2. Uma ideia de Estado mínimo, onde "o governo achar-se-á acantonado nas únicas funções que constituem o seu direito". Ver em Marcel Prélot e Georges Lescuyer (2001) História das Ideias Políticas, volume II. Visão: Editorial Presença, 94.

3. Marcel Prélot e Georges Lescuyer (2001) História das Ideias Políticas, volume II. Visão: Editorial Presença, 135.

4. Roger Dale e Jenny Ozga (1993) "Two hemispheres – Both 'New Right'?: 1980's Education Reform in New Zealand and England and Wales" in Bob Lingard et al. (orgs) Schooling Reform in Hard Times, Londres: Falmer Press, 76.

5. Programa do XIX Governo Constitucional, 2011: 115

escolhas, pela aquisição de competências e aptidões conducentes à competitividade, à flexibilidade e à adaptação laboral. O enfoque desta proposta é transferir toda a pressão e responsabilidade para os indivíduos, já em boa parte enformados por uma educação em que se configuram como clientes e consumidores. Assume relevo, desta forma, a capacidade do neoliberalismo trabalhar constantemente o senso comum, funcionando como uma das marcas das suas políticas sociais e fazendo emergir novas significações, novas relações e novas identidades.

Outro dos instrumentos políticos utilizados pelos governos neoliberais, de que o nosso é um claro exemplo, respeita, por um lado, aos mecanismos de controlo e avaliação dos serviços educativos, seja no plano mais amplo do sistema, seja no interior das próprias escolas; por outro lado, respeita à necessidade de subordinar as políticas educativas às necessidades estabelecidas pelo mercado de trabalho.

Àquele propósito, há que referir que, quando a escola se centra demasiado nos resultados académicos e em mecanismos de seleção, como exames e rankings, sem investir em meios de superação das desvantagens de partida de muitos estudantes de meios desfavorecidos, ocorre risco manifesto de segregação social. A FENPROF alertou, desde o seu aparecimento, para os perigos que se escondiam por trás da divulgação anual dos chamados rankings de escolas, que alguns tão afanosamente tentaram e acabaram por conseguir instalar como prática corrente.

Um desses perigos poderá ser a afirmação do programa do governo no que respeita à “liberdade de escolha”, quando o mesmo refere a “Criação de um sistema nacional de indicadores de avaliação da Educação, em linha com as melhores práticas internacionais, garantindo transparência e confiança aos cidadãos e incentivando as famílias a tomar decisões mais informadas no exercício da sua liberdade de escolha”⁶. Contudo, a “livre escolha” da escola, através da regulação pelo mercado, reforça de forma poderosa a estratificação e segregação económica, social e étnica entre as escolas e, consequentemente, entre os indivíduos. A capacidade e possibilidades de escolha de uma pessoa dependem, aliás, das suas condições ou ferramentas socioculturais e económicas.

Acima de tudo, para este governo, quando se fala em escolha da escola, ela não é mais do que a preparação de uma nova forma de financiamento do setor privado, através do cheque ensino, que permita o pagamento das propinas das escolas privadas com o dinheiro dos contribuintes. O argumentário neoliberal, que é pródigo na arte do convencimento, poderá até, se assim o entender, “defender a liberdade de escolha a partir

de valores isolados ou unilaterais como a liberdade individual ou a utilidade pessoal, mas não [ou nunca] a partir da justiça”⁷.

A operacionalização das políticas dos governos neoliberais passa também por estratégias que alguns analistas denominam por lógicas articuladas de descentralização centralizante e de centralização descentralizada, como por exemplo a municipalização da educação. Tal como afirmam Pablo Gentili e Tomaz Tadeu da Silva⁸, “propõe-se para níveis cada vez mais micro (inclusive a própria escola), evitando-se assim, interferência ‘perniciosa’ do centralismo governamental; desarticulam-se os mecanismos unificados de negociação com organizações dos trabalhadores da educação (dinâmica que tende a questionar a própria necessidade das entidades sindicais); flexibilizam-se as formas de contratação e retribuições salariais dos docentes, etc.”.

Há, contudo, um conjunto de competências de que nem os governos neoliberais não largam mão, centralizando-as, e, portanto, não as transferindo para os municípios, e muito menos, para as próprias escolas, tais como:

- A necessidade de desenvolver processos nacionais de avaliação do sistema educativo (para alunos, professores e escolas, através de mecanismos de avaliação interna e externa);
- A necessidade de desenhar e desenvolver reformas curriculares a partir das quais se estabeleçam os parâmetros e conteúdos básicos de um currículo nacional (havendo, nestes processos, parcelas do saber que são secundarizadas, apesar de importantes para a formação integral do indivíduo);
- Associada à questão anterior, a necessidade de desenvolver estratégias de formação de professores que permitam a atualização profissional segundo o plano curricular centralmente estabelecido (tendendo a ser limitada à área científica e disciplinar e a desvalorizar uma formação caleidoscópica que permita uma perspetiva abrangente e crítica sobre a complexidade da realidade);
- A organização das escolas em domínios decisivos como sejam os que se determinam a constituição das turmas, atividades letivas, horários ou apoios educativos.

Como se vê, o Estado neoliberal é mínimo quando deve financiar a escola pública e máximo quando define de forma centralizada o conhecimento oficial que deve circular pelos estabelecimentos educacionais, quando estabelece mecanismos verticalizados e antidemocráticos de avaliação do sistema e quando retira autonomia pedagógica às instituições e aos atores coletivos da escola, entre eles, principalmente, aos docentes.

Estes tendem a ser reduzidos a técnicos

7. Xavier Bonal (2008) “Será justa a liberdade de escolha da escola?”, Jornal “A Página da Educação”, 181, 9.
8. Pablo Gentili e Tomaz Tadeu da Silva (orgs.) (1999) Escola S. A. – Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE.

ou instrutores, com menor autonomia e controlados de perto, havendo uma fragmentação, burocratização e intensificação do trabalho docente, ao mesmo tempo que é precarizado e tornado mais barato. A pedagogia, cerne da profissionalidade docente, é desvalorizada, com crítica às abordagens pedagógicas mais progressistas e integradoras. Os exames nacionais, a avaliação externa, a avaliação do desempenho docente e a adoção de uma estrutura hierárquica do tipo empresarial, em lugar da estrutura participativa, aumentam o controlo tanto sobre os professores como sobre as escolas.

Em suma, descentralização centralizante e centralização descentralizada são, em particular para o atual governo, duas faces da mesma moeda, a duplicidade autoritária dinâmica que caracteriza as reformas educacionais implementadas pelos governos neoliberais, sempre astutos e pragmáticos na imposição das suas práticas. E uma das artes por eles aperfeiçoada foi saberem fasear as medidas políticas que iam desenhando. Desenquadrando-as, desfasando-as no tempo, procuram dificultar a visão global da ofensiva projetada.

Analisada, cada uma per si, os professores e a população em geral, nem sempre têm vislumbrado todas as dimensões e implicações das várias medidas, apesar de a FENPROF e os seus sindicatos desde há muito alertarem para a necessidade de uma visão global do que tem estado a ser feito. Tal perceção acaba, no entanto, por se alargar mais recentemente, já com este governo a comandar a ofensiva final e com o expedito ministro hayekiano⁹, ao leme da Educação, incapaz de disfarçar a opção ideológica que sempre foi a sua.

III. As mudanças necessárias: diagnóstico, apreciações e propostas

No atual contexto de crise, as medidas que o governo impõe, surgem, para muitos, como “inevitáveis”, o que não correspondendo à verdade: é tão só o recurso a um dos estratagemas correntes do neoliberalismo para impor as suas opções aos povos. O que acontece é que o governo, de forma oportunista, usa a crise como pretexto para desenvolver políticas que são uma tentativa

9. Friedrich Hayek foi uma das mais conhecidas figuras da Escola Austríaca de Economia e um dos mais destacados pensadores liberais do século XX. Defensor da economia de livre mercado, manteve com John Maynard Keynes uma vinda discordância sobre as políticas intervencionistas do Estado. Consultar em Nicholas Wapshott, (2012) Keynes/Hayek – o confronto que definiu a economia moderna. Lisboa: Edições D. Quixote.

de rutura com a Constituição da República Portuguesa. Tais políticas têm provocado problemas novos na Educação e agravado outros que já existiam antes.

A FENPROF identifica um conjunto de áreas que considera vitais para o futuro de um sistema educativo que elege como referência a Escola Democrática – pública, de qualidade, gratuita ou tendencialmente gratuita e para todos e todas – e, em relação a cada uma, para além do diagnóstico, apresenta propostas concretas com vista a uma alternativa. É neste sentido que o presente capítulo se organiza.

ficha 1 Financiamento da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

Nos 150 anos que medeiam entre 1850 e o final do século XX, período absolutamente decisivo para a construção dos principais sistemas educativos da Europa e da América do Norte, Portugal esteve sempre no pequeno grupo de países europeus que menos investiram na Educação.

Na década de 60 do século XX, Portugal investia na Educação cerca de um quarto do que fazia a generalidade dos países europeus. Só após a Revolução de abril de 1974 se produziu a primeira alteração verdadeiramente positiva em termos de financiamento do setor. Entre meados de 74 e de 77 o investimento na educação passou de 1,4% do PIB para 3,1%. Nos treze anos seguintes voltou-se ao habitual subfinanciamento. Apesar do enorme atraso do país nesta área, o aumento do investimento em tal período, em percentagem do PIB, foi absolutamente marginal: 0,8%. Apenas nos anos compreendidos entre 1991 e 2002 se assistiu a um novo crescimento do investimento na Educação, relativamente sustentado, com expressão na percentagem do PIB: em 2002 situava-se perto dos 5,5%. De 2002 para cá foi sempre a desinvestir, até 2009. Em 2008 estávamos nos 4,3% do PIB; em 2009 subiu para os 5%, nível que se manteve em 2010. Nos dois últimos anos a quebra foi de tal modo violenta (passando para 3,8% do PIB) que todo o sistema educativo português ficou à beira da desagregação. O financiamento da Educação recuou 22 anos, regressando ao mesmo nível de 1990, em pleno cavaquismo.

Esta situação que resulta de uma opção ideológica clara do governo de Passos Coelho, consubstanciada num ataque sem precedentes ao Estado Social, e em particular à Escola Pública, acontece numa altura em que os resultados escolares do país, em termos de proficiência no uso da língua e da matemática e das ciências se situam, pela primeira vez, na média europeia. Apesar do atraso de décadas em relação à maioria dos outros países europeus, apesar do subfi-

nanciamento crónico, bastou um período de consolidação na Educação de menos de meia dúzia de anos para que o esforço constante dos professores, dos alunos e das famílias portuguesas produzisse resultados palpáveis que agora estão em risco. E verifica-se isto quando temos pela frente a enorme exigência da escolaridade obrigatória de 12 anos e a necessidade premente de juntar aos resultados referidos a aproximação aos raios europeus em termos de conclusão do secundário.

Perante esta brutal ofensiva contra a Escola Pública, numa altura em que é crucial não perder o já conseguido para, a partir daqui, obter novos avanços, adquire renovada importância a definição de uma lei do financiamento para a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário que exclua, obviamente, a hipótese de propinas mas que, isso sim, constitua um referencial robusto que impeça o aproveitamento das conjunturas mais desfavoráveis para delapidar a Escola Pública. Tal lei deverá fixar regras claras e transparentes de financiamento público no apoio às escolas, a fim de lhes possibilitar o cumprimento dos seus projetos educativos, garantindo-lhes, deste modo, o exercício adequado da autonomia. No atual contexto em que surgem tendências para o alijamento de responsabilidades do poder central e para a desregulação, a sua aprovação assume uma importância ainda maior.

ficha 2 Financiamento do ensino superior público

A dotação global atribuída pelo Orçamento de Estado para o ensino superior passou de 1127,2 milhões de euros, em 2008, para 917,4 milhões de euros, em 2012, o que corresponde a um corte aproximado de cerca de 20% num período de menos de cinco anos. A acentuada diminuição do orçamento público para o ensino superior tem implicado, para além do corte nos salários, a diminuição do corpo docente, com o despedimento de docentes com contratos precários e a não substituição dos que se aposentam; tem implicado também a degradação das condições de ensino, nomeadamente de laboratórios, bibliotecas, meios informáticos e edifícios.

Os novos cortes no Orçamento do Estado para 2013 tornam a situação dramática, colocando muitas das instituições na iminência de rutura financeira. Apesar das alterações efetuadas durante o debate parlamentar terem diminuído a dimensão dos cortes para o ensino superior, as receitas de muitas instituições públicas são insuficientes para assegurar as suas atividades e a missão de serviço público.

Ao mesmo tempo, as propinas têm aumentado e o apoio social aos estudantes tem diminuído. Portugal é simultaneamente um

dos países da OCDE com menor investimento público por estudante do ensino superior e um daqueles em que as propinas são mais elevadas. Como consequência, aumenta o número dos estudantes que, por motivos financeiros, interrompem os estudos a meio do 1º e 2º ciclos ou desistem de prosseguir para o 2º (mestrado) ou 3º (doutoramento).

Neste contexto, são mesmo ultrajantes as propostas do governo e do FMI para o aumento das propinas. A concretizarem-se, poriam ainda mais em causa o acesso de muitos jovens a uma educação superior, num país que já apresenta uma grande desigualdade no seu acesso e frequência. Em conjunto com o empobrecimento em curso, tornariam Portugal ainda mais desigual e socialmente injusto.

O combate contra a asfixia financeira das instituições e por um financiamento público que permita um ensino superior de qualidade e democrático é parte integrante da luta em defesa da Escola Pública. Neste sentido, a FENPROF entende necessário:

- Reforçar o financiamento público, com regras estáveis e transparentes;
- Respeitar a autonomia, garantindo as condições a uma eficiente gestão pública;
- Contrariar o aumento das propinas e garantir um sistema de bolsas e de outros apoios sociais suficientes para impedir o abandono escolar por motivos económicos.

ficha 3 Financiamento da investigação científica

É consensual reconhecer que a investigação científica promovida no sistema de ensino superior em Portugal registou consideráveis avanços nas últimas duas décadas. O número de doutoramentos realizados e de trabalhos publicados em revistas internacionais são dois indicadores que os documentam, a que deveriam acrescer publicações em livros e revistas internacionais e nacionais em outras línguas além da inglesa. Esta evolução foi permitida pelo aumento dos recursos financeiros públicos alocados à ciência e pela criação de uma rede de centros de investigação, essencialmente universitários, avaliados e financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Esta rede de centros e laboratórios associados, apesar de muito assimétrica, cobre o país e permitiu consolidar investigação em vários domínios e em diferentes regiões. A par do financiamento de tipo “competitivo”, por projeto, os centros de investigação positivamente avaliados têm disposto de um financiamento plurianual de base, cujo montante é em função da sua avaliação científica e do número de doutorados que estão integrados.

A FENPROF considera que as políticas científicas que se desenham no Programa Horizonte 2020 e sobretudo as políticas se-

guidas pelo governo PSD/CDS representam a negação da coesão territorial. Perante isto a FENPROF considera necessária uma repartição equilibrada de recursos em termos regionais e nas várias áreas científicas. A FENPROF preza os princípios de independência e avaliação dos painéis de avaliação mas estes não devem ser constituídos exclusivamente por peritos estrangeiros por revelarem uma atitude reverencial e de dependência à agenda científica, económica e política dos países centrais.

Neste contexto é particularmente preocupante o anúncio pelo governo de alterações à filosofia e ao regime de financiamento dos centros de investigação. Com o objetivo declarado de diminuir o número de centros, pretende o governo acabar com o financiamento de base, transformando-o num concurso de projetos, tornando menos perenes e mais frágeis estas estruturas que se vinham afirmando como os pólos mais dinâmicos da Ciência em Portugal.

A aplicarem-se estas opções, da competição resultará, com toda a probabilidade, o fim de centros de investigação menos consolidados, nomeadamente dos localizados em regiões mais afastadas do litoral e dos inseridos no ensino superior politécnico.

A fragilização das estruturas científicas nacionais contribuiria para uma ainda maior dificuldade em atrair fundos comunitários para Portugal, país que já é atualmente um contribuinte líquido para a investigação científica na Europa.

Para o desenvolvimento da investigação científica, a FENPROF defende:

- A manutenção do financiamento de base, plurianual, dos centros de investigação;
- A dignificação do emprego científico, com vínculos estáveis e perspetivas de progressão;
- Medidas que potenciem a realização de investigação nos institutos politécnicos, aproveitando os recursos instalados e a qualificação do corpo docente;
- O fortalecimento das estruturas científicas e políticas que defendam o interesse nacional no respeitante à distribuição dos fundos europeus para a Ciência.

ficha 4

Rede escolar

Realizada muitas vezes à revelia das comunidades escolares e das autarquias, a reestruturação da rede escolar desenvolveu-se, nos últimos anos, em duas vertentes:

- Encerramento de milhares de escolas do 1º ciclo do ensino básico, sem ter em conta as diferentes realidades e o impacto do encerramento indiscriminado no acentuar da desertificação do interior;
- Agregação de escolas e agrupamentos em “unidades orgânicas” de grande dimensão, ignorando as especificidades das escolas enquanto organizações educativas

concretas, com identidade própria, órgãos de administração e gestão e projetos em desenvolvimento no terreno.

A constituição de mega-agrupamentos, iniciada, de forma ilegal, no tempo de David Justino e continuada por Isabel Alçada, adquire com Nuno Crato uma maior dimensão e complexidade, com a imposição de 150 novas agregações em 2012 e, já no decurso deste ano letivo, 2012/2013, de mais 67.

Num exercício de hipocrisia, o governo alega que os agrupamentos agora criados “têm uma dimensão equilibrada e racional” (12 deles têm mais de 3000 alunos) e que “têm em conta as características geográficas, a população escolar e os recursos humanos e materiais disponíveis”, vantagens educativas e pedagógicas que, em agosto de 2010, o PSD e o CDS/PP – então na oposição – não reconheciam, recomendando mesmo ao governo de José Sócrates a suspensão imediata de todo o processo, com a reversão das implicações que tinha tido em todos os agrupamentos e escolas afetadas (Resolução da Assembleia da República nº 94/2010).

Um estudo realizado pela FENPROF relativo à constituição e ao funcionamento dos mega-agrupamentos, divulgado em março de 2011, retrata uma realidade caracterizada por dificuldades várias, decorrentes da junção artificial de escolas com histórias e culturas distintas (nalguns casos, fisicamente distantes) e da substituição de uma gestão de proximidade por uma gestão à distância, com consequências negativas ao nível da desumanização dos espaços, da impessoalidade das relações, da descoordenação pedagógica, da morosidade dos processos, da sobrecarga de trabalho, do aumento da burocracia, da conflitualidade e do centralismo. Conclusões que o Conselho Nacional de Educação (CNE) recentemente corroborou, ao denunciar que “a criação de agrupamentos de grande dimensão tem vindo a criar problemas novos onde eles não existiam” e alertando, também, para “a recentralização do poder na administração central, agora reforçada na sua capacidade de controlo de tudo e todos, pelas novas tecnologias” (Recomendação nº 7/2012, CNE).

Para a FENPROF, a reestruturação da rede escolar deve estar subordinada a preocupações de natureza educativa e pedagógica e não ser comandada por ambições de redução de custos e de controlo administrativo, com vista à supressão de cargos e serviços e à retirada de professores e trabalhadores não docentes. Por isso, continuará a exigir a reversão do caminho dos “mega-agrupamentos”, pelas finalidades que ele persegue e pelas consequências que terá. A FENPROF reafirma a necessidade básica de discutir seriamente que sistema educativo queremos para o país: se queremos escolas com projetos e identidades próprias ou “unidades orgâni-

cas” descaracterizadas e pedagogicamente ingeríveis; se a prioridade do país deve ser a aposta na educação e na qualificação dos portugueses ou o embaratecimento do sistema público, pondo em causa o futuro de várias gerações.

ficha 5

Reorganização da rede de instituições do ensino superior

A atual rede de universidades e institutos politécnicos públicos, criada a partir do final dos anos 70, foi decisiva para o desenvolvimento nacional e regional. A sua destruição implicaria um franco agravamento das assimetrias regionais.

O relatório do Orçamento do Estado para 2013 (pag. 203) indica que é objetivo do governo a tomada de “Medidas de racionalização da rede pública de instituições, para melhor ajustamento da oferta formativa à procura e às necessidades do país em quadros qualificados”.

Com este governo e esta política, uma tal racionalização ou reorganização da rede do ensino superior terá por objetivo a redução de custos e da oferta pública e será efetuada sob a égide do mercado e da competição liberal entre as instituições. A criação de instituições vocacionadas para a formação avançada (3º e 2º ciclo), outras para o 1º ciclo e outras ainda para cursos superiores de curta duração, a par da reorganização da oferta formativa, numa lógica economicista e de “adequação” das formações ao mercado, conduzirá à diminuição da rede pública de universidades e politécnicos.

A FENPROF é contrária a uma reorganização ditada por meros critérios de mercado, sob a pressão do “combate ao défice”, que não tenha em conta a importância das várias áreas do conhecimento e do papel das instituições no desenvolvimento do todo nacional e das suas diversas regiões. Neste sentido, empenhar-se-á nas ações que visem derrotar os planos de destruição do sistema público de ensino superior e combaterá as tentativas de despedimentos ou de passagem ao regime de mobilidade especial que decorram de eventuais reorganizações e fusões de instituições.

Não há ensino superior a mais em Portugal. Pelo contrário, a percentagem da população com educação terciária ainda está longe da média nos países da OCDE. O que falta são políticas ativas que visem diminuir os níveis de abandono, alargar a base de recrutamento, elevar o nível de formação de trabalhadores e quadros técnicos no ativo, promover a formação superior ao longo da vida.

A FENPROF entende que qualquer reorganização da rede de instituições tem de assegurar:

- A manutenção da rede pública de universidades e politécnicos com elevada qualidade pedagógica, científica e democrática;
- O respeito pela capacidade humana e material instalada e o seu aproveitamento ao serviço do desenvolvimento económico e social;
- A celebração de contratos-programa que visem o aumento das qualificações do corpo docente e a melhoria das condições laboratoriais para a investigação nas instituições mais débeis;
- A coesão nacional, garantindo uma boa distribuição geográfica das instituições, mantendo instituições do ensino superior nas regiões de baixa densidade;
- A consolidação de centros de investigação em todo o país, com a manutenção de um financiamento plurianual de base, complementado com o de base competitiva;
- Financiamento plurianual de base, complementado com financiamento de projetos por concurso, mas sem excluir os centros de investigação com classificação de bom ou muito bom.

ficha 6

Gestão das escolas

O 10.º Congresso Nacional dos Professores reafirmou a clara oposição ao Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, imposto dois anos antes. Apesar de, em 2012, o atual governo ter levado a cabo uma revisão do regime de autonomia, administração e gestão das escolas, manteve inalteráveis a filosofia e a estrutura de governação, procurando consolidar um modelo importado das teorias de gestão empresarial – um líder, uma equipa, um projeto – e, desta forma, erradicar definitivamente a gestão democrática das escolas portuguesas.

A FENPROF contesta aspetos centrais desse regime, nomeadamente a imposição a todas as escolas de um órgão de gestão unipessoal, a substituição de um processo de eleição direta do órgão de gestão por um colégio eleitoral alargado por um procedimento híbrido de concurso e eleição pelo conselho geral, a desvalorização do conselho pedagógico, a concentração no diretor de poderes de decisão que pertenciam a outros órgãos e atores escolares. Tendo a gestão uma importância decisiva no clima de escola, este modelo tem levado à deterioração das relações de trabalho em muitos estabelecimentos de ensino, contribuindo para a desmotivação e para o desgaste pessoal e profissional dos docentes e agravando as condições de trabalho na Escola Pública. Importa também garantir a participação dos alunos na gestão das escolas, através da sua representação na direção das mesmas, a partir do ensino secundário.

A FENPROF tem propostas para a direção e gestão democráticas das escolas, construídas, com os professores, ao longo

de muitos anos. Defendendo a descentralização da administração educativa, aponta a transferência de competências para o nível local e para a escola, e nestes, para órgãos próprios democraticamente legitimados e com adequada representação escolar e comunitária.

A este respeito, importa ter em conta que nas regiões autónoma da Madeira e dos Açores os regimes em vigor mantêm a colegialidade e a elegibilidade dos órgãos, respeitando o princípio da participação democrática na gestão das escolas, consagrado na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) e na própria Constituição da República: as escolas continuam a ter conselhos executivos, coordenadores de departamento livremente eleitos pelos seus pares e conselhos pedagógicos com competências e funcionamento autónomo, salvaguardando o primado do pedagógico e científico sobre o administrativo, tal como consagra a LBSE. Este facto constitui para a FENPROF um argumento acrescido para recusar o regresso da “filosofia do reitor” às escolas, solução tecnocrática que não respeita o património histórico e socioeducativo da escola democrática.

Considerando a gestão uma frente reivindicativa da maior importância, a FENPROF continuará a intervir e a mobilizar os professores no sentido da exigência de um regime alternativo ao atual, defendendo a democratização do governo das escolas, não só pelo seu valor intrínseco no quadro da garantia dos direitos sociais e de cidadania, mas também pelo seu impacto na promoção de uma educação para a democracia e para a participação social e cívica.

ficha 7

Avaliação das escolas

A avaliação das escolas¹⁰ surgiu como instrumento central de definição das políticas educativas nas últimas décadas, assumindo-se como promotora da melhoria da qualidade da ação das escolas, contribuindo para a elevação das aprendizagens dos alunos.

A centralidade atribuída a esta avaliação advém da determinação de metas nacionais de resultados escolares, bem como da crescente responsabilização e autonomia alegadamente atribuída às escolas

Em Portugal, a avaliação das escolas efetiva-se em dois níveis: a autoavaliação e a avaliação externa. A autoavaliação, com caráter obrigatório, assenta essencialmente na autoanálise sobre o grau de concretização do projeto educativo. A avaliação externa das escolas, concretizada pela Inspeção Geral da Educação e Ciência (IGEC), teve um primeiro ciclo (2006-2011) que produziu 1131 relatórios e, em alguns casos, recomendações sob a

forma de plano de melhoria. Este programa, seguindo uma abordagem metodológica idêntica, com a introdução da exigência de um plano de melhoria para cada escola, iniciou já o segundo ciclo avaliativo, tendo sido avaliadas 231 escolas em 2011/2012. Apesar de a avaliação externa estar bem estabelecida, ter sido bem acolhida por parte dos diversos agentes educativos e de a informação sobre o programa e os resultados terem acesso fácil, não teve qualquer impacto nos media, em contraste com uma pretensa avaliação que se expressa através da comparação (nacional ou internacional) de resultados em testes que não têm em conta as especificidades de cada escola e de cada contexto educativo; são os rankings, estabelecidos pelos media, que continuam a dar informação à sociedade sobre a pretensa qualidade de cada escola.

O recente estudo da OCDE¹¹ sobre políticas nacionais de avaliação identifica desafios que Portugal enfrenta neste domínio: a IGEC deve basear menos a sua intervenção em documentação e em processos administrativos; dar mais atenção à aprendizagem e ao ensino; desenvolver competências em técnicas de avaliação; fortalecer a autoavaliação; implementar a avaliação dos diretores de escola.

Como se desprende dos dados deste estudo e do parecer do Conselho Nacional de Educação¹², a avaliação da escola não se substitui ao debate sobre a escola, antes o deve propiciar de forma mais informada. Neste sentido, importa discutir a comparabilidade dos produtos da avaliação e os seus objetivos. Modelos que visem a competição entre as escolas não são compatíveis com a especificidade de cada uma, enquanto que modelos que assentem na análise particular são capazes de conferir maior autonomia aos atores locais, e de se constituir como autores de um percurso único que visa a melhoria, construindo referenciais próprios para a avaliação.

Por isso a FENPROF considera ser necessário aprofundar a conceção de avaliação e os seus fins, alargando-a a todas as dimensões do sistema educativo, de forma sistemática e estruturada, evitando que a avaliação constitua um instrumento de controlo político, pedagógico, administrativo e financeiro, nomeadamente através dos “efeitos perversos” dos exames no desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e da seriação das escolas a partir de comparações simplistas das classificações obtidas pelos alunos

Reafirma ainda a importância para o efetivo desenvolvimento da escola de modalidades de avaliação interna que, tendo como motivação principal o acompanhamento

10. Sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário da rede pública, privada, cooperativa e solidária, instituído pela Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro.

11. http://www.oecd-ilibrary.org/fr/education/oeecd-reviews-of-evaluation-and-assessment-in-education-portugal2012/school-evaluation_9789264117020-8-en
12. Conselho Nacional de Educação, Parecer n.º 5/2008, sobre a «avaliação externa das escolas»



dos projetos de escola, constituam processos coletivos, formativos e construtivos, facilitadores da capacidade de autorregulação das escolas e promotores da sua autonomia.

ficha 8 Municipalização da educação e privatização da escola pública

A teimosia de sucessivos governos em torno da municipalização da Educação é, num tempo mais recente, conhecida dos professores e educadores portugueses desde 1983. Também em 1985, o governo fez mais uma séria tentativa de transferir para as autarquias as responsabilidades com o ensino básico, incluindo os seus profissionais. A luta dos docentes derrotou tais opções.

No entanto, muitas responsabilidades foram sendo transferidas do poder central para as autarquias locais: transportes escolares, construção e manutenção de muitas instalações, parte significativa das despesas de funcionamento, da ação social escolar e cantinas; mais recentemente, o governo transferiu o pessoal não docente para a responsabilidade de 112 municípios que assinaram protocolos neste sentido, bem como as atividades de enriquecimento curricular (AEC) na base de contratos-programa. Há municípios que, entretanto, já denunciaram os protocolos referidos.

Os resultados destes processos têm traços comuns: as autarquias locais assumiram mais responsabilidades sem que o poder transferisse recursos financeiros adequados. Consequências: em muitos concelhos os transportes escolares realizam-se sem as condições de segurança e comodidade, um elevado número de escolas do 1º ciclo e de jardins de infância veem tardar obras indispensáveis e funcionam na penúria e a ação social escolar não responde aos problemas sociais. A transferência dos trabalhadores não docentes para a responsabilidade de municípios criou dificuldades no que respeita a questões tão elementares como a avaliação do desempenho ou a tutela disciplinar.

Já no que respeita às AEC, o quadro atual é desastroso: subfinanciamento crónico, atraso na transferência de verbas para o poder local, atraso no pagamento de salários, aliás, regra geral, miseráveis, precariedade extrema e entrega das atividades a empresas privadas. O que em muitos concelhos se tem passado a este nível basta para os professores fundamentarem a oposição às intenções municipalizadoras. Mas o atual governo anuncia o propósito de transferir para as autarquias todas as responsabilidades com a educação, desde a educação pré-escolar ao 12º ano, incluindo os professores e educadores e o pessoal não docente.

O governo PSD/CDS quer sacudir responsabilidades e continuar a abrir caminho,

por esta via, para a privatização da educação. Tal está já em curso, de algum tempo a esta parte, com o modelo de gestão instituído, com a constituição de mega-agrupamentos, com a concessão de serviços das escolas a empresas privadas, com o recurso ao POPH (Programa Operacional Potencial Humano) para pagar salários de docentes e com a organização e financiamento das AEC.

A FENPROF rejeita o caminho da municipalização e defende a descentralização da administração do sistema educativo assente em dois princípios:

A construção da autonomia das escolas assente numa lei de financiamento dos estabelecimentos de ensino básico e secundário e da educação pré-escolar e em legislação relativa à autonomia das escolas e agrupamentos que clarifique e delimite competências e responsabilidades;

A criação de conselhos locais de educação de âmbito municipal e participação comunitária com poderes próprios de decisão em questões de âmbito municipal.

Importa reafirmar, ainda: a FENPROF recusa que as matérias relacionadas com o exercício da profissão docente (salários, concursos, avaliação do desempenho, poder disciplinar, organização e funcionamento das escolas...) sejam transferidas para os municípios.

ficha 9 Escolaridade obrigatória de 12 anos

A extensão da escolaridade obrigatória para 12 anos foi defendida pela FENPROF pelo menos desde 2003 e veio a ser legislada pela ministra Maria de Lurdes Rodrigues em 2009. A FENPROF assenta a sua posição na convicção de que o desenvolvimento económico e social de um país desenvolvido e justo exige uma educação e uma formação cada vez mais amplas, exigentes e atualizadas. Os objetivos da ministra Lurdes Rodrigues apontavam noutra direção: combater o abandono da escola por um significativo número de jovens, com escolaridade incompleta, pretensamente lançados no mundo laboral numa fase em que a retração económica e o desemprego eram já por demais evidentes.

A FENPROF reafirma a sua firme defesa da extensão da escolaridade obrigatória para 12 anos. Mas é por demais evidente que, por si, a extensão da escolaridade obrigatória não é instrumento adequado para combater o insucesso e o abandono escolares, situações que continuam a ser preocupantes no nosso sistema educacional. A resposta a estas situações tem de assentar no uso, em cada escola, de recursos humanos, materiais e pedagógicos que permitam a recuperação de atrasos momentâneos nas aprendizagens, evitando acumulações de insucessos que se vão tornando irrecuperáveis. A extensão da

escolaridade obrigatória para 12 anos, para ter significado verdadeiro, supõe que se resolvam, antes, as questões do abandono e do insucesso escolares.

Este prolongar do tempo da escolaridade obrigatória não pode significar uma menor qualidade e exigência das aprendizagens, desde o 1º ano. Não pode tratar-se de “dar em 12 anos” o que “se dava em 9”; aceita-se que o prolongamento impõe sustentadas reformulações de currículos, de programas e de vias de ensino diversas, num sentido bem distinto dos atuais objetivos de cortes em pessoal, despesa e qualidade. A extensão da escolaridade obrigatória deve abrir campo para o aprofundamento das diferentes vias de formação e aprendizagem após a conclusão do 9º ano, diversidade de vias só aceitável se a todas for conferida igual dignidade, seriedade e competência, o que implica uma profunda reversão da mentalidade dominante e um forte investimento financeiro nas vias profissionais.

Em contraponto a alterações de circunstância, motivadas apenas pela “poupança”, prática a que o MEC tem recorrido, a FENPROF torna pública a sua disponibilidade para, em colaboração com instituições e organismos competentes e com académicos reconhecidos na área, participar numa sustentada revisão curricular e de programas que dê a desejável dimensão ao prolongamento da escolaridade obrigatória: uma melhor formação humana e técnica dos jovens portugueses. (Note-se que, segundo os dados da OCDE, Education at a Glance 2012, Portugal continua longe das médias europeias no que respeita ao número de jovens e adultos com ensino secundário e ensino superior).

ficha 10 Educação pré-escolar

A publicação da “Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar” (Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro) previa um forte investimento, planificado, na educação de infância. No entanto, os sucessivos governos demitiram-se do seu cumprimento, comprometendo o que está explicitado na Lei de Bases do Sistema Educativo que prevê a universalização da frequência no ano anterior à entrada no 1º ciclo do ensino básico (CEB). Portugal continua aquém das expectativas, mantendo uma taxa de cobertura inferior à de parceiros europeus que assumiram a educação pré-escolar como prioridade nas políticas educativas, em alguns casos tornando-a obrigatória.

É reconhecido que a frequência de uma educação pré-escolar de qualidade é essencial ao desenvolvimento global da criança, à deteção precoce de problemas de desenvolvimento e à aquisição de competências básicas para o ingresso no 1º CEB, promovendo assim a igualdade de oportunidades e o sucesso ao longo da vida. Não se pode, por isso,

aceitar que o alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos fosse lançado sem qualquer discussão e tomada de medidas que tenham em conta o papel da educação pré-escolar no cumprimento desse objetivo.

No cumprimento da sua função, a educação pré-escolar tem na avaliação uma condição essencial para a consolidação da qualidade educativa e pedagógica. Avaliar as práticas e os seus efeitos é um procedimento essencial e transversal a todos os níveis de educação e ensino. Apesar de todo o suporte legislativo e pedagógico, o processo de avaliação na educação pré-escolar nunca foi regulamentado, de modo a permitir uma uniformização dos tempos e espaços para a respetiva concretização. Em sentido oposto ao que seria de esperar, o MEC não assume a avaliação como uma prática essencial e obrigatória na educação pré-escolar, como denota, em particular, a publicação anual de uma exceção nesta matéria através do calendário escolar.

Neste quadro de insuficiências, cabe também registar que, no respeito por recomendações da OCDE, deveria o Estado português responsabilizar-se por uma rede pública de creches, assegurando uma resposta social e educativa de qualidade. Tal não tem sucedido.

Por fim, assinalar que a resposta social nos jardins de infância, promovida pelas autarquias, vem sendo marcada, em larga medida, pelo desinvestimento nos recursos humanos qualificados para tal efeito.

Com o objetivo de reafirmar a importância da educação pré-escolar numa perspetiva pedagógica, a FENPROF defende:

Um claro investimento, por parte do governo, na construção de equipamentos para a expansão de uma rede de estabelecimentos públicos de educação pré-escolar que garanta uma oferta educativa orientada para a promoção de uma educação de qualidade e que combata as desigualdades sociais;

A obrigatoriedade da frequência da educação pré-escolar no ano imediatamente anterior à entrada no 1.º CEB e a sua universalização aos 3 e 4 anos de idade;

Uma aposta empenhada na qualidade pedagógica da educação pré-escolar, incluindo a urgente regulamentação do processo de avaliação, em que cabe a consagração de um calendário escolar adequado e coincidente com o definido para o ensino básico;

A contratação de pessoal qualificado para o desenvolvimento da resposta social;

A consideração com igual dignidade do serviço prestado pelos profissionais nas diversas valências da educação pré-escolar.

ficha 11 Currículos escolares

O Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho, que deu corpo à denominada revisão da estrutura curricular, concretizada através

da alteração às matrizes curriculares, não é mais do que a aplicação à área da Educação de imposições da troika. Traduz-se num paupérrimo diploma em termos de substância e conteúdo. Surge aliado a outros relativos à extensão da avaliação sumativa externa (vulgo, exames) e à reformulação das metas de aprendizagens disciplinares (definidas em função dos conteúdos dos programas e não das aquisições, saberes e competências dos alunos), bem como a medidas anunciadas (algumas, já executadas) sobre a diminuição do número de centros Novas Oportunidades e a possível extinção dos cursos de educação e formação de adultos. Em conjunto, colocam o sistema educativo, agora a caminho de concretizar, no papel, os 12 anos de escolaridade universal, numa situação anterior à da lógica da Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986. Isto é, têm um intuito claramente restauracionista quanto ao reforço do papel da Escola como reprodutora das desigualdades sociais.

“Reduzir a dispersão curricular” e reforçar a “aprendizagem das disciplinas essenciais”, retomando a catalogação de disciplinas de primeira e de segunda, constituem objetivos enunciados no preâmbulo do diploma. Hierarquizaram-se as disciplinas de acordo com o catálogo tradicionalmente aceite: matemática, língua materna, em primeiro lugar; a seguir as ciências experimentais (que, contudo, não escaparam a cortes significativos), uma língua estrangeira (só o inglês, pois claro, e só por cinco anos); finalmente, as ciências sociais, antes do desmembramento da educação visual e tecnológica, do esquecimento das restantes áreas artísticas e da eliminação quase completa das áreas curriculares não disciplinares.

Com este enquadramento não se cumprem os objetivos que deveriam presidir a uma verdadeira reforma curricular. Subjacente àquilo que o Governo chamou revisão curricular evidencia-se uma arrogância epistemológica positivista, que, além de subalternizar as ciências sociais, teve e tem três objetivos principais: retirar professores às escolas, iniciar um processo de empobrecimento curricular e destituir os jovens cidadãos de espírito crítico. Uma reforma curricular verdadeira terá de ser feita a partir da base, organizando ou reorganizando os ciclos de escolaridade e os currículos, tendo em conta os doze anos de escolaridade obrigatória e os verdadeiros desafios que o país enfrenta e que exigem a qualificação séria dos seus cidadãos.

A FENPROF defende que, para preparar uma resposta que seja séria relativa a currículos escolares, deve ter lugar um profundo e alargado debate como, aliás, sugeriu o Conselho Nacional de Educação. Neste debate, destacam-se temas como:

- O espaço da educação pré-escolar enquanto educação básica;
- O papel do 1.º ciclo do ensino básico,

incluindo a criação de equipas educativas a este nível;

- A organização dos ciclos no quadro do alargamento da escolaridade obrigatória;
- A permeabilidade entre diferentes vias no ensino secundário;
- Os modelos de avaliação das aprendizagens;
- A relação entre a avaliação no final do ensino secundário e o acesso ao ensino superior;
- O acompanhamento e o apoio aos alunos.

A FENPROF rejeita o Decreto-Lei n.º 139/2012, 5 de julho, defendendo que, para preparar uma resposta que seja séria relativa a currículos escolares, deve ter lugar um profundo e alargado debate, como, aliás, sugeriu o Conselho Nacional de Educação.

ficha 12 Retrocesso da escola inclusiva

A Educação Especial (EE) tem sido um dos setores da Educação mais desrespeitados pelos governantes portugueses. Os preâmbulos dos normativos publicados focam os compromissos assumidos pelo Estado (nomeadamente o que ficou acordado na Declaração de Salamanca, em 1994, da qual Portugal é subscritor), mas os articulados vão no sentido contrário ao das orientações internacionais.

Atualmente, a publicação de legislação está a reconduzir as escolas a um ambiente de segregação, fomentando retrocessos sociais e civilizacionais. Regressa a antiga e longínqua fase de integração: os alunos com necessidades educativas especiais (NEE), derivadas de deficiência comprovada, frequentam a escola pública mas em salas/unidades específicas.

Entretanto, o governo tenta dar o passo seguinte no seu projeto de regressão: voltar a retirar estes alunos das escolas públicas, colocando-os em instituições e substituindo o apoio de docentes especializados pela “guarda” a cargo de técnicos, monitores e mediadores. Estas opções consomem uma política de segregação e exclusão, lembrando as primeiras décadas do século passado.

A área da intervenção precoce (IP) é, também, uma das preocupações da FENPROF. Os docentes que trabalham nesta área encontram-se sem um vínculo específico à IP, colocados que são à margem do concurso nacional.

A FENPROF continuará a defender a inclusão plena dos alunos com NEE junto dos seus pares. É assim que o desenvolvimento e a formação pessoal de todos potenciam e traduzem-se no respeito por cada indivíduo.

Para além disto, os conceitos de NEE e de elegibilidade destes alunos têm de assentar em critérios pedagógicos e não serem estabele-

lecidos por uma classificação internacional de funcionalidade (CIF) de caráter estritamente clínico. O conceito de NEE imposto pelos governantes nacionais é muito redutor. Exclui milhares de alunos que deveriam beneficiar do apoio dos docentes de EE.

A FENPROF acompanha as exigências dos docentes de EE, mas certamente, também, dos alunos com NEE e das suas famílias, relativas às condições físicas e equipamentos adaptados. A FENPROF considera inaceitável que, nas disciplinas de caráter experimental, as turmas com 20 alunos, incluindo alunos com NEE não sejam desdobradas o que tornaria mais viável o trabalho com esses alunos. O mesmo sucede com a exigência de escolas realmente dotadas de recursos humanos necessários (docentes e não docentes) que permitam responder às necessidades educativas de cada um, desde a intervenção precoce até ao fim da escolaridade obrigatória, agora de 12 anos, o que obriga a dotar as escolas secundárias dos necessários lugares do quadro. Exige-se, ainda, o apoio a alunos com NEE também ao nível de outras respostas educativas, designadamente no ensino profissional e no ensino superior.

Porque todos os alunos têm direito à igualdade de oportunidades, a FENPROF defende uma profunda reorganização do setor e considera inadiável a revisão da legislação da EE e da IP, de forma que permita à Escola Pública dar a resposta adequada às necessidades de todos os alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem, independentemente do seu grau, natureza ou tempo de duração. Nesse sentido, o 11.º Congresso Nacional dos Professores reafirma as propostas apresentadas recentemente pela FENPROF para reorganização da EE.

ficha 13 Educação física e desporto escolar

A Educação Física e o desporto na escola são uma componente do processo global que nos deve merecer uma atenção cuidada. Garantem o indispensável desenvolvimento de capacidades físicas e motoras assumindo por isso mesmo um papel na formação integral das crianças e jovens.

O conhecimento científico e pedagógico disponível permite-nos saber que no processo de crescimento e maturação da criança não são separáveis os processos cognitivos e os processos motores; que a prática da atividade física regular motiva, acelera e facilita os processos de aprendizagem intelectual e contribui para estilos de vida saudável.

Deve pois cumprir-se no 1.º ciclo a Expressão Educacional Físico Motora. Deve pois combater-se a desvalorização da Educação Física no 2.º e 3.º Ciclos e Secundário. Deve pois recusar-se o esvaziamento do desporto escolar.

A redução da importância da Educação Física é um atentado pedagógico e social com graves repercussões no desenvolvimento na formação e na saúde das nossas crianças e jovens.

A Educação Física e o Desporto têm as suas raízes na prática social e são parte integrante do processo de humanização do indivíduo.

A sua presença e valorização é indispensável numa escola pública e inclusiva que a FENPROF defende.

ficha 14 Educação e formação de adultos

Os níveis de escolarização e qualificação dos portugueses são ainda muito baixos quando comparados com os dados dos países da União Europeia, pese embora o aumento da diversificação de ofertas de educação e formação de adultos (EFA) e a expansão dos sistemas de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC) por todo o país, nos últimos anos, terem contribuído bastante para diminuir a população subqualificada.

Fator de grande preocupação para a FENPROF, o atual governo não mostra vontade política para investir nesta área, estando pura e simplesmente a aniquilar a educação e a formação de adultos, seja através da redução e supressão de muitos cursos EFA, seja, ainda, através da reativação do ensino secundário recorrente, em condições inapropriadas, seja ainda pela extinção dos centros Novas Oportunidades (CNO), de modo arbitrário e por razões puramente economicistas, impedindo, desta forma, o acesso e os direitos de milhares de adultos a aprenderem e a terem mais e melhores qualificações. Se é verdade que durante a expansão e a generalização dos CNO e perante a adesão de muitos milhares de jovens e adultos se verificou a existência, de problemas e dificuldades de diverso tipo, não é menos verdade que isto só por si não invalida a importância, o potencial e a utilidade social do modelo em causa.

Em vez de uma avaliação dos processos então em curso (RVCC e Cursos EFA) realizada com o objetivo de identificar problemas e permitir a sua correção, o Governo encomendou um estudo sobre os seus impactos na empregabilidade e na remuneração dos formandos, num momento em que aumentaram brutalmente as taxas de desemprego e em que milhares de professores portugueses viram os seus salários diminuídos. Deve pois cumprir-se no 1.º ciclo a Expressão Educacional Físico Motora. Deve pois combater-se a desvalorização da Educação Física no 2.º e 3.º Ciclos e Secundário. Deve pois recusar-se o esvaziamento do desporto escolar.

Os resultados imediatos foram a suspensão dos percursos já iniciados por milhares de adultos, o aumento do número de professores com horário zero e o despedimento de centenas de formadores e técnicos antes do terminus dos seus contratos, configurando-se num ataque sem precedentes à Educação e Formação de Adultos.

Para responder aos desafios do futuro no âmbito do desenvolvimento e qualificação das sociedades, é imprescindível investir de forma consistente numa política pública de educação de adultos que integre diversas ofertas educativas e formativas de acordo com as necessidades e disponibilidades do público-alvo. Em particular é fundamental assegurar:

A existência de percursos e processos formativos de qualidade e dignificantes que assegurem uma real certificação e qualificação dos adultos;

Condições de trabalho e funcionamento adequadas às diferentes modalidades de formação e às suas exigências;

A integração dos profissionais dos CNO nos novos centros (CQEP);

A defesa dos direitos laborais dos docentes e formadores.

ficha 15 Ensino artístico especializado

Que as artes devem ser um elemento importante na formação oferecida pela Escola é hoje uma afirmação tão óbvia como o constatar que na realidade assim não acontece. O curso proveniente do MEC da superioridade das “disciplinas estruturantes” tem vindo a induzir a menoridade das diferentes disciplinas das artes no currículo e na formação.

A formação do gosto estético dos nossos jovens desde o início da escolaridade é fundamental para a criação de um público que sustente a existência de artistas profissionais, dos mais variados ramos, e que simultaneamente faça crescer nas escolas o gosto pela especialização artística.

Em várias áreas, particularmente nas áreas da dança e da música, a insuficiência da oferta pública é colmatada por uma oferta de iniciativa privada, na maior parte das vezes de boa qualidade, apoiada por dinheiros públicos. É uma situação em muitos casos com tradição local (as bandas, as escolas de música das coletividades ou municipais, as escolas profissionais artísticas, etc.) que a FENPROF respeita, sem prejuízo de considerar que são as escolas públicas o principal suporte e garantia da qualidade das formações e que como tal devem ser tratadas.

A situação profissional dos docentes das áreas artísticas nestas escolas – quer nas públicas, quer nas privadas – apresenta uma enorme instabilidade e precariedade, maiores ainda do que as que caracterizam o ensino

dito “regular” ou “académico. Contratados, anos sucessivos, sob a designação genérica de “professores de técnicas especiais” viram a sua especificidade virar-se contra si próprios: a não existência de “grupos de recrutamento” afastou-os – e continua a afastá-los – dos concursos nacionais e o ingresso nos quadros fez-se, a maioria das vezes, por legislação “pontual”, sem continuidade, criando uma enorme insegurança. Persistem ainda situações tão ridículas como atentatórias da dignidade destes docentes quando se pretende que se lhes aplique uma lógica de títulos académicos (licenciatura, mestrados) nada condizente com o modelo de cursos que frequentaram e com o seu valor artístico.

Por outro lado, as dificuldades financeiras de muitas escolas privadas têm conduzido a graves situações de diminuição de salários e de desemprego.

A existência de formações diversas, com critérios diferentes de titularização académica, e a presença de numerosos docentes estrangeiros, justificam que se mantenha um regime próprio de contratação dos docentes para as escolas especializadas de ensino artístico, nomeadamente a exigência de provas práticas em alguns domínios, desde que se assegure a transparência dos critérios de admissão.

A necessidade e a vantagem de estas escolas manterem ligação efetiva à prática artística justifica também que é forçosa uma legislação adaptada no que respeita às regras de acumulação e de horários.

A FENPROF exige que os docentes das áreas artísticas nas escolas especializadas de ensino artístico tenham as mesmas garantias dos outros docentes no acesso aos quadros das suas escolas, que devem ser definidos de acordo com as reais necessidades. Exige ainda que seja posto termo às ambiguidades do estatuto de “docentes de técnicas especiais”, criando as condições para o normal ingresso e progressão na carreira docente.

ficha 16 Ensino português no estrangeiro

Entende a FENPROF que deve reafirmar-se o propósito da difusão da língua portuguesa, o qual se materializará através de ações conjuntas de pais, alunos e professores. Nesse sentido pugna pela clarificação de uma política linguística que não se esconde em pressupostos economicistas e desvirtue a intenção que esteve na génese do ensino português no estrangeiro (EPE), o qual sempre apostou na divulgação da nossa cultura, das nossas tradições e do nosso maior legado: a língua portuguesa.

O EPE tem sofrido, desde 2006, ataques sistemáticos quer de ordem administrativa quer ideológica. O culminar destas políticas agressivas é a instituição de uma propina,

atentatória dos direitos das portuguesas e dos portugueses emigrantes que até agora usufruíam do livre acesso ao ensino gratuito da língua e cultura portuguesas.

Os argumentos da tutela, ainda que escurdos na escassez de meios financeiros que suportem este subsistema de ensino, não são aceitáveis porque contrariam direitos inalienáveis de acesso à cultura e à língua.

Mais agressiva é a posição assumida pelo Camões, IP, que agora promove, arditamente, cortes brutais nos créditos de horários a atribuir aos cursos de língua e cultura portuguesas (LCP), apelidando-os como critérios a adotar na elaboração das futuras redes horárias do EPE.

A FENPROF, em relação a este subsistema, procurará sempre negociar com a tutela e chegar a acordo com base nas propostas que procurem salvaguardar o funcionamento dos cursos de LCP, por um lado e, por outro, defender os direitos laborais dos professores no EPE.

É necessário defender o ensino português no estrangeiro numa perspetiva de futuro, de promoção do desenvolvimento e qualificação das comunidades portuguesas emigradas, sabendo quão valiosa é a nossa língua e que a mesma será uma mais-valia importantíssima para os jovens lusodescendentes, em particular aquando da sua entrada no mercado laboral. É imperativo investir de forma consistente numa política de divulgação da língua e não contribuir ou apostar na sua extinção. Há que investir ainda mais no processo de reconhecimento do valor da língua e do seu ensino através de um esforço junto das autoridades dos países de acolhimento. É imperativo investir na validação e na certificação das aprendizagens, consubstanciadas na certificação dos níveis de proficiência linguística, tendo por base o rigor e a exigência dos profissionais da educação a trabalhar no EPE.

ficha 17 Uma carreira atacada e violentada

Em três anos, os governos PS e PSD/CDS seguiram políticas de redução da despesa, impedindo os trabalhadores da administração pública de progredir nas carreiras, congelando concursos e sujeitando-os a graves indefinições quanto à avaliação do desempenho. Inventaram formas de agravamento dos horários de trabalho e das condições de exercício da profissão, reduziram salários e confiscaram os subsídios de férias e Natal. O trabalho burocrático é, hoje, uma forma de ataque à profissionalidade docente, ao mesmo tempo que centraliza o controlo da profissão no ME/MEC que usou e continua a usar as estruturas desconcentradas a nível regional e, cada vez mais, as direções de escolas como tentáculos da sua ação. Foi amputada

a autonomia pedagógica e científica, através de instrumentos de controlo externo (exames de ciclo e contratos de autonomia).

As transformações introduzidas na Educação, com sucessivas alterações dos currículos, a par de uma inexistente formação contínua e especializada dos docentes, são alguns dos fatores de desmotivação e desilusão, tal como a perda de confiança em relação ao Estado, por parte dos professores.

O anterior governo fez mudanças na carreira que desvalorizaram os professores e educadores enquanto profissionais reflexivos e transformadores da realidade cultural e social, visando a sua funcionarização. No entanto, foi possível, através da ação dos docentes, impedir que as revisões de carreira os condenassem a peões de um exército de profissionais acrílicos. Essa ação garantiu, ainda, uma organização menos negativa dos horários de trabalho e uma revisão da carreira que, apesar de não corresponder à proposta global da FENPROF, permitiu a progressão de milhares de docentes, até aí bloqueados por duas categorias artificialmente estratificadoras.

A política económica do governo é, hoje, motor do mais feroz ataque alguma vez desferido contra os trabalhadores da administração pública e os professores em particular.

Para a FENPROF, defender a carreira docente e rejeitar, no atual contexto, a sua revisão constitui:

- Condição para garantir uma carreira específica, ajustada às especificidades da profissão docente;
- Obstáculo justo à sua desvalorização social e material;
- Salvaguarda de uma organização específica e necessária dos tempos de trabalho;
- Proteção contra a fragilização dos vínculos, também perseguida pelo atual governo;
- Condição para concretizar a obrigação de realização de concursos públicos;
- Fator de unidade dos professores enquanto corpo possuidor de saber científico e de identidade profissional próprios.

ficha 18 Estabilidade do corpo docente das escolas

A estabilidade é crucial para a qualidade do sistema educativo. Um corpo docente estável em cada escola é elemento essencial para a constituição de equipas, relações de trabalho e desempenhos sólidos, capazes de interpretar as situações, os problemas e desafios das comunidades educativas e dos seus alunos em concreto, de molde a melhorar as respostas educativas. Associada a outros elementos, favorece um desejável clima de cooperação na educação e ensino em contexto escolar.

Mas a estabilidade é também um direito legítimo de cada docente, enquanto projeção

positiva sobre o futuro, dotada de necessários elementos de segurança. É um franco facilitador de envolvimento e desenvolvimento profissional, quando compatibiliza trajetos e lugares de desempenho com projetos de vida pessoal e familiar.

Apesar disto, as opções políticas de sucessivos governos e muitas das medidas em que elas se concretizam têm acrescentado insustentáveis fatores de instabilidade na vida das escolas e dos professores. Não se trata de um imponderado efeito colateral mas de uma identificável preferência política.

Desde logo, a opção dos governos pela precariedade, em particular e com gigantesca dimensão, no trabalho docente. Nas escolas foi crescendo o número de professores contratados a termo para responderem a necessidades permanentes. Enquanto cerca de 30.000 docentes se aposentaram, só 396 professores contratados puderam entrar nos quadros. Recentemente os contratados a termo diminuíram mas pelas piores razões: medidas para retirar, propositadamente, professores às escolas e que produziram recordes de desemprego docente e a ameaçadora profusão de horários zero. A obsessão austeritária inquina a vida das escolas e dos seus profissionais com níveis de instabilidade insuportáveis.

As medidas de política educativa desestabilizam as escolas, os professores e o seu exercício profissional. Para isto contribuem permanentes ataques à carreira, às condições de vida e de trabalho, ou ainda inovações que introduziram discricionariedades e arbitrariedades nas colocações e impedimentos de concurso impostos a muitos docentes. A própria plurianualidade dos concursos, anunciada como instrumento de estabilidade, revelou-se, sem surpresa, mais um fator de arrastamento de injustiças e instabilidade.

A crónica sub-dotação de vagas a concurso tem sido uma prática reiterada dos governos.

A instabilidade não é o efeito pontual de uma ou outra medida. É o resultado sistémico de opções políticas que urge alterar. É no quadro de políticas alternativas que se pode vislumbrar um caminho de justa e necessária estabilidade devida às escolas e aos seus profissionais. Neste sentido, a FENPROF reafirma a urgência:

- Da abertura de quadros adequados às reais necessidades das escolas e do sistema educativo;
- De um regime dinâmico de vinculação dos docentes contratados;
- Do investimento na melhoria das condições de exercício da profissão docente.

ficha 19 Emprego

A luta pelo emprego é um imperativo para todos os docentes, convocando, já sem margem para dúvidas, também os dos quadros.

É decisiva para os trajetos de vida profissional e pessoal submetidos à precariedade ou remetidos para fora da profissão. E era já importante para os outros, reconhecendo o dumping sobre a condição profissional que a manutenção de um exército de professores sujeitos à precariedade laboral e ao desemprego favorece; tornou-se, para todos, um combate de interesse direto. É ainda uma questão estratégica para as escolas que necessitam de robustecer os recursos humanos para responderem aos desafios e desenvolverem a qualidade.

O poder político recorre a falsas justificações para reduzir docentes no sistema. Entre outras, a diminuição da população jovem que, com opções diferentes, podia ter sido usada para criar condições que fomentassem a qualidade. Outra, o sound bite de fazer mais com menos recursos. Neste quadro, a precariedade foi alargada e o desemprego alimentado pelas políticas seguidas.

A situação é insuportável: 225% de aumento do desemprego docente, de 2010 a 2012, ilustram o que o governo tem andado a fazer. Efeitos, sentem-se ainda nos horários zero e, agora, as “recomendações” do FMI sobre o uso da mobilidade especial para despedimentos em massa, mostram a centralidade e a abrangência da luta pelo emprego na ação dos professores. Urge apurar esta consciência.

A precariedade, antecâmara e razão forte do desemprego, é uma chaga em todos os domínios da educação, do ensino e da investigação, incluindo o ensino superior, as áreas das técnicas especiais, do ensino artístico especializado, as atividades de enriquecimento curricular e, também, no ensino particular e cooperativo. Contra ela a FENPROF reafirma as suas propostas sobre a estabilidade e um regime dinâmico de vinculação que nada tem a ver com o embuste do concurso externo extraordinário aprovado pelo MEC.

É um facto que os governos pouco fizeram para ajustar a oferta de formação inicial às suas próprias opções de investimento em educação. Está por demonstrar, no entanto, que Portugal, para além das políticas de corte cego, tem professores a mais. Os problemas estruturais são imensos e requerem apostas sérias na educação, no ensino e na investigação. Medidas para a qualidade, como as que a FENPROF reivindica, traduzir-se-iam, com razão de ser, na redução do desemprego docente.

ficha 20 Carreiras dos docentes do ensino superior

A revisão das carreiras docentes do ensino superior, operada em 2009/2010, pelo governo e pela Assembleia da República, veio abrir perspectivas de ingresso na carreira para um grande número de docentes precários no ensino politécnico, tendo no entanto

deixado de fora outro conjunto de docentes que, nalguns casos, há mais de dez anos, assegura necessidades permanentes das instituições. A revisão trouxe promessas de muitos concursos para as categorias superiores das carreiras. Foi consagrado (ou o título de especialista, entretanto criado) como referência para a carreira politécnica.

Os profundos cortes orçamentais infligidos ao ensino superior público têm impedido a aplicação das disposições das carreiras que previam um prazo de cinco anos (até 2014) para que fossem atingidos os rácios fixados para os efetivos nas categorias mais elevadas, face ao conjunto dos professores de cada instituição. Na realidade, o que tem sucedido é precisamente o inverso, devido à ocorrência de um grande número de aposentações, não compensado pela entrada de docentes mais novos.

Como resultados, as instituições têm cada vez menos docentes nas categorias de topo, com reflexos ao nível da sua própria avaliação, nacional e internacional, e a maioria dos docentes não tem tido possibilidade de progressão. Em simultâneo, aumentou em flecha a idade média dos corpos docentes e tem crescido a pressão para a subida, em muitos casos ilegal, das cargas letivas e para o recurso a trabalho docente mal ou mesmo não remunerado, por parte de bolsiros de investigação. O reconhecimento do mérito é apenas retórico, não estando sequer a ser valorizada a obtenção do título de agregação.

Por outro lado, as oportunidades de ingresso na carreira politécnica, consagradas pela Assembleia da República, encontram-se dificultadas pelo desvanecimento do PROTEC (Programa de apoio à formação avançada de docentes do Ensino Superior Politécnico), que não chegou a afirmar-se e que, sem financiamento específico, ficou dependente da decisão de cada instituição. Assim, muitos professores cujo ingresso na carreira depende da aprovação no doutoramento, num prazo de seis anos, veem goradas as suas legítimas expectativas de dispensa de serviço docente para preparação daquele grau. Algumas instituições, financeiramente asfixiadas, têm estado a despedir, ilegalmente, docentes que se encontram ao abrigo do regime de transição.

A FENPROF persistirá nos seus esforços para contrariar esta situação, batendo-se designadamente pelo/a:

- Criação de condições para os docentes obterem os seus doutoramentos e respeito integral pelos regimes de transição das carreiras;
- Vinculação de docentes no ensino superior, no respeito pela Diretiva 1999/70/CE do Conselho Europeu, bem como princípios constitucionais e outros consagrados na legislação do trabalho, para além dos estatutos de carreira;
- Abertura de concursos, cumprindo os rácios definidos nos estatutos de carreira;

- Reconhecimento do mérito, nomeadamente dos efeitos da obtenção da agregação.

ficha 21 Precarização do trabalho científico versus revitalização da carreira de investigação científica

A carreira da investigação científica encontra-se estagnada já há muitos anos. São raríssimos os concursos que têm sido abertos para investigadores de carreira.

A carreira nem sequer foi adaptada, ainda, à nova legislação que regula o emprego público (Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações). Embora escassas, as oportunidades que esta lei veio abrir para a progressão nos escalões de cada categoria salarial não se têm encontrado disponíveis para estes trabalhadores da administração pública, ao contrário do que sucede com os docentes do ensino superior, cuja carreira foi revista, passando a contemplar a avaliação do desempenho e imputando às instituições a obrigação de aprovação e aplicação de regulamentos, com os correspondentes efeitos em subidas de escalão que podem ter efeitos a partir de 1 de janeiro de 2008, data em que foram desbloqueadas as progressões.

Entretanto, os governos têm privilegiado a contratação de bolseiros e de investigadores com contratos precários, no âmbito da execução de sucessivos programas Ciência e, atualmente, do concurso para “investigadores FCT”. Estes investigadores são obrigados a apresentarem-se sucessivamente a concursos promovidos pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia para um número muito limitado de lugares, sendo de prever que muitos dos que agora têm contrato deixem de o ter após a sua cessação.

Esta situação viola claramente a carta europeia do investigador, pois não promove a estabilização do corpo dos investigadores, aspeto essencial para estancar a “fuga de cérebros”, e deixa os trabalhadores científicos muito vulneráveis face a pressões para que deem aulas graciosamente, no lugar de docentes que entretanto se vão reformando e não são substituídos por dificuldades resultantes dos violentos cortes orçamentais a que as instituições do ensino superior têm estado sujeitas.

A FENPROF reclama que a carreira de investigação científica seja revitalizada, assegurando condições para que os atuais investigadores com contratos precários tenham efetivas oportunidades para nela ingressar, obtendo vínculos mais estáveis, e para que aqueles que nela já se encontrem tenham a possibilidade de ver reconhecidos as suas qualificações e o seu desempenho, pela via da abertura de concursos para as

categorias superiores da carreira e pela progressão salarial na sua categoria, de acordo com os resultados da respetiva avaliação do desempenho.

ficha 22 Docentes do ensino privado

No ensino particular e cooperativo, os abusos relativamente aos horários de trabalho, à permanente violação de direitos laborais e profissionais, bem como os processos persecutórios e os despedimentos coletivos são muitos e são uma constante desde há muitos anos a esta parte. Agudizam-se e multiplicam-se, agora, sob a capa da crise.

Com a justificação da inexistência de meios financeiros, as entidades patronais das instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e misericórdias têm vindo a seguir uma política de destruição total dos direitos dos seus trabalhadores: mais horas de trabalho, aplicação de bancos de horas e adaptabilidade, diminuição das férias e incumprimento no pagamento dos salários.

No ensino profissional, a entidade patronal, Associação Nacional do Ensino Profissional (ANESPO), tem evitado, arditamente, durante anos consecutivos, a negociação de um contrato coletivo para o setor. Disto aproveitam-se muitas entidades para sucessivos atropelos à legalidade, designadamente em matéria de contratação, horários de trabalho e subversão do conteúdo funcional dos seus trabalhadores.

Quanto ao ensino superior particular e cooperativo, o direito a uma carreira é praticamente inexistente na generalidade das instituições, mantendo-se uma verdadeira “lei da selva” no âmbito da contratação.

A postura da FENPROF nestes diferentes subsistemas passará sempre por negociar e chegar a acordo em torno de propostas que permitam, por um lado, salvaguardar o funcionamento dos diversos estabelecimentos e, por outro, os direitos laborais e salários daqueles que representa, rejeitando negociações que decorram sob o signo da chantagem.

A FENPROF continuará a defender a dignificação das carreiras dos docentes do ensino particular e cooperativo, designadamente evitando os despedimentos ilegais e injustos e promovendo a adoção de horários de trabalho ajustados às exigências da profissão.

No caso das escolas profissionais privadas, a FENPROF mantém a reivindicação do estabelecimento de um contrato coletivo de trabalho específico, que preveja, entre outros aspetos de âmbito socioprofissional, regras relativas a horário de trabalho, organização das diversas componentes da função docente e as condições de progressão na carreira.

Exigirá a negociação de um diploma próprio regulador do regime dos docentes das instituições particulares e cooperativas do



ensino superior que efetivamente assegure o paralelismo que a lei exige com as carreiras do ensino superior público.

No que concerne às misericórdias e IPSS, a FENPROF continuará a reclamar a fiscalização destas instituições, subsidiadas com dinheiros públicos. Por outro lado, procurará negociar soluções de carreira que satisfaçam as necessidades de valorização e dignificação da carreira dos docentes que ali exercem atividade.

ficha 23 Salários

Em janeiro de 2010, a FENPROF celebrou um acordo sobre carreiras com o ministério

da Educação. Dele decorrente, foi publicada uma versão revista do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD), constante do Decreto-lei n.º 75/2010, de 23 de junho. Esse acordo permitiu a progressão na carreira a milhares de docentes, prevendo reposicionamentos, em sede de disposições transitórias, que se prolongariam até 2014. No que às progressões respeita, este diploma legal teve apenas seis meses de vida, tendo o governo de então, o mesmo que o celebrara, violado o acordo, voltando a impor o congelamento das carreiras a partir de 1 de janeiro de 2011.

O atual governo, não só manteve o congelamento, como impôs reduções salariais criando, na prática, índices “informais”. Por

exemplo, ao índice 340 do ECD passou a corresponder, na verdade, o 313; ou, ao 245, o 234. Também no ensino superior foram aplicadas tais medidas (congelamento e redução salarial) a que se somou o impedimento de reposicionamento dos docentes nos índices correspondentes a novas categorias em que, entretanto, foram integrados.

O impacto das medidas impostas no salário líquido dos docentes foi, no entanto, bastante mais violento. O roubo dos subsídios de férias e Natal, bem como a fortíssima carga fiscal decidida pelo governo, levaram a que a quebra salarial anual dos docentes fosse, no período entre 2010 e 2013, em média, superior a 28%, ou seja, superior a quatro salários.

Apesar de em 2012 as perdas salariais serem já muito violentas, 2013 fica marcado

pela nova brutalidade de reduções acrescidas às anteriores. Por exemplo, um professor colocado no índice 245 do ECD (mas empurrado para o índice “informal” 234, já pelo terceiro ano consecutivo) vai receber menos 2,3 salários líquidos que o que receberia sem o corte direto de um subsídio e o enorme aumento do IRS por via da alteração dos escalões e da sobretaxa de 3,5%. Ou seja, menos 460 euros líquidos que em 2012, ano em que já lhe confiscaram os dois subsídios.

Para além das iniquidades de uma atuação governamental que nada respeita, nem sequer a progressividade do IRS, estamos perante um roubo descarado feito através de processos verdadeiramente kafkianos. Mas como o governo, suportado pelo FMI, quer ir ainda mais longe, começa a conhecer-se

a intenção de tornar permanentes os cortes existentes (o que, segundo acórdão do Tribunal Constitucional, os tornaria inconstitucionais) e de impor novos cortes “temporários” situados entre os 3 e os 7%. Nesse sentido, o FMI escreveu no seu relatório, entre outras mentiras, que os professores portugueses seriam privilegiados, por ganharem acima da média europeia, procurando, dessa forma, levar à aceitação de novos roubos. É claro que o governo e essa organização quiseram ignorar os mais de 56 meses de congelamento das progressões que os professores acumulam desde agosto de 2005 até agora (mais de 4,5 anos). Governo e FMI/troika vivem no reino da arbitrariedade absoluta, do desrespeito total pelos professores e educadores, do desprezo pelo valor do trabalho e da negação liminar do estado de direito.

A FENPROF continuará a recorrer aos tribunais, para contestar a “transitoriedade” de cortes que já vão no terceiro ano consecutivo. O mesmo fará, caso avancem as tentativas do governo para tornar esses cortes assumidamente permanentes ou de impor mesmo outros, em cima dos já verificados; continuará, também, a interpor ações contra o roubo de subsídios. A FENPROF exige do governo a reposição das remunerações retiradas aos professores num absoluto desrespeito pelo disposto nos seus estatutos de carreira e pelas mais elementares normas do Estado de Direito Democrático.

ficha 24 Horários de trabalho

As elevadas exigências profissionais colocadas aos docentes não se coadunam com a desregulação dos seus horários de trabalho. A sobrecarga e a desregulação dos horários tem sido um caminho intensificado, em particular, desde os tempos da ministra Lurdes Rodrigues. Na base deste ataque estão os desejos de reduzir custos com o trabalho e de criar condições para a redução de pessoal docente.

A imposição de tarefas burocráticas, as atividades transferidas da componente letiva para a não letiva, o excessivo número de turmas e níveis, as reuniões, muitas e, amiúde, de longa duração, o exercício de cargos sem as necessárias reduções e, ainda, a formação contínua em regime pós-laboral, sobrecarregam para além do suportável e retiram muita da disponibilidade necessária para dotar a atividade pedagógica da qualidade desejada. Está em causa a dimensão individual do trabalho docente, decisiva para a qualidade da atividade pedagógica.

A insustentabilidade da situação leva a FENPROF a reiterar a exigência de fixação de regras para a elaboração de horários de trabalho que os tornem adequados à atividade desenvolvida. As opções dos últimos governos, agravadas pelo atual, foram noutro sentido. Neste âmbito, apenas em

2008, com a publicação do despacho sobre organização do ano escolar subsequente ao memorando subscrito com a equipa ministerial, houve uma medida de sinal contrário, no caso permitindo a fixação de uma dimensão mínima para a componente não letiva para trabalho individual.

A criação de agrupamentos de escolas agravou as condições de trabalho, por exemplo, quando aos docentes é atribuído serviço em mais do que uma escola e o tempo de deslocação não é contabilizado no horário.

Mais recentemente, o despacho normativo nº 13-A/2012, de 5 de junho e as novas matrizes curriculares provocaram novos aumentos da carga letiva. Mas se se concretizassem algumas das ideias do governo, o agravamento dos horários ainda não ficaria por aqui, tanto por meio da consideração da hora letiva como tendo 60 minutos, como pelo fim das reduções de componente letiva. A crescer, a intenção de aumentar o horário de trabalho semanal para 40h.

Neste quadro, a FENPROF:

- Defende a redução do número de horas da componente letiva: 20 horas para a educação especial, os 2º e 3º ciclos do ensino básico e o ensino secundário; 22 horas para o pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico;
- Exige normas claras que protejam e respeitem a componente individual do trabalho docente, impedindo a sua ocupação por reuniões, atividades letivas ou tarefas que vão para além das previstas;
- Reclama o cumprimento da obrigatoriedade de registo no horário semanal dos docentes da totalidade das horas das componentes letiva e não letiva de estabelecimento, o que inclui as reuniões de caráter sistemático;
- Defende que os segmentos letivos de 45 minutos correspondam à prestação de uma hora da componente letiva;
- Exige a contabilização do tempo de deslocação entre escolas do mesmo agrupamento no horário do docente;
- Exige a fixação de uma listagem de atividades docentes que constituem componente efetivamente letiva, tal como foi recentemente proposto pela FENPROF ao MEC (ver Anexo II);
- Exige a adoção de critérios democráticos, equilibrados e racionais na distribuição de serviço docente e na constituição das turmas em cada escola, rejeitando as práticas de discriminação negativa dos professores contratados (a quem são entregues, em geral, “os piores horários”) e combatendo igualmente a constituição de turmas de nível e de turmas de repetentes;
- Ainda a propósito dos horários de trabalho, a FENPROF reclama a não ultrapassagem das cargas letivas máximas no ensino superior, setor em que a asfixia financeira das instituições tem potenciado abusos que estão a pôr em causa as condições de trabalho de quem ali ensina e investiga.

ficha 25 Outras condições de trabalho

Para além das questões indiscutivelmente decisivas que se prendem com as sobrecargas e abusos crescentes nos horários de trabalho dos docentes, as escolas dispõem de cada vez menos meios físicos, humanos e financeiros para prestarem um serviço de qualidade; em simultâneo, é exigido aos professores e educadores que cumpram o seu dever com excelência e compensem o desinvestimento do governo. Os enormes cortes orçamentais na área da Educação traduzem-se em cada vez piores condições de trabalho.

Como se não bastasse, os professores veem-se confrontados com novas solicitações e exigências que decorrem da constituição de agrupamentos e mega-agrupamentos de escolas, agravadas por fatores como a indefinição de critérios para a distribuição de serviço dentro do agrupamento. Está generalizada a imputação aos próprios docentes das despesas e dos meios de deslocação inerentes à prestação do serviço docente em mais do que uma escola.

Agravando a difícil situação, a indisciplina estudantil condiciona grandemente o bom funcionamento das aulas e constitui um violento fator de desgaste emocional e profissional.

Num quadro de abusos generalizados, importa insistir, ainda a título de exemplo, na denúncia do que, também de forma generalizada, se passa com a formação contínua. Sendo um dever profissional, não estão acauteladas as condições para a sua concretização, sendo os professores e educadores quase sempre obrigados a frequentar as ações em regime pós-laboral e sem as adequadas compensações ao nível da reorganização dos seus horários semanais.

A FENPROF continua a defender, sustentada pelo conhecimento das condições de funcionamento das escolas, uma relação equilibrada entre os números de horas estabelecidos para a componente letiva e para a componente não letiva de estabelecimento. Defende ainda uma distinção séria entre tarefas letivas e não letivas, ao invés da deturpação da distinta natureza de umas e de outras, agora agravada pelas intenções do governo em prosseguir o aumento, a desregulamentação e a chamada flexibilização dos horários de trabalho.

Na organização da componente letiva, exige-se a definição de números máximos de alunos, de turmas e níveis a atribuir a cada docente, de modo a assegurar o necessário equilíbrio global que garanta um elevado nível de qualidade ao ensino.

A FENPROF exige a fixação de critérios claros, objetivos e justos para afetar os docentes no âmbito dos agrupamentos, assim como a garantia de meios de transporte para

as deslocações em trabalho ou, em casos excecionais, o pagamento do subsídio respetivo aquando da utilização de transporte próprio, incluindo entre estabelecimentos do mesmo agrupamento.

Exige, também, a urgente revisão da norma que regulamenta as dispensas para formação contínua, repondo, nomeadamente, o direito à dispensa de componente letiva para o efeito, conferindo, também por esta via, a relevância e a dignidade que é devida àquela formação.

Tratando-se de situações que comportam abusos cada vez mais frequentes, a FENPROF reivindica que aos docentes das vias profissionalizantes sejam garantidos os direitos consagrados no Estatuto da Carreira Docente e na restante legislação laboral que configura o exercício da profissão docente.

ficha 26 Indisciplina e violências nas escolas

A escola vive de um contexto social, económico, cultural e político que a condiciona e que influencia muitos dos seus processos. Os fenómenos de indisciplina e violências que se verificam com cada vez maior frequência no espaço escolar decorrem, em parte, da sociedade e do contexto familiar dos alunos.

O desemprego, a precariedade, a pobreza e a exclusão, realidades cada vez mais presentes no nosso país, constituem, entre outros, fatores que condicionam e determinam o clima social que, inevitavelmente, vai influenciar e dificultar a existência de um bom clima de convivência escolar. Outros fatores que condicionam o bem-estar nas escolas são o próprio espaço físico e a poluição do seu meio ambiente. Torna-se necessária uma boa integração ambiental nas escolas, a existência de árvores e de espaços verdes, a promoção e a criação de condições para a utilização de transportes sustentáveis e cómodos. O facto de assim ser, não pode, no entanto, desresponsabilizar a Escola de procurar responder aos fenómenos de indisciplina e violências ocorridos no seu interior.

Se é verdade que não há uma resposta única, segura e certa para os problemas de indisciplina na escola, é igualmente verdade que a escola deverá ser dotada da autonomia necessária e dos recursos humanos e materiais adequados para agir em função dos problemas com que se confronta. A intervenção tem que fazer-se a vários níveis, sendo muitos aspetos a ter em consideração, indo da própria organização do sistema educativo até ao modelo organizacional da escola.

Podem apresentar-se muitas propostas de solução para os problemas de indisciplina e violências, mas a sua eficácia dependerá sempre do modo como se articulam, de quem as aplica, do modo como o faz ou da coerência com o contexto em que são aplicadas.

Os fenómenos de indisciplina e violências em espaço escolar constituem desde há muito uma preocupação da FENPROF que, já no seu 9.º Congresso, realizado em abril de 2007, considerava indispensável um conjunto de medidas contidas numa resolução aí aprovada – “12 Medidas pela Não-violência e pela Convivência Escolares” – e que foi apresentada ao Ministério da Educação, à Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, às confederações de pais e a outras entidades. Constituiu um importante contributo para o debate destas questões relacionadas com a indisciplina e violências no espaço escolar.

De entre as medidas propostas na resolução, que mantém toda a atualidade, vale a pena destacar a que sugere a criação de um “Observatório para a Não-violência e para a Convivência Escolar”, idêntica a uma das recomendações do Conselho Nacional de Educação, datada de 2002. A par desta proposta, a da tipificação inequívoca, no plano jurídico-penal, das agressões e ofensas de natureza pessoal de que os professores sejam vítimas, no exercício (ou por causa do exercício) das suas funções, como crime público. E ainda a proposta do reconhecimento, aos docentes no espaço escolar, do estatuto de autoridade pública.

Se a primeira delas, a criação do “Observatório”, permitirá um melhor conhecimento e compreensão dos fenómenos em causa, o que favorece uma intervenção mais consistente com os contextos, a segunda, a tipificação das violências exercidas sobre os professores como crime público, sem que tal dependa do “critério do aplicador da lei”, constituiria uma medida de reforço da autoridade do professor, com um previsível e necessário efeito dissuasor sobre comportamentos ligados a fenómenos de indisciplina e violências nas escolas.

Para combater a indisciplina nas escolas a FENPROF propõe ainda:

- A redução do número de alunos por turma;
- A rejeição da “guetificação” de escolas e de turmas pela origem social e cultural ou pelas capacidades escolares evidenciadas pelos alunos;
- A criação de equipas multidisciplinares que, entre outras dimensões, auxiliem o trabalho pedagógico dos professores na transmissão aos alunos de condutas solidárias e não conflituosas;
- Inclusão no conjunto de ações prioritárias, no âmbito da formação contínua dos professores, de ações no âmbito da mediação de conflitos e gestão da indisciplina e violências nas escolas.

ficha 27 Formação de professores

As transformações políticas, sociais e culturais, assim como as mudanças ao nível científico e tecnológico exigem professores

inovadores, empenhados e reflexivos, capazes de pensar modalidades de educação mais flexíveis que redefinem os seus projetos pedagógicos, as suas práticas e as suas competências, no sentido da promoção de aprendizagens significativas. Neste sentido, a formação de professores, seja ela inicial ou contínua, deve ser concebida para o público-alvo que o sistema educativo tem como propósito instruir e formar, e deve incidir sobre duas vertentes fundamentais:

- A do conhecimento, procurando estabelecer novas relações estratégicas com os saberes e entre eles;
- A socioeducativa, tendo esta por objetivo apetrechar o professor para os contextos problemáticos existentes nas escolas e nas comunidades onde se insere.

Porém, se é certo que a formação de professores não pode estar dissociada do contexto económico, político, social e cultural do país, o que se tem verificado é que as mudanças constantes da política educativa promovidas pelos diferentes governos têm vindo a acentuar o desfasamento entre a realidade e essa formação. Com efeito, ao longo das últimas décadas é fácil constatar uma excessiva diversidade dos modelos (estruturais e concetuais) e das ofertas (públicas e privadas) de formação, para além de uma desvalorização dos estágios profissionais e de incoerências várias ao nível dos perfis de competências do educador/professor a formar.

Considerando a formação de professores – seja ela inicial (como ponto de partida para o exercício profissional) ou contínua (como desenvolvimento e crescimento profissional) – como um vetor estratégico para a melhoria do sistema educativo, a FENPROF tem defendido que os cursos de formação de professores devem ter como princípios orientadores:

- A garantia da mais alta qualidade científica e pedagógico-didática; a consideração do exercício de todas as funções inerentes à docência;
- Uma reflexão sobre a natureza ética e deontológica da profissão e sobre os seus direitos e deveres profissionais.

Para a FENPROF, é responsabilidade do Estado garantir a qualidade dos cursos ministrados em todas as instituições que formam professores, públicas ou privadas, pelo que recusa uma iníqua prova de acesso à profissão como alegada condição de garantia da qualidade, já que é a montante que esta tem que ser garantida. No que à formação contínua de professores diz respeito, a FENPROF tem denunciado os sucessivos bloqueios a que tem estado sujeita: cortes no financiamento, exiguidade de recursos humanos e materiais, redução e concentração dos centros de formação, imposição, pelo ministério da Educação, da formação disponibilizada, sobretudo por via das prioridades de financiamento...

Na certeza de que esta é uma área determinante na condição do pessoal docente e na melhoria da qualidade do ensino, a FENPROF defende:

- A tomada urgente de medidas que permitam acabar com a confusão e o experimentalismo na formação de professores, tendo lugar um investimento sério numa formação que se exige de qualidade e adequada aos tempos atuais;

- Nesta formação deverão ser considerados os aspetos científico-didáticos, mas deverá ser igualmente integrada a aquisição de competências para lidar com fenómenos sociais que se repercutem na escola e, ainda, para o desempenho de cargos e funções de gestão;

- As escolas devem fazer prevenção de violência de género, também ela causa de violências e indisciplina. Para o efeito os professores devem ter formação nesta área;

- O restabelecimento dos estágios pedagógicos e a substituição do período probatório por um período de indução;

- Uma formação contínua que tenha em conta as necessidades das escolas e do sistema, mas também as que forem identificadas pelos próprios docentes como necessidades suas.

ficha 28 Desgaste e condições de exercício da profissão

Além das questões de carreira, salário e emprego, cabe aos sindicatos cuidar do contexto do exercício da profissão, isto é, das condições de trabalho dos professores e educadores, que sofrem agravamentos inaceitáveis na presente conjuntura.

Tendo em conta a natureza do trabalho docente, certas determinantes contextuais de natureza socioprofissional induzem desgaste físico, psíquico e emocional, cansaço extremo, desânimo, descrença, depressão, stresse laboral crónico e, tantas vezes, *Burnout*¹³.

Entre essas determinantes contextuais contam-se a intensificação do horário de trabalho, a indisciplina estudantil, a precariedade e instabilidade profissionais, a dispersão e

transbordamento funcionais, o excesso de tarefas técnico-burocráticas e a funcionalização, o número excessivo de alunos por turma e de níveis de ensino/turmas por professor, a itinerância entre escolas no seio dos agrupamentos, a distância entre a residência e a escola, entre outros problemas. Todos eles prejudicam a qualidade do desempenho profissional, a realização na profissão, a saúde e o bem-estar dos docentes, com impacto na aprendizagem dos alunos, nas relações interpessoais e no funcionamento das escolas.

Como é sabido, o exercício da profissão docente tem vindo a desenvolver-se num contexto de crescente complexificação, fruto das alterações no plano da família e da sociedade e do crescente número de mandatos que a escola é chamada a assumir. A acumulação de papéis, associada a uma cada vez maior pressão social, faz com que os professores fiquem cada vez mais sobrecarregados de tarefas – também burocráticas e administrativas – sendo cada vez mais ténue a fronteira entre o que (não) faz parte do seu conteúdo funcional, no que cada vez mais se assume como um “processo de subversão da profissionalidade docente”.

Num quadro de retirada de direitos, de agravamento das condições de exercício da profissão e de insegurança relativamente ao futuro, muitos professores têm vindo a abandonar precocemente a profissão, o que representa uma perda irreparável de todo um saber, suportado num repertório pedagógico consolidado ao longo de anos de atividade profissional.

É neste contexto que a FENPROF reafirma propostas e exigências formuladas noutras secções deste programa de ação, cuja concretização se traduzirá na redução de importantes fatores de desgaste profissional (estabilidade, horários de trabalho, distribuição de serviço, deslocações, medidas para a diminuição da indisciplina, etc.). Para além dessas, a FENPROF reclama:

A dispensa da componente letiva nos últimos anos da carreira, como forma não só de atenuar o desgaste profissional mas também de pôr o conhecimento e experiência acumulados destes docentes ao serviço de um melhor acompanhamento e integração dos jovens professores;

A criação de um regime específico de aposentação que tenha em conta o elevado desgaste que comprovadamente o exercício da profissão provoca; face ao continuado agravamento das condições de aposentação, a FENPROF exige, no imediato, a possibilidade de aposentação com pensão completa aos 36 anos de serviço.

Por último, e face aos problemas identificados, a FENPROF considera ser urgente a definição de um conjunto de doenças profissionais, pelo que, desde já, manifesta a sua disponibilidade para trabalhar nesse

sentido em articulação com os técnicos e as instituições adequados.

ficha 29 Professores aposentados

O setor docente mostra um acréscimo acentuado de pedidos de aposentação antecipada, mesmo quando fortemente penalizada, a partir de 2005. Até esse momento, a aposentação com direito a pensão completa tinha lugar quando o docente completava os 36 anos de serviço. Depois, passou a ser exigido que, cumulativamente, tivesse 60 anos de idade. Por fim, os requisitos passaram para os 65 anos de idade e os 40 de serviço.

A pretexto do aumento da “esperança de vida”, os governos têm vindo a agravar os requisitos para a aposentação com direito a pensão completa, permitindo, porém, que os professores se aposentem antes, embora com reduções cada vez mais fortes no valor das pensões.

O governo sabe que o desgaste provocado pelo exercício da profissão docente é hoje tão ou mais acentuado do que no passado, pelo que os professores dificilmente conseguem suportar até ao momento de reunirem os requisitos exigidos. É isso, contudo, que querem os governantes: por um lado, deixar de pagar a um docente no ativo e, por outro, pagar uma pensão bastante mais reduzida. O prenúncio de uma situação ainda pior surge todos os anos, levando a que muitos precipitem a saída nos últimos meses de cada ano. Por este andar, não tarda que a ameaça seja a do fim do pagamento de pensões de aposentação. O governo apropriar-se-ia dos milhões de euros pagos por tantos docentes durante uma longa vida contributiva, sendo esse dinheiro desviado para os bolsos do capital nacional e estrangeiro.

Assim, o corpo de docentes aposentados, hoje, não é mais novo do que o de há alguns anos; simplesmente, são docentes que vivem com grandes cortes nas remunerações, relativamente ao que recebiam. Estão neste grupo muitos dos que mais descontaram para que pudessem ter uma aposentação digna, sendo, ainda por cima, um grupo “entalado” entre duas gerações com iguais ou piores problemas: os filhos, desempregados em grande número; os pais com pensões e reformas extremamente degradadas.

Desde 2005 que se assiste a vagas sucessivas de aposentações, a uma média anual superior a 3000. Apesar da fragilização das pensões, os aposentados têm vindo a ser diabolizados pelo governo, que procura inquirar a opinião pública sobre o “peso excessivo” nos orçamentos do Estado, o que, alegadamente, obrigaria outros setores da população a suportar medidas de austeridade acrescidas. Este tipo de culpabilização incide principalmente nos aposentados da administração pública

que, no entender do governo e da troika, auferem pensões “demasiado generosas”. Diga-se: isto não é verdade.

É no grupo dos aposentados que o aumento do custo de vida e dos impostos e os cortes nas pensões, subsídios e prestações sociais têm impacto ainda mais negativo. O seu nível de vida depende em 90% das respetivas pensões e os gastos em saúde crescem sensivelmente. Veja-se que em bens e serviços básicos consomem 61% das pensões, enquanto na população ativa correspondem a 48% do salário.

Neste quadro, a FENPROF defende o “descongelamento” das pensões com a aprovação de um regime faseado de atualização que permita a sua valorização, recuperando das perdas impostas nos últimos anos; a revisão dos critérios assentes no índice de apoios sociais e revogação do designado “fator de sustentabilidade”; a devolução dos subsídios de férias e de Natal de 2012 e a sua reposição em 2013; a reposição da verba correspondente aos descontos efetuados para a ADSE nos subsídios de férias e Natal, desde 2007, e anulação desse desconto nos referidos subsídios; o alargamento da lista de doenças crónicas, gratuidade dos medicamentos correspondentes e alargamento da lista de medicamentos genéricos, exigindo medidas que promovam a sua prescrição; o acesso aos cuidados continuados públicos de qualidade a cidadãos em dependência, no domicílio ou em instituições; o reforço do subsídio e da rede de apoios a idosos dependentes; a reposição do desconto de 50% nos passes sociais; a revogação das normas penalizadoras do regime de aposentação antecipada; a retoma da aplicação da Lei n.º 39/99 a todas as aposentações antecipadas.

IV. A FENPROF e a ação sindical

A FENPROF é a organização sindical mais reconhecida pelos docentes e investigadores, o que se confirma pelo facto de ser a sua organização mais representativa, contando com cerca de 52.000 associados nos seus sindicatos.

Relativamente ao 10.º Congresso, realizado em 2010, o número de sindicalizados decresceu 13,4%. Se tivémos em conta o número de docentes que foi afastado da profissão e remetido para o desemprego (só no último ano o desemprego aumentou 74%) e o de aposentados, registando-se uma forte redução do número de professores no ativo, encontram-se razões para esta redução. A par destes dois problemas, houve ainda uma forte redução dos salários dos docentes, o que também se refletiu nesta situação. Apesar de se identificarem estas causas,

a situação não pode deixar de preocupar a FENPROF e os seus sindicatos, organizações que dependem exclusivamente dos seus associados, sendo essa uma das principais garantias de autonomia relativamente a poderes instituídos.

Ainda assim, são de relevar, neste quadro desfavorável, dois aspetos: o facto de o decréscimo de sindicalizados, em número absoluto, não se traduzir em quebra da taxa de sindicalização e, muito menos, de representatividade; a esta redução do número de associados corresponde uma quebra maior de quotização, pois há milhares de professores que ficaram desempregados, mantendo-se, naturalmente, sindicalizados, a que acresce a já referida redução dos salários dos docentes, que se reflete diretamente no valor da quotização.

Assim, sendo verdade que a organização sindical não enfraqueceu, são naturalmente maiores as dificuldades para manter o nível elevado de intervenção. Isso apenas foi conseguido devido à enorme militância de muitos dos seus quadros sindicais, entre dirigentes, delegados e ativistas.

No triénio que agora termina, a ação convergente entre as organizações sindicais de professores foi praticamente inexistente, ao que não foi alheia a alteração política verificada nos últimos dois anos. Essas organizações deixaram de intervir em plataforma, apenas articulando, esporadicamente, a sua ação. Mesmo quando houve convergência a nível superior da estrutura sindical – Manifestação da Administração Pública, convocada por Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), FESAP e STE, ou Greve Geral, em 14 de novembro, integrada na ação convocada pela CES –, os sindicatos de professores da UGT recusaram a convergência. No primeiro caso, decidiram desfilar à parte da FENPROF e de outros sindicatos que convergiram; no caso da Greve Geral recusaram participar nas ações ibéricas que, previamente, juntaram FENPROF, FE.CCOO, FETE-UGT e STES, para além de terem sido das raras exceções, dentro da própria FESAP/UGT, que não emitiram pré-aviso de greve. Tal não se deveu à falta de contactos então efetuados por iniciativa da FENPROF.

Na prática, foi a FENPROF a organização a assumir, conseqüentemente, a denúncia e a convocar a luta dos professores contra as políticas muito negativas, desenvolvidas pelo governo do PSD e do CDS, políticas que atacaram com grande violência os Professores, a Escola Pública e a própria Democracia.

A FENPROF não celebrou qualquer acordo com este governo, dado o teor tão negativo das medidas que ele propôs, e denunciou os que, explícita ou implicitamente, foram efetuados em torno de matérias que não resolveram os problemas de fundo que existiam: o novo regime de concursos não deu resposta ao grave problema de instabilidade que vivem os professores e as escolas; o

novo modelo de avaliação “adormeceu” o problema mas não o resolveu, pois o que vigora continua a desrespeitar os princípios formativos em que deveria assentar.

Neste período de três anos, a pulverização sindical não se atenuou, mas a FENPROF afirmou-se, em muitos momentos, como a organização que assumiu a intransigente defesa dos interesses e direitos dos docentes e investigadores, das escolas e, em geral, da Educação.

Os últimos três anos foram de grandes dificuldades e os problemas que já existiam agravaram-se bastante. Em 2010, com Isabel Alçada, num primeiro momento foi atenuada a campanha agressiva de desvalorização social dos professores e dos seus sindicatos, lançada por Lurdes Rodrigues e José Sócrates. Nessa fase inicial, tal permitiu que tivesse havido negociação ao ponto de se ter chegado a um acordo para revisão do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD), sendo então eliminada a divisão da carreira em categorias e permitida a progressão de milhares de docentes. Foi, porém, “sol de pouca dura”: já no final do seu curto mandato chegaram as medidas decididas pelas Finanças que, chegados ao poder, PSD e CDS aproveitaram, aprofundaram e concretizaram de forma ainda mais violenta.

Foi ainda com o governo anterior que se impuseram os primeiros 74 mega-agrupamentos que, a par do encerramento de mais algumas escolas do 1.º ciclo, permitiram, segundo declarações do ministro das Finanças, eliminar 5.000 horários de trabalho; surgiu também a primeira tentativa de “revisão curricular” que eliminava o par pedagógico da educação visual e tecnológica e que, com mais algumas medidas, proporcionaria ao governo uma redução de 43 milhões de euros na Educação. Esta “revisão”, porém, foi travada na Assembleia da República, pela convergência de votos de toda a oposição.

Naquele tempo, numa atitude tão cínica como hipócrita, os deputados dos partidos da direita apresentaram e votaram propostas que acompanhavam justas posições dos professores, criticando ou travando medidas e políticas negativas. Professores houve que, na altura, desvalorizaram a hipocrisia e o cinismo típicos da direita e pensaram que PSD e CDS, caso chegassem ao poder, iriam honrar compromissos e/ou ser coerentes com posições anteriores. Nada mais falso. Para além disto, o forte desejo de mudança que existia nos professores levou a que muitos tenham decidido votar na derrota de Sócrates, independentemente do que viesse a seguir... Sócrates justificava esse sentimento. Hoje, aí está a direita, aproveitando a situação, para destruir, desmantelar, impor caminhos absolutamente criminosos no plano social que provocam desemprego e miséria.

Trata-se de uma direita sem princípios de

13. O estudo científico “Burnout em Professores: a sua Relação com a Personalidade, Estratégias de Coping e Satisfação com a Vida” (Maio-Junho 2012- www.actamedicportuguesa.com), caracteriza as implicações de tal síndrome psicossocial: “sentimentos de exaustão física e emocional (a energia e os recursos emocionais esgotados devido ao contacto diário com os problemas), despersonalização (desenvolvimento de sentimentos e atitudes negativas perante os destinatários do trabalho) e baixa realização pessoal (tendência para uma evolução negativa no trabalho, afetando as capacidades e o relacionamento com as pessoas usuárias do trabalho e com a organização).” O ensino é considerado um dos “contextos de trabalho onde os profissionais parecem estar mais expostos a Burnout”, sujeitos a “ambientes conflituosos e de alta exigência de trabalho”, e a “diferentes domínios de pressão, originados pelos alunos, pela natureza do trabalho realizado e pelas relações estabelecidas com os colegas e a organização escolar”.



solidariedade e sem outro objetivo que não seja o de servir a ganância do capital. É uma direita que apresenta fortes e inquietantes traços antidemocráticos, que reprime e ignora aqueles que têm alternativas às suas políticas. É uma direita que assume o ideário neoliberal mais extremo na sua ânsia de servir um amo sem rosto – os mercados – enquanto esmaga milhões de pessoas, indiferente ao rosto de sofrimento de cada uma delas.

A direita contou, no branqueamento da sua personalidade política, com o apoio de quem, por puro oportunismo, se colocava aparentemente ao lado dos professores. Exemplos não faltam, com alguns desses, hoje, a esforçarem-se por justificar as políticas em curso e outros, cobardemente, a refugiarem-se em silêncios cúmplices.

No que respeita ao ataque à organização sindical, porém, a direita não precisou de tomar novas medidas, servindo-lhe na perfeição as que herdou dos governos do PS. A proibição de utilização dos créditos sindicais para reuniões fora dos locais de trabalho, a limitação do número de delegados sindicais, a redução dos créditos de horas para o exercício de funções de direção sindical, a negação das regras de representatividade, com a imposição de limites máximos de sindicalizados, as penalizações impostas aos dirigentes sindicais ao nível da sua carreira profissional ou o deliberado esvaziamento da negociação, nunca tendo sido respeitadas a representatividade das organizações, são exemplos que perduram.

Novidade, em 2010, registava a FENPROF, tinha sido o surgimento de movimentos e blocos que em alguns momentos reforçavam a ação, mas, noutros, dela se demarcavam, chegando a combatê-la. Esses movimentos de então quase desapareceram, tendo sido substituídos por outros que se ocupam de situações concretas de docentes (contratados, aposentados, de determinada área disciplinar).

Para a FENPROF importa valorizar e procurar convergências, sempre que possível, com todos os movimentos e blocos de professores que objetivamente contribuem para elevar a consciência da classe docente e para juntar forças na defesa da escola pública. A FENPROF contudo denunciará firmemente blocos e movimentos que, aparentando defender os interesses da classe docente, mais não fazem do que suportar as medidas do governo, atacar a solidariedade necessária entre os docentes e denegrir o movimento sindical nomeadamente a FENPROF.

Não é novo, vem de congressos anteriores, e a FENPROF reafirma os três eixos fundamentais da sua ação: valorizar a negociação; promover a unidade dos professores, manifestando-se disponível para convergir na ação; convergir nas lutas com os restantes setores da vida laboral, quer da administração pública, quer de âmbito mais geral. No que respeita a estes dois níveis, a FENPROF

continuará a desenvolver a sua intervenção no âmbito da FCSAP e da CGTP-IN.

A presença da FENPROF na Frente Comum e na CGTP-IN é tão mais importante quanto se torna cada vez mais claro que as políticas, ainda que reflitam algumas especificidades em cada setor, são gerais e não deixam ninguém de fora. Os ataques às leis laborais, ao emprego, aos salários, à vida em sociedade e à democracia, podendo surgir com especial relevância num determinado setor ou grupo profissional, tendem sempre a generalizar-se, como tem vindo a acontecer. Daí que a resistência e o combate ganhem outra dimensão e eficácia quando é global, isto é, quando os diversos setores convergem na rejeição de políticas e na afirmação de propostas. Com isto, não se pretende afirmar que apenas se deverá lutar quando a luta é geral, até porque é indesejável uma maior participação e envolvimento dos professores em ações sectoriais. Sem descurar o aprofundamento da consciência sobre a natureza política dos problemas é, pois, necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre a ação global e a específica, sem pretender que uma substitua a outra e procurando que ambas contribuam, para o mesmo fim: combater as políticas de direita e os governos que as executam.

Para além da ação convocada pelo movimento sindical, tornou-se relevante a designada iniciativa dos cidadãos, ou da “sociedade civil” que, mesmo em momentos de contestação genuína dos cidadãos, os governantes e seus opinion makers procuram valorizar, comparativamente à ação organizada pelo movimento sindical. Esta ação, ainda que esporádica e essencialmente de protesto, junta camadas diversificadas da população que, mesmo sem um projeto alternativo comum, sabem, pelo menos, o que rejeitam e manifestam-no publicamente. A tentativa de “colagem” dos governantes e seus propagandistas é, por isso, ilegítima e destaca a hipocrisia e o esforço de manipulação da opinião pública.

A FENPROF, sem procurar falsos protagonismos, deverá estar atenta a esses acontecimentos, não se alhear e procurar ganhar para a luta organizada os que, justamente insatisfeitos, protestam e exigem caminhos de mudança. Assim, poderá contribuir para a adesão dos professores a outras propostas e outras políticas, contribuindo para “o salto” que vai do mero protesto para a afirmação das necessárias alternativas.

No plano internacional, a FENPROF reafirma as suas prioridades de trabalho: Europa, em particular com os países do sul, onde se vivem problemas semelhantes aos portugueses e onde se procuram construir alternativas; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), procurando desenvolver uma ação solidária e também aprender com outras realidades; América Latina, um espaço onde se ensaiam, com êxito, caminhos alternativos ao neoliberalis-

mo que assola o mundo; Sahara Ocidental e Palestina, duas regiões e dois povos, em particular, para quem nunca a solidariedade será demasiada.

A FENPROF reafirma a sua filiação: na Internacional de Educação, aí intervindo no sentido de tornar mais real a representatividade das diversas organizações filiadas; no Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE/IE Europa), integrando hoje o seu “Bureau Exécutif”; a CPLP-Sindical de Educação, onde tem desenvolvido funções de coordenação.

Em tempo de globalização capitalista, organizada para facilitar a exploração à escala internacional, a luta dos trabalhadores, sem transferir responsabilidades nacionais para âmbitos mais elevados, terá de valorizar esta articulação na ação e, quando for possível, desenvolver ação convergente. O exemplo da Greve Geral de 14 de novembro é para reter e, quando possível e necessário, repetir. Foi forte a luta em cada país e potencializou-se, também, pela dinâmica, desde logo ibérica, que foi possível gerar.

Ao nível do seu trabalho e organização interna, a FENPROF deverá melhorar em múltiplos aspetos; a vida assim o exige. Há, no entanto, áreas a que terá de ser prestada uma atenção particular:

- Organização: num momento tão delicado, marcado por ataques diversos aos trabalhadores e ao movimento sindical de classe, pela fragilização da profissão docente, vítima das políticas educativas, e por apelos cada vez mais intensos ao individualismo, é necessário que a FENPROF dê atenção a esta frente de trabalho. Deverá ser criado um departamento forte, capaz de, em tempo tão difícil, dar respostas que o presente exige e preparar o futuro. Nesse âmbito, deverá promover-se uma melhor articulação de trabalho entre os sindicatos da Federação, entre estes e a própria FENPROF e reforçar a ligação aos professores, nos seus locais de trabalho, através do desenvolvimento de uma ação integrada entre a reivindicação e a organização.

- Informação: é peça-chave na afirmação da FENPROF. É preciso melhorar a informação aos professores e, em especial aos sindicalizados; articular melhor a informação da FENPROF com a dos sindicatos; pensar uma estratégia de intervenção nas redes sociais, munindo a FENPROF de instrumentos para as utilizar como meio de divulgar as suas posições e potenciar a ação e a luta; garantir que o seu site associe à permanente atualização, o ser apelativo e constituir-se como um espaço de consulta permanente dos professores. Num tempo em que, também devido à pressão exercida por direções afetas ao poder (qualquer que seja), a comunicação social se torna mais fechada, é necessário encontrar roturas com esse bloqueamento. A FENPROF deverá estudar as melhores formas de estabelecer uma mais eficaz e permanente ligação aos órgãos de comunicação social e aos seus profissionais.

• Apoio jurídico: é dos aspetos mais importantes da vida de uma organização sindical e a FENPROF, reunindo sete sindicatos de professores, tem, por razões reforçadas, de melhorar o trabalho a este nível. A assessoria em negociação e a resposta jurídica em tempo sindicalmente oportuno são respostas fundamentais de que a FENPROF não pode prescindir. Para os professores, ainda mais num tempo em que as leis são, para os governantes, letra quase morta, esta área assume grande destaque, tornando-se necessário reestruturar o funcionamento do departamento jurídico, tornando-o mais ágil.

• Departamentos setoriais: a manutenção de um departamento forte para o ensino superior não oferece dúvidas, ainda mais quando se deram passos importantes para um melhor enquadramento na ação global. Torna-se, contudo, necessário reforçar a ação setorial também nos restantes setores, onde, salvo raras exceções, esta quase se diluiu. Os tempos condicionaram-no, mas, em alguns momentos, houve fragilidades que se sentiram a nível dos setores. Ainda que a escolaridade obrigatória tenha passado para 12 anos e a concentração de alunos e professores em grandes agrupamentos tivesse crescido muito, há especificidades que não desaparecem e deverão ser compreendidas e respeitadas.

Isto é válido para a educação pré-escolar, para o 1.º ciclo do ensino básico, os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, o ensino secundário ou a educação especial. Outras realidades, entretanto, se afirmam e proliferam, como o ensino profissional, os problemas próprios do ensino privado ou os regimes quase de exceção da dita resposta solidária que também exigem respostas próprias que a FENPROF tem procurado dar, mas deve melhorar e tornar mais efetivas. Assim, independentemente de uma organização de “banda larga”, assente numa coordenação intersetorial, deverão manter-se as chamadas “coordenações setoriais”, reunindo sempre que se justifique e a desenvolverem e apresentarem estudos, trabalho e propostas concretas para o respetivo setor.

• Finanças: as questões financeiras são hoje de ainda maior importância para as organizações e a FENPROF não é exceção. O único financiamento que a FENPROF recebe é o que advém da quotação paga pelos seus sindicatos, o que significa dizer que apenas depende dos professores, o que é muito positivo, pois garante a sua independência. Mas, também por isso, os problemas que afetam os professores refletem-se, como nenhum outro, na FENPROF. Desemprego, redução salarial, precariedade ou aposentação por antecipação, forçada, sendo questões

de indiscutível gravidade, sentem-se de forma intensa na vida da Federação e dos seus sindicatos. É necessário e possível, obter melhores níveis de articulação entre os sindicatos da FENPROF, otimizando recursos e garantindo uma mais eficaz gestão dos mesmos.

A ação sindical não poderá ser diminuída, ainda mais num momento em que as fragilizações se fazem sentir, mas, para isso, são necessárias medidas em áreas como a informação (melhor articulação e maior recurso às tecnologias de informação e comunicação) ou a resposta jurídica. Da mesma forma, as reuniões nacionais deverão ser mais articuladas para aproveitar deslocações e, em relação à negociação, as comissões sindicais deverão ser menos extensas e menos rígidas na composição, devendo distinguir-se as reuniões de interesse político das que se revestem de caráter técnico.

• Regalias e benefícios sociais: esta frente deverá merecer atenção da FENPROF. Não sendo uma prioridade da ação sindical, poderá ter grande importância para os professores, tendo em conta as dificuldades financeiras que passam. Muitos professores que gostariam de continuar sindicalizados mas foram obrigados a “cortar em tudo”, poderão, assim, manter-se associados por recuperarem, com estes serviços, o valor da quota que pagam.

É, porém, necessário que a FENPROF e os seus sindicatos divulguem devidamente os benefícios que negociaram.

É também preciso desenvolver ações específicas, junto das instituições com quem mantêm protocolos, no sentido de garantir que apenas beneficiam das regalias conseguidas os associados que mantêm essa condição. Esta é uma frente importante para os professores e a dimensão da FENPROF potencializa a obtenção de benefícios significativos.

A FENPROF, no triénio 2013–2016, não poderá nem ir “aliviar” a ação sindical. Os tempos são de assalto permanente, em múltiplas frentes, a quem trabalha. Os professores são dos mais saqueados: nos seus direitos, nas condições de trabalho, no emprego e nos salários.

Uma FENPROF forte e atuante requer medidas de organização, medidas que facilitem a informação e comunicação com os professores, uma atividade permanente, centrada nas escolas, um debate continuado e um empenhamento e uma mobilização fortes. A par desta exigente atividade, é necessário um grande esforço de rejuvenescimento e renovação da organização de forma a assegurar o futuro e, neste, a manter o protagonismo e a importância que a FENPROF tem para os professores, para a Educação e para o país. •

Anexo I

Propostas da FENPROF para reorganização da educação especial, de forma a responder adequadamente às necessidades do sistema, da escola e dos alunos

I. DOCENTES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

1 – Formação

Formação Inicial:

Os currículos dos cursos de formação para a docência, independentemente do grupo de recrutamento a que se destinam, devem integrar conteúdos sobre necessidades educativas especiais.

Formação especializada:

Quem pretenda ser docente de Educação Especial deverá possuir formação adequada (formação profissional) para um grupo de recrutamento e formação especializada obtida após um mínimo de três anos de exercício efetivo da profissão. Os planos de estudo dos cursos de formação especializada em Educação Especial devem constituir-se por uma componente científico-pedagógica exigente, de forma a garantir uma formação adequada, com uma duração temporal que possibilite a aquisição e consolidação de conhecimentos/competências, permitindo, assim, dar resposta à realidade das escolas e às necessidades dos alunos com NEE.

Os cursos de formação especializada devem abrir de acordo com a definição atempada dos contingentes necessários para cada nível de ensino e área de especialização.

Formação contínua:

Deverá ser facultada formação contínua na área das necessidades educativas especiais a todos os docentes, sendo esta formação considerada no domínio científico-didático para todos os grupos de recrutamento.

Para os grupos de recrutamento da Educação Especial deverá ser facultada formação contínua específica no seu domínio científico-didático.

2 – Concursos Quadros

Os docentes de EE são um recurso da escola/agrupamento que, para o efeito, deverão ser dotados de um quadro específico, a reforçar sempre que a complexidade/especificidade dos problemas dos alunos com NEE assim o exija. Deverão ser revistos

e alargados os atuais lugares de quadro dos grupos de recrutamento da EE, por forma a garantir os apoios especializados, como recurso da escola inclusiva, a todos os alunos que deles necessitem, tendo em conta, também, o alargamento da escolaridade obrigatória.

A colocação de docentes de EE deve respeitar o rácio de 1 docente por cada 200 alunos matriculados na escola/agrupamento, adequando esta média/rácio ao tipo, características e diversidade da população. No caso de se encontrarem matriculados alunos com NEE de alta intensidade e baixa incidência, deverá ser reforçado o número de docentes colocados, de acordo com as necessidades específicas destes alunos.

Nos diversos concursos, devem ser introduzidos mecanismos que possibilitem a mobilidade dos docentes em todo o território nacional (continente e regiões autónomas).

Classificação Profissional

A classificação profissional do docente de Educação Especial (quer dos quadros quer dos contratados) deverá corresponder à ponderação entre a nota da classificação da formação especializada e a obtida na classificação inicial, de acordo com a seguinte fórmula:

$$CP = (3 FE + 2 FI) / 5$$

Colocação/distribuição de serviço dos docentes de Educação Especial

As áreas de especialização decorrentes da formação especializada devem ser respeitadas na colocação dos docentes.

O grupo de recrutamento 910 deve ser subdividido:

- Apoio a crianças e jovens com problemas cognitivos, motores, com perturbações da personalidade ou da conduta

- Apoio a crianças e jovens com multi-deficiência

- Intervenção Precoce

O grupo 920 deve ser subdividido:

- Apoio a crianças e jovens com surdez, problemas graves de comunicação, linguagem ou fala

- Intervenção Precoce

O grupo 930 deve ser subdividido:

- Apoio a crianças e jovens com cegueira ou baixa visão

- Intervenção Precoce

No âmbito da EE para a Intervenção Precoce/Atempada, os docentes deverão ter uma formação de base para a educação pré-escolar/primeira infância ou, sendo de outro nível de ensino, uma formação especializada em IP.

Cada docente deve ser colocado no concurso/distribuição de serviço, preferencialmente, de acordo com as seguintes prioridades:

1ª – nível de ensino de acordo com a sua formação inicial

2ª – nível de ensino contíguo ao da sua formação inicial

3ª – outro nível de ensino

Deverão abrir vagas de lugar de quadro no ensino secundário, tendo em conta o aumento da escolaridade obrigatória.

3 – Horários e conteúdo funcional Organização dos horários de trabalho

O número de horas letivas (entre 22 e 14) corresponde à prestação entre 22 e 14 tempos de 45 minutos, independentemente do grau, nível ou ciclo de ensino em que se exerce a atividade, mais os tempos (máximo 2) para outras atividades.

Conteúdo funcional da componente não letiva de estabelecimento

O conteúdo funcional do docente de Educação Especial na componente não letiva de estabelecimento não poderá incluir atividades/tarefas com alunos (sendo estas consideradas como componente letiva). Poderão ser consideradas atividades/tarefas da componente não letiva de estabelecimento:

- Coordenação do departamento Educação Especial;

- Coordenação de espaços e recursos da escola;

- Frequência de ações de formação contínua que incidam sobre conteúdos de natureza científico-didática do respetivo grupo de recrutamento;

- Colaboração com o docente do ensino regular na identificação de necessidades educativas especiais;

- Apoiar técnicas de aconselhamento e diferenciação pedagógica;

- Colaboração com o docente do ensino regular na transformação e adaptação do currículo decorrente das necessidades educativas especiais;

- Intervenção no processo de cooperação dos estabelecimentos de educação com outros serviços locais;

- Participação em reuniões de natureza pedagógica legalmente convocadas;

- Produção de materiais pedagógicos específicos;

- Realização de estudos e de trabalhos de investigação que entre outros objetivos visem contribuir para a promoção do sucesso escolar e educativo;

- Colaboração com o docente do ensino regular na organização dos processos individuais dos alunos;

- Participação em reuniões com pais e encarregados da educação e outros profissionais envolvidos no processo ensino-aprendizagem dos alunos.

II. ESCOLAS/AGRUPAMENTOS

1 – Aspetos organizacionais e de funcionamento

No atual quadro referente ao número de alunos por turma, as turmas com alunos com NEE deverão ter: na educação pré-escolar, 10 crianças nos grupos heterogêneos (no

que respeita à idade) que incluam crianças com NEE, não podendo os grupos incluir mais de 2 crianças nessas condições; nas turmas do 1.º CEB que incluam alunos com NEE, o número máximo de alunos/turma deverá ser de 15, não podendo as turmas incluir mais de 2 alunos nessas condições; nos casos em que as turmas do 2.º/3.º CEB e ensino secundário incluam alunos com NEE, devem manter-se os limites máximos legais de 20 alunos por turma, não podendo incluir mais de 2 crianças com NEE.

Nas escolas e agrupamentos deverá existir um departamento de educação especial. Não faz qualquer sentido a sua integração no departamento de Expressões, que constitui uma efetiva desvalorização desta importante resposta educativa da escola pública, diluindo-se no conjunto dos restantes grupos de recrutamento. Os docentes de EE acompanham alunos que estão incluídos em diferentes turmas e áreas curriculares, o que reforça a necessidade de um departamento específico da EE com representação no Conselho Pedagógico.

As escolas/agrupamentos deverão ser dotadas de equipas multidisciplinares, salvaguardando a continuidade pedagógica de todos os profissionais, cujo papel será o de intervir na avaliação e acompanhamento dos casos sinalizados de alunos com NEE, inserido nas competências do departamento de EE. Estas equipas integrarão, para além dos docentes de EE, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas e assistentes operacionais, bem como outros profissionais que venham a revelar-se necessários no processo de inclusão, devendo a atividade de cada um deles ser desenvolvida em contexto de transdisciplinaridade.

III – RESPOSTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

As escolas de referência e as unidades especializadas devem ser transformadas em centros de recursos para a inclusão, funcionando, em simultâneo, como sedes de equipas móveis/itinerantes, constituídas por docentes de EE colocados nos quadros, e dotadas dos recursos materiais, pedagógicos e humanos indispensáveis para apoiar as escolas/agrupamentos, sempre que a complexidade/especificidade dos problemas dos alunos com NEE o exija, garantindo o pagamento dos docentes, por parte do MEC. Estas equipas móveis impedirão a deslocação destas crianças/jovens dos seus grupos/turmas das escolas da sua área de residência.

Todas as escolas/agrupamentos disporão de espaços físicos adaptados e do equipamento mínimo que permitam responder às necessidades educativas especiais de todos os alunos.

Elegibilidade e apoios a prestar aos alunos: depois de sinalizado, o aluno será ob-

servado e avaliado pelo departamento de EE, tendo em conta todas as informações disponíveis, num processo de responsabilidades partilhadas, coordenado pelo docente de EE.

A caracterização do aluno é feita com base num relatório, que assenta em critérios pedagógicos e no qual se referem os instrumentos utilizados na sua avaliação. Nesse relatório, são também indicados os apoios e as medidas educativas de que o aluno terá necessidade. Desta forma, deixará de ser necessário o recurso exclusivo à CIF, dado este ser um instrumento de caráter clínico em detrimento do caráter pedagógico.

Porque todos os alunos com NEE têm direito aos apoios especializados e às medidas de discriminação positiva que o respetivo processo de avaliação determinar, a FENPROF propõe o início de um processo de revisão da atual legislação, no sentido de permitir à escola pública dar a resposta adequada às NEE de todos os alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem, independentemente do seu grau, natureza ou tempo de duração.

Anexo II Proposta da FENPROF de listagem de atividades que deverão ser consideradas letivas

O Estatuto da Carreira Docente não concretiza as atividades que são consideradas letivas. A formulação, a esse propósito, é genérica, pelo que a FENPROF propõe ao MEC a elaboração de uma listagem de atividades letivas.

Nesse sentido, propõe as seguintes:

- Atividade desenvolvida com a turma, genericamente designada por “aula”;
- Toda a atividade de apoio, entendida enquanto espaço destinado à despistagem e ultrapassagem de problemas relacionados com a aprendizagem e com o combate ao insucesso e ao abandono escolar, desenvolvida com alunos, individualmente ou em grupo.

Aqui se incluem as atividades de apoio ao estudo, apoio pedagógico acrescido,

salas de estudo, reforço curricular, programas de tutoria, entre outras. Isto é, aqui se incluem as atividades descritas nos pontos 1 a 6 da página 1, ponto 9 da página 2 e pontos 3 a 8 das páginas 2 e 3 das orientações para a distribuição de serviço letivo emanadas pelo Senhor Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, datadas de 17 de julho de 2012;

- Coadjuvação de docente em sala de aula do mesmo ou outro nível de ensino, incluindo-se, neste caso o ponto 5 da página 1 das referidas orientações;

- Atividades educativas desenvolvidas com alunos com vista à substituição de docente em falta, independentemente da sua natureza;

- Atividades de enriquecimento e de complemento curricular. Aqui se incluem clubes, projetos, programas específicos, bem como o programa AEC referido no ponto 11 da página 2 das orientações acima referidas;

- Todas as atividades de desporto escolar desenvolvidas com alunos, independentemente do nível ou grau de ensino a que pertençam. Estão, neste caso, consideradas as atividades do ponto 10 das orientações emanadas pelo Senhor SEEAE;

- Atividades destinadas à orientação escolar dos alunos no final do ensino básico (ponto 2 da página 2 das orientações);

- Atividades a desenvolver no âmbito do PTE (Ponto 4, da página 1 das orientações para a distribuição de serviço letivo);

Obviamente que as atividades referidas nos pontos 1 a 3, 7 e 8 das orientações que têm vindo a ser referidas são também atividade letiva, mas, em relação a essas, já não restava qualquer dúvida, apesar do caráter generalista dos artigos 77.º e 78.º do ECD. •



MOÇÕES

MOÇÃO 1 Os direitos sociais como condição para vencer a crise

A luta dos povos – em especial a luta dos trabalhadores, particularmente no espaço europeu, mas cada vez mais alargada a outros espaços geográficos – construiu historicamente a noção de Estado social como pilar de uma democracia que não se limita a meros formalismos. No caso português, a perspectiva progressista da Revolução de Abril permitiu consagrar no texto da Constituição de 1976 a dimensão social do Estado, dimensão traduzida no direito à educação e à saúde gratuitas, ou pelo menos tendencialmente gratuitas, e numa segurança social universal e solidária que garanta o direito à aposentação e a apoios sociais indispensáveis para fazer frente a situações de desemprego ou de manifestas carências que neguem o direito a uma vida digna.

O respeito pela dimensão social do Estado, entendida nos termos constitucionalmente consagrados e consubstanciada num conjunto de direitos inalienáveis de todos os cidadãos, assume-se pois como um dever para qualquer governo.

Como lei magna que é, a Constituição define o quadro a que têm de submeter-se todas as opções políticas; a não concretização dos direitos sociais pelo governo terá de ser entendida como uma grosseira violação da Constituição da República Portuguesa.

Os direitos sociais garantidos pela Constituição e outra legislação subsequente têm de ser respeitados como direitos inalienáveis, universais e de cidadania, devendo recusar-se liminarmente todas as conceções que os reduzem a dimensões assistencialistas e de aplicação casuística, subjacentes à ideologia que orienta o atual governo.

O 11.º Congresso Nacional dos Professores assume com clareza os princípios atrás enunciados. Por isso, denuncia energeticamente como contrários à CRP e ao desenvolvimento social e económico do país:

- As medidas tendentes a atribuir a setores privados funções que ao Estado competem, sujeitando, por essa via, direitos de cidadania aos jogos mercantilistas e especulativos, situações que vão grassando nos domínios da saúde, da educação e ameaçando também a segurança social;

- O agravamento das taxas moderadoras no acesso aos serviços do SNS, fazendo com que o direito à saúde seja objetivamente posto em causa;

- Os preços exorbitantes das propinas no ensino superior e os elevados custos dos materiais escolares em todos os setores de ensino, agravados pela redução drástica dos já reduzidos mecanismos de ação social;

- O enorme aumento do desemprego;
- A redução brutal dos apoios em situações de desemprego, traduzida, em particular, no facto de uma enorme percentagem de desempregados não ter qualquer prestação;
- Os cortes abusivos do valor das pensões.

O 11.º Congresso Nacional dos Professores reafirma que a defesa dos direitos sociais e a sua garantia plena dos direitos sociais não é um obstáculo ao desenvolvimento do país. Pelo contrário, os direitos sociais devem ser entendidos como condição primeira de um equilíbrio e coesão sociais indispensáveis a um desenvolvimento económico sustentável, centrado na dignidade das pessoas.

A defesa dos direitos sociais é uma condição necessária para vencer a crise em que o neoliberalismo mergulhou o país e para aprofundar a democracia, no sentido amplo que Abril lhe conferiu.

MOÇÃO 2 “1.º de dezembro” e “5 de outubro” – somos um povo com história

“A vida marca a nossa memória, os nossos corpos, o pensamento, as instituições sociais. A memória resiste em tudo o que a mão e a mente do homem criaram: a fala, a ideia, um afeto, um vaso, um colar, restos de cozinha, ferramentas, um templo, um livro, uma estátua, um quadro, uma partitura.

A memória sustenta os nossos gestos, alimenta o sentir, o entender e o agir dos indivíduos e dos povos. Na resposta necessária aos estímulos do dia, a memória continuamente se renova e organiza. Alguns acontecimentos perdem-se na penumbra, outros ganham novo relevo. Por vezes, vestem as roupagens do mito.

Mesmo nesta era tecnológica, a vida dos homens decorre no quadro dos ciclos da Natureza. Celebramos os dias fastos. Reativamos a memória, celebrando. Celebrando as estações, o nascimento, o amor, a amizade, os dias da libertação, individual e coletiva.”
António Borges Coelho, 4 de outubro de 2012

O “5 de Outubro de 1910” foi um desses dias da libertação. Dia que este governo, “convicto de que tudo é reconstruível a partir da vontade política”, quis que deixasse de ser comemorado como dia feriado, como quis que deixasse de ser feriado o 1.º de Dezembro, dia da Restauração da Independência.

Deixar de celebrar estes dias com a dignidade da sua consagração como feriados é, de alguma forma, apagar a nossa identidade como povo e sem identidade não somos nação. Deixar de celebrar estes dias é apagar a nossa memória coletiva, memória de um povo que nos orgulhamos ser.

Porque a independência nacional e os valores republicanos da fraternidade, da liberdade e da democracia são indispensáveis ao progresso e à construção de uma sociedade mais justa e fraterna, o 11.º Congresso Nacional dos Professores, reunido nos dias 3 e 4 de maio, manifesta o seu repúdio pela decisão do governo e exige a reposição dos feriados nacionais do “1.º de Dezembro” e do “5 de Outubro”.

MOÇÃO 3 Pelo direito à Cultura e à sua democratização. 1% do Orçamento do Estado para a Cultura

Considerando que:

- A cultura de um Povo é uma marca identitária na sua relação com o Mundo e um agente diferenciador da sua independência e soberania;

- O acesso aos bens culturais, de forma generalizada, reforça a relação de cada indivíduo com os outros, responsabiliza cada um pela sua preservação e promoção e é parte indissociável da Democracia;

- Um país que não apoia o direito universal à fruição dos bens culturais compromete a preservação da sua herança cultural e

impede o surgimento de novas dinâmicas de desenvolvimento cultural.

O 11.º Congresso Nacional dos Professores defende:

- A Escola Pública enquanto espaço de acesso à Cultura, da sua criação, promoção e difusão, devendo, como tal, ser considerada, exigindo-se, por isso, o reforço do seu financiamento para esse objectivo;

- O reforço do investimento público na Cultura;

- A salvaguarda da diversidade da oferta cultural, competindo ao Estado garantir recursos para que aos/às cidadãos/ãs não seja vedada a possibilidade de a ela acederem, independentemente da sua condição económica, localização geográfica ou outra;

- O fim da situação de catástrofe social, cultural e civilizacional que a política de austeridade, imposta pelos sucessivos governos PS, PSD e CDS (agora com a Troika), vem provocando;

- O cumprimento da Constituição da República, quanto ao seu Artigo 78.º, no que toca às garantias que o Estado deve dar de um serviço público de cultura, garantindo os meios necessários à livre criação e fruição culturais.

E exigem:

- A dotação de 1% do Orçamento do Estado para a Cultura, meta recomendada, nomeadamente, pela Agenda 21 de Barcelona (2004).

Num quadro em que se prevê, em nome da redução do défice e do controlo da despesa do Estado, sujeitos aos ditames da Troika (FMI, BCE, UE), uma redução brutal do investimento público e das despesas dos vários ministérios, o 11.º Congresso Nacional dos Professores não podem deixar de reafirmar a sua firme determinação em colaborar com o movimento nacional de oposição às políticas de destruição cultural do país, designadamente associando-se à luta de cidadãos, em geral, e dos agentes da cultura, em particular, pelo direito de todos à Cultura.

MOÇÃO 4 A Água é um direito! Não à Privatização!

Tal como o ar que respiramos, a água é essencial à vida. As funções ecológicas, sociais e económicas da água são essenciais e têm de ser protegidas e asseguradas pelo Estado, garantindo fruição comum e equitativa à população atual e às gerações futuras, de forma sustentável. O acesso à água não é uma questão de escolha. É por isso que a água deve ser entendida como um direito: é por isso que o seu controlo democrático tem de ser defendido. Trata-se de um direito a assegurar a todos os cidadãos que as Nações Unidas reconheceram expressamente em 2010, culminando um processo de intensas e prolongadas lutas sociais.

Em contraste com a visão do justo direito à água, existe outra que considera que a



água é uma mercadoria e, nesta medida, geradora de lucros, pelo que os seus defensores - os grandes interesses económicos e os governos ao seu serviço - querem que a respetiva gestão seja privada. Este tem sido o caminho seguido em Portugal e que o Governo PSD/CDS-PP quer acelerar com a privatização, sob o eufemismo da subconcessão, das empresas do grupo Águas de Portugal (AdP), que controlam o abastecimento de água aos municípios e o tratamento das águas residuais na maior parte do País. Ao mesmo tempo pretende liquidar o papel dos municípios neste setor.

A privatização é um caminho que não podemos permitir pois, como as realidades nacional e internacional demonstram, significaria, mais cedo do que tarde, a transferência do controlo da água a favor das grandes empresas, provavelmente estrangeiras, a subida acentuada dos preços, a degradação dos serviços e do meio ambiente, a liquidação de direitos laborais e restrições no acesso à água por parte das populações e das pequenas e médias atividades.

Portugal alcançou avanços notáveis na cobertura e acessibilidade dos serviços de água e saneamento, bem como no controlo da qualidade de água. Tal só foi possível com o envolvimento das autarquias na prestação destes serviços e com um forte investimento público. Entregar todo este enorme património público a interesses privados cujo objetivo é espoliar os portugueses e garantir lucros seria um crime gravíssimo que deixaria o País mais pobre, dependente e desigual.

A água é um setor vital e crucial que não deve sair da alçada do controlo público, no quadro de uma política orientada para o desenvolvimento, a coesão social e territorial, a melhoria dos serviços prestados e uma gestão sustentável e racional da água.

Assumindo o combate pelo direito à água e pela gestão pública como condição indissociável da sua plena concretização, a FENPROF integra, desde o primeiro momento, a Comissão Promotora da Campanha «Água é de todos», movimento responsável pelo lançamento da Iniciativa Legislativa de Cidadãos (ILC) «Protecção dos direitos individuais e comuns à água», que recolheu mais de 43 mil assinaturas e cuja entrega no Parlamento foi efetuada no passado mês de fevereiro.

A Iniciativa Legislativa visa 4 grandes objetivos:

- Consagrar o direito à água e saneamento na legislação portuguesa, competindo ao Estado garantir e assegurar o seu efetivo cumprimento;
- Edificar uma política de água que dê prioridade à satisfação e necessidade humanas, ao interesse comum, à adequação ecológica e preservação da água;
- Impedir a privatização da água e dos serviços públicos, mantendo a sua propriedade e gestão pública, garantindo serviços democraticamente controlados, transparen-

tes, competentes, acessíveis a todos e ao serviço do País;

- Exigir o regresso ao setor público dos serviços privatizados/concessionados.

Neste sentido, o 11.º Congresso Nacional dos Professores, reunido em 3 e 4 de maio afirma:

- A água é um bem comum, património da humanidade;
- O acesso à água e ao saneamento é um direito humano fundamental;
- Os serviços de águas têm o objetivo de garantir, de facto, a universalidade do direito à água, o que exige a propriedade e a gestão públicas e sem fins lucrativos;
- Nem a água nem os serviços de águas podem ser objeto de negócio, mercantilização ou fonte de obtenção de lucros;
- Os cidadãos e as famílias não podem ser privados do fornecimento de água, nos períodos da sua vida em que se encontrem em situação de insuficiência de rendimentos.

O 11.º Congresso Nacional dos Professores afirma, ainda, o empenhamento em prosseguir os princípios e objetivos da Campanha «Água é de todos» e o desenvolvimento de ações em defesa da água pública, contra a privatização.

O 11.º Congresso Nacional dos Professores assume a convicção de que este combate é de especial importância na construção de uma sociedade mais democrática, progressista e solidária.

MOÇÃO 5 Por um meio ambiente saúdavel e uma educação ambiental para todos

A escola é um local impar para começar a mudar mentalidades, a educar para o desenvolvimento sustentável. Partindo do balanço do que é a educação ambiental em Portugal, as escolas deverão ter meios para contribuir para o processo de educação ambiental na escola mas também fora do meio escolar.

Existem boas práticas em escolas por todo o país, como são exemplos as Eco-Escolas, as escolas que implementam a Agenda XXI escolar ou diversos projetos relacionados com o meio ambiente em parceria com outras instituições. No entanto foram abandonadas outros programas, como o programa «Escola na Natureza» do então Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade que deveria permitir a todos os alunos do 8.º ano viverem uma experiência positiva de relação com o património natural de Portugal e permitir aos professores tirar partido dos recursos existentes nas áreas protegidas.

As escolas deverão também ser locais exemplares na eficiência energética e na microgeração e minigeração de eletricidade através de painéis fotovoltaicos. Os telhados da maioria das escolas permitem a sua utilização para produção de energia permitindo reduzir a dependência energética do país, assim como permite a produção de

eletricidade perto do local onde é consumida.

As Compras Públicas Ecológicas (Green Public Procurement-GPP) fazem parte da lista de prioridades da União Europeia. Na maioria das instituições públicas, a política de compras contém uma secção ambiental. Os gestores de topo ou de nível intermédio, são os responsáveis pelo cumprimento dos objetivos definidos em matéria de compras sustentáveis. O Ministério da Educação e da Ciência deve ser exemplar no que toca à aquisição de materiais escolares e de alimentos para as cantinas. A aquisição de fruta e legumes frescos e de outros produtos alimentares biológicos e a produtores locais contribui para a sustentabilidade do planeta e estimula a economia local.

As escolas deverão ser locais exemplares para a redução, reutilização e reciclagem de materiais. Para tal é necessário que nas escolas haja não só meios logísticos, como também a formação do pessoal docente e não docente que contemple os temas ambientais.

O 11.º Congresso Nacional dos Professores exige:

a) Estabelecimentos de ensino mais ecológicos. Na construção e recuperação de escolas deverão ser seguidas práticas de arquitetura e de construção sustentável. As escolas deverão também ser locais sem poluição (do ar, sonora ou visual), com árvores e espaços verdes.

b) A medição da pegada ecológica dos estabelecimentos de ensino, para poderem definir-se formas de aumentar a eficiência energética e de permitir menor consumo de materiais.

c) Uma educação ambiental para toda a comunidade que favoreça um desenvolvimento sustentável assente numa relação sadia da humanidade com a natureza.

d) A implementação de medidas no dia-a-dia escolar que possam contribuir para a criação de hábitos de boas práticas ambientais, tais como a generalização da utilização de contentores para a separação de papéis e plásticos em todas as salas de aula, a criação de postos de compostagem e oleões nos refeitórios escolares e locais de estacionamento de bicicletas.

MOÇÃO 6 Pela paz e contra a guerra, o colonialismo e as ocupações

O mundo globalizado, tal como se apresenta hoje, significa, antes de mais, a instituição de um modelo neoliberal de capitalismo que tem feito aumentar o fosso entre ricos e pobres, sejam eles países, povos ou sociedades.

Este fosso tem gerado tensões, que mais não visam do que impor uma nova ordem, onde potências imperialistas e potentes económicos se arrogam no direito de decidir sobre os destinos do mundo, sejam eles de natureza política, económica, social ou cultural. São vários os povos e os países que

sofrem agressões quotidianas, ou porque o seu território se encontra ocupado, ou porque são vítimas de bloqueios económicos ou são usurpados da sua soberania.

Estas formas de violência política e económica, acompanhada muitas vezes da força bruta das armas, são sumamente injustas para os povos que as sofrem, muitas das vezes sem capacidade para lhes resistir e assim poderem alterar o rumo dos acontecimentos.

A actual e profunda crise do capitalismo avoluma ainda mais os perigos de recurso a soluções de força para defender a sua sobrevivência e os seus interesses de classe, o que faz com que a luta pela paz ganhe hoje uma importância acrescida.

Assim, o 11.º Congresso da Federação Nacional dos Professores, reunido nos dias 3 e 4 de Maio de 2013, decide:

- Manifestar o seu repúdio por todas as formas de opressão e repressão designadamente a dirigida contra, designadamente as dirigidas contra os trabalhadores e os povos;
- Denunciar o uso hipócrita da defesa dos direitos humanos, como pretexto para justificar intervenções e ocupações militares por potências imperialistas;

- Exigir a progressiva desvinculação de Portugal da NATO e a dissolução deste bloco político-militar;

- Exigir a eliminação de todas as armas nucleares;

- Manifestar o seu apoio a todos os povos que sofrem com a guerra e a opressão, casos do povo Curdo e do martirizado povo Palestino;
- Manifestar o seu inequívoco apoio e solidariedade à justa luta do Povo Saharai pelos seus direitos políticos, sociais e laborais, que só podem ser livremente exercidos num contexto de liberdade e autodeterminação, direitos expressamente contidos nas Resoluções da ONU sobre o Sahara Ocidental;

- Manifestar a sua solidariedade com o Povo Cubano, exigir o fim do criminoso bloqueio e a libertação dos cinco cidadãos cubanos presos desde 1998, nos Estados Unidos da América, por defenderem a sua Pátria das ameaças terroristas provenientes deste país;

- Pugnar pela liberdade de organização sindical e apelar a todas as organizações, sindicais ou outras, para que lutem por um mundo melhor, mais justo, solidário e pacífico, e em defesa de uma Nova Ordem Internacional que coloque o enorme potencial científico e tecnológico que hoje o Homem possui em benefício de toda a humanidade.

MOÇÃO 7 Em defesa da liberdade sindical. Contra a violação dos direitos sindicais na Turquia

No dia 19 de fevereiro, dirigentes sindicais da Federação do Setor Público KESK e do

Sindicato dos Professores *Egitim Sen* foram presos e continuam ilegalmente detidos, apenas por tentarem exercer o seu direito democrático à actividade sindical como cidadãos turcos.

Nesse dia, forças de segurança governamentais realizaram rusgas em 29 cidades turcas que resultaram na prisão de 140 membros do KESK, 99 dos quais professores membros do *Egitim Sen*.

Os 140 sindicalistas detidos são alegadamente acusados de ligação a organizações terroristas. Esta não é a primeira vez que as autoridades turcas procuram usar leis antiterroristas para condicionar e atacar sindicalistas do KESK e do *Egitim Sen*. A presença de delegações sindicais de outros países nos julgamentos entretanto realizados – nomeadamente na última sessão que decorreu no dia 10 de abril – tem sido importante enquanto expressão de solidariedade e escrutínio internacional dos procedimentos judiciais.

A atuação do governo turco contra os representantes do KESK representa uma grave violação da Convenção 87 da OIT relativa à liberdade de expressão e de associação, que o próprio governo turco ratificou. Neste contexto, o 11.º Congresso Nacional dos

Professores denuncia a violação de direitos sindicais na Turquia, insta o governo turco a respeitar as suas obrigações internacionais, em especial as da OIT, e exige a libertação imediata de todos os dirigentes e activistas sindicais ilegalmente detidos.

Finalmente, o 11.º Congresso Nacional dos Professores repudia todas as violações dos direitos humanos e reafirma que os direitos sindicais são direitos de cidadania e os sindicatos pilares essenciais em democracia.

MOÇÃO 8 Saudação aos trabalhadores do congresso

Os Delegados ao 11.º Congresso Nacional dos Professores saúdam todos os trabalhadores envolvidos na sua preparação e concretização, cujos esforço e dedicação foram fundamentais para o êxito deste Congresso.

Nota: Todas as moções foram aprovadas por unanimidade, exceto a Moção 6 – **Pela paz e contra a guerra, o colonialismo e as ocupações** –, aprovada por maioria, com 3 votos contra e 3 abstenções. •



Por detrás dum grande Congresso...

Cerca de 60 funcionários e colaboradores dos Sindicatos da FENPROF e da própria Federação asseguraram as múltiplas (e por vezes complexas) tarefas de apoio à preparação e realização deste 11.º Congresso Nacional dos Professores.

Este valioso trabalho, que decorreu no Fórum Lisboa e também na sede do SPGL e de outros Sindicatos da FENPROF, repartiu-se por diferentes “seções”, entre as quais: recepção geral, recepção aos convidados (nacionais e estrangeiros) e à comunicação social, controlo de portas, “check in”, apoio à Mesa do Congresso, às votações e distribuição de documentos na sala, aos órgãos da FENPROF e às delegações estrangeiras, régie, pólo técnico (bastidores), gabinete de imprensa, transportes e serviço de apoio administrativo.

É caso para dizer: por detrás de um grande Congresso está sempre uma grande equipa! | JPO •

NOTA INFORMATIVA Seguro de Saúde

A presente informação tem por objectivo chamar a sua especial atenção para a importância que cada vez mais os seguros de saúde estão a assumir na complementaridade aos cuidados de saúde e bem-estar, bem como expressar a nossa total disponibilidade para continuar a garantir as melhores soluções de seguros de saúde que, apoiados numa ampla e diversificada gama de especialidades e serviços médicos, contribuem para que detenha um complemento eficaz ao serviço público e mantenha o acesso a cuidados de saúde, de uma forma célere, prática e económica.

2013
Todos os sócios aderentes do Açoreana Protecção Saúde beneficiam da adesão gratuita a uma cobertura de Acidentes Pessoais com um capital de 10.000,00€ por Morte ou Invalidez Permanente, assegurando os riscos profissionais e extra-profissionais.

2#1
Açoreana
Protecção Saúde

Maio de 2013

Nas actuais circunstâncias, com os reconhecidos constrangimentos financeiros, é um facto incontornável que a ADSE e o Serviço Nacional de Saúde tendem a reduzir substancialmente a generalidade da sua oferta e a assegurar uma participação cada vez menor nas despesas de saúde realizadas.

Neste contexto e tendo presente que a saúde é um bem a preservar e que deve ser assegurada independentemente das circunstâncias, os planos **Açoreana Protecção Saúde** apresentam-se como uma solução absolutamente consolidada, capaz de permitir aos sócios do **SPGL/SPM/SPN/SPRC** e respectivos agregados familiares, com ou sem direito à ADSE, fazer face a despesas médicas regulares ou inesperadas, facilitando o acesso sem filas e listas de espera, a cuidados médicos especializados, contribuindo de forma decisiva para a avaliação atempada dos problemas e alargando de forma substancial o leque de alternativas disponíveis nos mais variados domínios da medicina.



Temos as melhores soluções de seguros para valorizar a sua saúde e a dos seus.

Somos a escolha de milhares de professores, ao longo de mais de 20 anos.

Connosco, está seguramente muito melhor.

Saiba mais sobre estas soluções em:
www.secre.pt/spgl
www.secre.pt/spm
www.secre.pt/spn
www.secre.pt/sprc

Linha Verde - Gratuita
800 202 675
Continuamos ao seu dispor
(dias úteis das 10h00 às 13h00 e das 14h00 às 18h00)



Seminário Internacional “Os efeitos da crise na Educação e o necessário combate sindical” O mundo do sindicalismo tem uma palavra a dizer!

No passado dia 2 de maio, véspera do 11.º Congresso da FENPROF, realizou-se em Lisboa o Seminário Internacional “Os efeitos da crise na Educação e o necessário combate sindical”. A iniciativa decorreu no Auditório da Escola Secundária Camões, em Lisboa, e proporcionou uma reflexão sobre os efeitos da crise internacional nos sistemas educativos dos diversos países.

A defesa e valorização da escola pública esteve no centro deste interessante debate, reunindo experiências de diferentes países e organizações. Várias intervenções sublinharam a necessidade de avançar para formas de articulação – em posições, na ação e na luta – entre as organizações, o que assume grande importância num contexto de crise global como o que vivemos. Sem retirar centralidade às respostas que os trabalhadores possam dar em cada país, neste contexto, não podem desvalorizar-se todas as que, organizadamente, possam ser dadas, de forma articulada, pelas organizações dos diversos países.

Participaram delegações de: Portugal (FENPROF), Espanha (FECCOO, FETE-UGT, STES

e CIG Ensino), França (FSU, SNES, SNUipp e SNESup), Itália (UIL-Scuola), Grécia (OLME), Alemanha (GEW), Holanda (AOB), Rússia (ESEUR), Turquia (EGITIM-SEM), Bulgária (SEB), Sérvia (TUS), Angola (SINPROF e FSTECJDCS), Moçambique (ONP), Cabo Verde (SINDEP), Guiné Bissau (SINAPROF e SINDEPROF), São Tomé e Príncipe (SINPRESTEP), Senegal (SAEMSS), Brasil (CNTE e CONTEE), Cuba (SNTECD), Argentina (FESIDUAS), Venezuela (FENASINPRES), México (SNTE) e Canadá (CSQUÉBEC).

Estiveram ainda presentes, dirigentes das seguintes federações e confederações regionais ou mundiais: Internacional de Educação (IE), Confederação Sindical Europeia de Educação (CSEE), Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos (FMTC), Confederação dos Educadores Americanos (CEA).

João Cunha Serra (Presidente do Conselho Nacional da FENPROF) moderou o debate, Manuela Mendonça (Secretariado Nacional) abriu os trabalhos, enquadrando a iniciativa e Mário Nogueira, Secretário Geral, fechou, salientando que não são inevitáveis as violentas políticas de austeridade e cortes. “Inevitável”, realçou, é a luta contra este Governo”. | JPO •



Resolução sobre a ação reivindicativa

Uma escola pública para dar futuro ao país

A Escola Pública é fator de igualdade e importante indicador de qualidade da Democracia. Uma Escola Pública como a que os portugueses construíram – e apesar de todos os problemas que ainda apresenta – deve-nos orgulhar a todos/as: uma escola que se abre a todas as diferenças e dificuldades, independentemente da sua natureza; a escola que continua a ser procurada e preferida pela generalidade das famílias; uma escola que, reconhecidamente, consegue responder positivamente aos mais exigentes desafios da sociedade. Estas afirmações não desvalorizam os espaços de exercício profissional dos docentes que não trabalham na Escola Pública; antes sublinham uma importante construção coletiva do povo português e afirmam uma linha constitucional que a consagra.

Muitas têm sido as tentativas de perverter princípios de uma escola que, antes de mais, tem de ser democrática. A intenção de introduzir lógicas de elitização, como, por exemplo, a distinção entre escolas consideradas de excelência e outras de nível, supostamente, menos elevado, esteve e está à vista nos propósitos anunciados e progressivamente concretizados por diversos responsáveis. A divulgação de rankings de resultados obtidos pelos alunos em exames nacionais promoveu algumas escolas, estigmatizou outras e serviu, em grande medida, para propagandear o ensino privado com uma inadmissível manipulação da realidade. Projetos no sentido de financiar as escolas em função dos resultados obtidos, nomeadamente os resultados dos alunos (critério que esteve em cima da mesa até para avaliar os docentes), têm a óbvia intenção de distinguir as escolas por alegados patamares de qualidade, aprofundando as assimetrias.

A pergunta repete-se: “Que escola queremos para o futuro?”. A resposta é, aparentemente, consensual: “Uma escola pública, democrática, inclusiva, de qualidade” e, como a Constituição da República Portuguesa estabelece, “gratuita”.

As consequências de medidas que os governos tomaram ao longo dos anos são muito negativas e contrárias à progressiva valorização do papel da educação em países mais desenvolvidos. Mas, na verdade, também muito do que foram e são intenções de diversos governos e maiorias parlamentares acabou por ser derrotado e a Escola Públi-

ca, muito por força dos seus profissionais, continua a resistir, preservando a sua matriz democrática. As continuadas lutas, por exemplo, por condições de trabalho ou pela valorização da profissão docente, têm dado destacados contributos neste sentido mas também, como é evidente, a Constituição da República Portuguesa (CRP) e a Lei de Bases do Sistema Educativo têm sido decisivas para a defesa daquela matriz.

Não nos basta resistir para perder pouco. É necessário dar passos na construção de uma escola de matriz democrática, virada para o futuro, que prepare as gerações jovens e que garanta um Portugal desenvolvido e de progresso. Esta, decididamente, não é a escola de Crato, de Coelho, Portas e Gaspar; não é a escola da troika e do corte de 4.000 milhões de euros nas funções sociais do Estado. Não é, bem se vê, a escola do PSD, do CDS e do governo que suportam.

É de reparar nas intenções tornadas públicas, tais como:

- Municipalizar... como confessa o protocolo assinado entre o MEC e a Câmara Municipal de Cascais, desde logo para permitir a “redução global dos custos do Ministério da Educação e Ciência (MEC) com o ensino público obrigatório” (cláusula quarta);

- Privatizar... recorrendo a diversos expedientes: alterar os requisitos para a atribuição de turmas aos colégios, entregar competências aos municípios que estes não conseguiriam satisfazer, sendo certo que muitos contratualizariam a gestão do sistema a empresas privadas; entregar diretamente a gestão de amplas áreas geográficas a entidades privadas;

- Atribuir à Escola Pública uma função essencialmente social... reservando as respostas de qualidade para um pequeno nicho público e, sobretudo, para os promotores privados. As referências ao que se faz “lá fora” são insistentes. A Alemanha tem sido apresentada pelos governantes como exemplo a seguir. Um sistema que, no entanto, merece fortes críticas, mesmo da OCDE, acusado de separar precocemente os alunos, empurrando muitos para um sistema dual com desigualdades acentuadas e suportado numa grande disponibilidade de financiamento por parte das empresas. Ainda assim, na Alemanha, a presença deste sistema tem recuado muito, mantendo expressão mais forte em estados mais conservadores, governados pela direita, como é o caso da



Baviera. A questão ideológica está na raiz da opção. Em Portugal são indistiguíveis as razões por que as vias profissionalizantes parecem ganhar espaço, encontrando-se entre elas, para além da ideologia, o facto de os fundos comunitários (verbas do POPH) poderem financiar, entre outros aspetos, o salário dos docentes.

A escola que precisamos para um futuro melhor, a escola que Portugal requer, não é a que o governo do PSD e do CDS querem construir. O governo PSD/CDS-PP nega com a prática de hoje muitos dos sinais que estes partidos deram e dos compromissos que assumiram no tempo em que eram oposição. Na atual legislatura, o logro voltou a marcar o contraponto entre o que foi ser oposição e o que é ser governo.

A escola que faz falta a Portugal:

- Não é a escola burocratizada, desumanizada, sem órgãos próprios de direção e gestão e com uma população escolar aos milhares dos mega-agrupamentos. PSD e CDS criticaram as 83 agregações concretizadas pelo governo anterior, nomeadamente através da Resolução n.º 94/2010, da Assembleia da República; recomendaram

“**A Escola Democrática não sobreviverá à continuação das atuais políticas. Para Portugal ter um futuro de progresso e desenvolvimento é fundamental que isto não aconteça. Para Portugal ter um futuro de progresso e desenvolvimento é fundamental que isto não aconteça. Só a Escola Democrática poderá ter sucesso na batalha da qualificação dos portugueses.**”

a sua anulação. Chegados ao governo, já constituíram outros 235 mega-agrupamentos, de uma forma geral com mais alunos que os anteriores e, afinal, também impostos contra a opinião das comunidades educativas. Há ainda a registar que, pela primeira vez, foram criados mega-agrupamentos a meio de um ano letivo, como aconteceu em janeiro e março passados.

- Não é a escola do currículo empobrecido que resulta dos garrotes orçamentais. PSD e CDS criticaram, e bem, a extinção, na prática, da Educação Visual e Tecnológica (EVT) com a eliminação do par pedagógico na disciplina, mas mal chegaram ao poder decidiram eliminá-la, eliminar a Educação Tecnológica, eliminar o Estudo Acompanhado e a Formação Cívica.

- Não é a escola onde já escasseiam os professores, pondo em causa as respostas que é indispensável garantir e aprofundar. PSD e CDS acusavam o governo anterior de estar a preparar um grande despedimento de professores. A acusação tinha todo o sentido mas, apanhando-se no governo, foram eles os autores do maior despedimento coletivo na área da docência, levando a que o desem-

prego aqui atingisse um máximo histórico e fazendo com que, para além disso, fossem ainda sinalizados cerca de 15.000 horários-zero num primeiro momento (julho de 2012). Lembrar que o fim dos concursos anuais, em 2006, levou a que muitas das necessidades permanentes das escolas passassem a ser satisfeitas por milhares de docentes em regime laboral precário. Nuno Crato encontrou aqui enormes facilidades para os dispensar, na voragem da austeridade que segue. Feita a “limpeza” de contratados, vira-se agora o governo para os que estão nos quadros, ameaçando-os com a mobilidade especial ou de serem despedidos, de forma falsamente consensual, por via da “rescisão por mútuo acordo”. Desta estratégia faz parte o processo de extinção maciça de lugares de quadro consubstanciado na portaria de vagas para o concurso 2013/2014. Os professores entretanto afastados ou em vias de serem feitos fazem muita falta às escolas que encontram crescentes dificuldades para dar respostas e organizar as atividades que concretizariam, com êxito, os seus projetos de promoção do sucesso educativo e de combate ao abandono escolar.

- Não é a escola da instabilidade provocada pela precariedade dos profissionais. Ainda em 2010, a Assembleia da República, por iniciativa de um dos partidos que hoje governa, aprovou uma resolução que apontava para a vinculação de cerca de 8.000 docentes com 10 ou mais anos de serviço. Seria insuficiente, em relação ao abuso continuado de trabalho precário mas, agora, em 2013, o governo abriu um concurso extraordinário para acesso aos quadros com apenas 603 vagas. E mesmo assim recusou o justo posicionamento na carreira de acordo com o tempo de serviço prestado na profissão. Além disso, o concurso engendrado pelo MEC impediu, de forma ilegal, os professores colocados nas regiões autónomas, no ensino português no estrangeiro ou em outros ministérios de se apresentarem a concurso.

- Não é a escola dos 30 e mais alunos por turma, onde as condições de trabalho se deterioraram e a relação professor-aluno se torna mais difícil.

- Não é a escola onde os profissionais docentes têm horários absolutamente impraticáveis, se a prática for orientada, como tem de ser, pelo interesse pedagógico. Além do mais, os horários estão sobrecarregados por tarefas burocráticas e até por deslocações entre escolas. Também aqui, o que eram críticas na oposição tornaram-se práticas na governação.

- Não é a escola onde os profissionais não são valorizados, nem no plano social, nem material. É absolutamente reprovável o desenvolvimento de campanhas que procuram denegrir os profissionais docentes visando a eliminação de direitos profissionais e a concretização de medidas que degradam as suas condições de trabalho. Também

a desvalorização das remunerações dos docentes em cerca de 30% só nos últimos dois anos tem levado ao agravamento das condições de vida. Não são poucos os que, literalmente, pagam para trabalhar e/ou são obrigados a segunda atividade, deixando de se dedicar em exclusividade à profissão.

Poderá, contudo, a situação agravar-se ainda mais se o governo insistir num novo corte nas funções sociais do Estado, o tal que vem sendo apontado na ordem dos 4.000 milhões de euros. O impacto na Educação seria terrível. A acontecer teremos a destruição, porventura irremediável, da Escola Pública, ficando aberta a porta para a concretização plena de posições programáticas dos partidos do governo: a chamada liberdade de escolha (público/privado), com a responsabilidade financeira do Estado) e a prática do “cheque-ensino”. Para a FENPROF, a concretização destas medidas é incompatível com o que a Constituição preceitua. Não é esta, porém, a ideia do governo, tal como o primeiro-ministro confirmou publicamente ao anunciar ao país a “refundação do Estado”.

A escola que este governo quer é a escola elitizada em que à pública corresponderia uma missão essencialmente social e à privada a missão de transmitir conhecimentos considerados essenciais num quadro de qualidade mais elevada; é a escola em que há disciplinas consideradas essenciais e outras meramente complementares; é a escola em que, numa lógica de mercado, a qualidade teria de ser comprada, logo quem mais pudesse melhor produto adquiriria; é a escola da segregação em que alunos com dificuldades de aprendizagem, por norma, seriam separados, seja para o treino profissional, seja, em determinadas circunstâncias, para instituições especiais; é a escola compassada e filtrada pelos exames a começar logo no 4.º ano de escolaridade.

A Escola Democrática não sobreviverá à continuação das atuais políticas. Para Portugal ter um futuro de progresso e desenvolvimento é fundamental que isto não aconteça. Só a Escola Democrática poderá ter sucesso na batalha da qualificação dos portugueses, o que passa por desenvolver estratégias de promoção do sucesso educativo e de combate ao abandono escolar. Portugal continua a apresentar a terceira mais elevada taxa de abandono precoce de educação e formação dentro da UE27 (23,2% em 2011); segundo dados recentemente divulgados, em 20 anos, a taxa média nacional de crianças, entre os 10 e os 15 anos, que deixaram a escola sem o 3.º ciclo do ensino básico completo, incluindo os que nunca o frequentaram, apenas caiu 1,7%, passando de 12,6% em 1991, para 10,9% em 2011; também no que respeita ao insucesso escolar, Portugal, apesar de alguma evolução, continua a registar resultados muito abaixo dos valores médios verificados nos países da OCDE, sendo previsível que o desenvolvimento das políticas atualmente

em curso, que retiram condições às escolas para apoiar os alunos e às famílias para os procurarem fora da escola, provoquem um novo agravamento do problema.

Não é só a FENPROF que aponta as consequências muito negativas, insuportáveis, mesmo, que decorreriam da insistência nas políticas que o atual governo leva a cabo. No Relatório Sobre o Estado da Educação que o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou recentemente, são visíveis as preocupações relativamente ao futuro, confirmando a necessidade de intervenção e luta por outras políticas que a FENPROF proclama a partir deste Congresso. Também o CNE reconhece que investir estrategicamente na Educação é imprescindível para garantir o futuro, resolver problemas que persistem e para evitar que, em pouco tempo, se diluam os progressos que o sistema educativo realizou desde o 25 de Abril. Também o CNE assinala a importância dos professores como principais artífices dos progressos realizados nas áreas da educação e formação e sublinha que a melhoria de um sistema educativo pressupõe necessariamente a valorização dos seus profissionais e a sua formação. O contrário, afinal, do que estão a fazer as políticas e o programa do atual governo; mais uma razão forte para exigir outro governo e outras políticas.

Intensificou-se o ataque aos direitos sociais, laborais e sindicais

A aplicação das medidas impostas pela troika e o prosseguimento das políticas forçadas pelo governo estão a criar uma situação intolerável para a generalidade dos portugueses. O empobrecimento das famílias acelerou, alastrando enormes manchas de pobreza, a recessão atinge níveis muito perigosos, o desemprego bate máximos consecutivos, as pequenas e médias empresas abrem falência aos milhares, o país produz cada vez menos, a economia definha.

Para os docentes, arrasta-se o congelamento das carreiras, retomado a 1 de janeiro de 2011 pelo anterior governo. É de lembrar que depois do acordo de 2010 que permitiu, então, a progressão a milhares de docentes, o governo que o celebrou interrompeu unilateralmente o processo de aplicação que deveria estender-se até 2014, reincidindo no roubo do tempo de serviço e agravando, também por esta via, a situação profissional dos professores e educadores. Também em relação ao ensino superior, diversos aspetos dos regimes transitórios estabelecidos na legislação revista sobre estatutos de carreira continuam por concretizar, por força dos congelamentos impostos. No que respeita ao ensino particular e cooperativo, as situações diferem: no que respeita aos educadores de infância e docentes dos ensinos básico e secundário, a FENPROF e a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) chegaram a acordo

sobre a nova carreira; já em relação ao ensino superior a situação continua fora de qualquer controlo, pois ainda não foi possível aprovar um contrato coletivo de trabalho aplicável a quem nele exerce funções.

Os trabalhadores da administração pública têm sido insistentemente castigados, pelo governo, no emprego, na estabilidade, no salário e nas condições de trabalho. De uma forma geral, o país e em particular os trabalhadores são vítimas de políticas que, a pretexto da crise, procuram disfarçar o forte cunho ideológico que têm, marcado por opções neoliberais que desprezam as pessoas, a organização solidária das sociedades e se orientam para uma ainda maior acumulação de riqueza pelas classes privilegiadas e dominantes.

No âmbito da ofensiva em curso, prosseguiu também o processo de limitação de direitos no plano sindical e, se o atual governo não agravou mais a lei, a verdade é que também não lhe interessou corrigir as graves distorções introduzidas pelo anterior, designadamente a proibição de utilização dos créditos sindicais para atividade que ocorra fora da escola ou o desrespeito pela representatividade das organizações, incluindo para efeitos de atribuição de créditos sindicais e sua gestão por parte das organizações, ou para efeitos negociais.

A desvalorização e o desrespeito pelos direitos sindicais manifestaram-se, de forma aguda, no plano do relacionamento institucional e da negociação. Os processos negociais estiveram condicionados pelas intenções do governo e serviram, no máximo, para “cumprir calendário” ou para encenar a legitimação das intenções. Aconteceu, no MEC, com a revisão da legislação de concursos, relativamente à qual algumas organizações deram o seu acordo, ou, mais recente, em relação à alteração da área geográfica dos QZP, onde todas as normas estabelecidas na lei da negociação na administração pública foram grosseiramente violadas. Também em sede de Ministério das Finanças, as alterações impostas à legislação sobre vínculos ou mobilidade nunca tiveram em conta a posição dos Sindicatos ou o interesse e os direitos dos trabalhadores. Tão só pretenderam criar uma situação que permitisse aplicar cortes nas remunerações, incluindo subsídios, gerar maior instabilidade nos vínculos laborais dos trabalhadores e, direta ou indiretamente, preparar o seu despedimento.

Objetivo imediato: demitir o governo e legitimar o próximo através de eleições

Demitir o atual governo e convocar eleições não é condição suficiente para que se alterem as políticas, o que, verdadeiramente, é o mais importante. Mas se aquela não é condição suficiente é, porém, condição necessária! A FENPROF tudo fará para, em convergência com quantos assumem estas

exigências, contribuir para a demissão do governo PSD/CDS e ajudar a construir políticas alternativas que dignifiquem e valorizem a Profissão de Professor, a Escola Pública e o Portugal Democrático. Tais políticas deverão orientar-se para defender Portugal e os portugueses, não apenas reforçando as respostas sociais que a Constituição da República consagra, como libertando o país das amarras impostas pela troika, através do memorando assinado pelo anterior governo e zelosamente cumprido e intensificado nas suas implicações pelo atual. A luta nesse sentido é, aliás, contributo importante para a afirmação de políticas alternativas, após a necessária demissão do governo.

Eixos reivindicativos que orientarão a ação da FENPROF

Uma mudança profunda de opções, como os professores, os educadores, os investigadores e a Educação exigem, impõe um largo conjunto de medidas que permita, por um lado, corrigir as graves distorções introduzidas no sistema em anos consecutivos de políticas que revelam, apenas, preocupação com aspetos administrativos e financeiros, negligenciando o interesse pedagógico e tomando a Educação e a Formação como áreas de gigantescos cortes orçamentais. Neste quadro, o 11.º Congresso Nacional dos Professores, órgão máximo da FENPROF, destaca as posições políticas que a seguir se sintetizam.

Pela democratização da escola pública, em defesa da constituição da república, contra a privatização do ensino

Democratizar a Escola Pública significa, antes de tudo, colocá-la ao serviço de todos, das crianças, dos jovens e dos adultos que precisam da Educação para, através dela, acederem completamente aos outros direitos que lhes são devidos.

A educação é um direito humano essencial, tal como estabelece o artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Consagração do mesmo tipo se encontra na Constituição da República Portuguesa, a que todos estamos obrigados.

Ora, é precisamente num momento em que os governantes portugueses não só ignoram, sempre que lhes apraz, a nossa Constituição, como a torneiam, a deturpam, e até a responsabilizam pelas enormidades sociais que resultam da sua política, que os portugueses devem erguer a sua voz contra todos os atropelos e exigir o respeito escrupuloso por todos os artigos da Lei fundamental do sistema político português.

A FENPROF exorta os professores portugueses a pugnam pelo estrito cumprimento da CRP nos seus artigos 74º e 75º (incumbe ao Estado: “assegurar o ensino básico universal, obrigatório – hoje é de 12 anos – e gratuito” e criar “uma rede de esta-

belecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”), a mobilizarem esforços e desenvolverem as lutas necessárias para a efetiva concretização destes direitos fundamentais. E, por assumirem com clareza e frontalidade estes direitos, denunciar e combater o caminho de privatização definido pelo atual governo que trata a educação como uma mercadoria em vez de a considerar o direito humano inalienável que as Convenções reafirmam.

Há uma escola que é paga com o dinheiro de todos os portugueses e que é de todos os portugueses. Essa é a Escola Pública. O nosso dinheiro não serve para financiar interesses privados, que podem existir neste campo, como aliás a Constituição admite, desde que se financiem a si próprios.

Contra o propósito de deslocar financiamento público para servir interesses privados, o 11.º Congresso anuncia que a FENPROF lutará denodadamente e chamará à mobilização necessária todos os parceiros educativos, todos os agentes dinamizadores da vida escolar, todos os que entendem a Educação como a prioridade para o desenvolvimento e o futuro dos povos.

Combater o desemprego, a precariedade e todos os tipos de instabilidade

O combate contra medidas que visam realizar cortes de despesa a partir da redução de profissionais nas escolas é, porventura, o maior dos combates que os docentes têm de realizar. É da enorme importância conseguir revogar e reverter as medidas que o governo foi forçando com tal intuito. Para além do forte empenho nestes objetivos, a FENPROF reclama:

- A revisão da legislação dos concursos;
- A consagração de um regime dinâmico de vinculação dos professores e educadores;
- A não aplicação do regime da mobilidade especial aos docentes, exigência reforçada pelo facto de não haver professores a mais nas escolas, mas sim uma situação em que o governo impõe medidas para assim parecer;
- O fim das medidas que restringem os apoios aos desempregados, diminuindo montantes, duração e beneficiários;
- A aprovação da lista de atividades atribuídas aos docentes que, sendo efetivamente letivas, o MEC continua a não querer considerar como tal.

Em defesa dos estatutos de carreira

A FENPROF intervirá em defesa do descongelamento das carreiras e do desbloqueamento das progressões, bem como da contagem integral do tempo de serviço. Defenderá a realização de concursos ajustados às necessidades efetivas de docentes, para ingresso em quadro e na carreira, designadamente no ensino superior, a desburocratização e atribuição de interesse técnico-científico à avaliação

do desempenho, uma regulamentação dos horários de trabalho ajustada à existência de condições de exercício da profissão e políticas que combatam o desemprego e a precariedade.

A FENPROF opor-se-á firmemente à fragilização do vínculo de nomeação e à sua transformação em contrato individual de trabalho. Lutará, contra a redução dos salários e o confisco dos subsídios de férias e de Natal e contra a imposição da mobilidade especial que mais não é do que a antecâmara do despedimento de muitos milhares de docentes dos quadros. A FENPROF combaterá qualquer revisão dos estatutos de carreira que visem a redução de direitos dos professores e educadores ou a imposição de tabelas salariais que se traduzam em vencimentos ainda mais depauperados.

No entender da FENPROF é necessário continuar a investir na qualificação das instituições do Ensino Superior, o que passa pelo respeito pelas disposições transitórias dos respetivos estatutos de carreira. Isto significa condições para a formação, isenção de propinas de doutoramento, uma correta transição para as carreiras, a valorização dos títulos e graus e a abertura de concursos por forma a aumentar o número de professores nas categorias de topo, cumprindo a lei.

A FENPROF defende igualmente o direito dos investigadores científicos a progredirem na sua carreira, bem com a necessidade de abrir esta carreira a muitos dos investigadores, hoje, em situação precária.

Por horários de trabalho pedagógicamente adequados

A FENPROF defende:

- A definição de máximos de 3 níveis e de 5 turmas por professor;
- A fixação de um número mínimo de horas da componente de trabalho individual para a preparação de aulas, atualização científica, elaboração e correção de testes, etc.;
- A elaboração de uma listagem das atividades contempladas de forma obrigatória na componente letiva dos horários docentes, para além da atividade designada por “aula”, contendo, nomeadamente:
 - As atividades de apoio desenvolvidas com alunos, individualmente ou em grupo (apoio ao estudo, apoio pedagógico acrescido, salas de estudo, reforço, curricular, tutorias, entre outras);
 - A coadjuvação de docente em sala de aula do mesmo ou de outro nível de ensino;
 - As atividades educativas com vista à substituição de docente em falta;
 - As atividades de enriquecimento e de complemento curricular (clubes, projetos e outros programas específicos);
 - Todas as atividades de desporto escolar, independentemente do nível ou grau de ensino dos alunos;
 - As atividades de orientação escolar dos alunos no final do ensino básico;

- As atividades no âmbito do Plano Tecnológica da Educação.

Relativamente ao ensino superior, a FENPROF exige que não sejam ultrapassados os limites máximos de carga letiva fixados nos respetivos estatutos e que todas as horas letivas sejam contabilizadas de igual modo.

Finalmente, tendo em conta as alterações à rede escolar e a constituição de agrupamentos e mega-agrupamentos, a FENPROF reivindica:

- A contabilização como horário de trabalho do tempo de deslocação entre estabelecimentos do mesmo agrupamento;
- A garantia de condições para a deslocação entre estabelecimentos, designadamente a disponibilização de transporte e, em casos excecionais de necessidade de utilização de meios próprios, o pagamento do subsídio de transporte que a lei consagra.

Em defesa de uma aposentação digna e ajustada ao exercício da profissão

A FENPROF destaca as seguintes das suas posições sobre estas matérias:

- Reconhecimento do elevado desgaste físico e psíquico da profissão docente e, conseqüentemente, a diminuição do limite de idade e de anos de serviço requeridos para a aposentação;
- Consagração do direito à aposentação antecipada aos docentes com 30 ou mais anos de serviço e 55 ou mais de idade, revogando as disposições de agravamento da aposentação antecipada;
- Fim da aplicação da contribuição extraordinária de solidariedade aos aposentados;
- Revisão dos critérios de atualização do indexante de apoios sociais (IAS), revogação do fator de sustentabilidade e reposição do cálculo das pensões de acordo com as regras previstas na Lei n.º 39/99, de 26 de maio (“Atualização das pensões da carreira docente”);
- Recuperação das perdas resultantes de cortes, inflação e subida de impostos e atualização das pensões, ainda que faseadamente;
- Garantia, aos aposentados e reformados em situação de dependência, de uma rede alargada de cuidados continuados e apoio domiciliário;
- Reforço do apoio em caso de doenças crónicas, através da garantia da gratuitidade dos medicamentos correspondentes e de outras medidas que contrariem o aumento da despesa com medicamentos;
- Melhoraria da mobilidade dos aposentados e reformados, repondo o desconto de 50% nos passes sociais a eles destinados.

Pelo direito à formação contínua

A formação contínua de educadores e professores tem de ser considerada, efetivamente, como fator de valorização pessoal e profissional e deve compatibilizar o desenvolvimento do docente com o desenvolvimento do sistema educativo no seu conjunto.

Nesse sentido, a FENPROF reafirma o princípio de que a formação contínua é um direito e um dever. Um direito de todos os educadores e professores que se traduz na salvaguarda de condições adequadas à sua realização, incluindo a gratuidade, espaços e tempos de formação próprios, dispensa da componente letiva para a sua realização, entre outras.

Importa ainda reafirmar que a organização da formação contínua decorrente de alterações no sistema educativo deverá ser da responsabilidade do MEC. Tal necessidade deverá encontrar espaços e tempos apropriados, não sobrecarregando o horário dos docentes, e privilegiando os centros de formação de associações de escolas.

Constituindo-se como um dever, contudo, na ausência de formação contínua nos pressupostos enunciados, os docentes nunca poderão ser penalizados, nomeadamente, para efeitos de avaliação ou progressão na carreira.

Por uma direção e uma gestão democráticas da escola pública

Para a FENPROF, a direção e gestão das escolas é uma frente reivindicativa da maior relevância, pela dimensão política que assume no quadro da promoção de uma educação para a participação social e cívica, mas também pela forma como influencia as relações de trabalho e o próprio clima de escola.

A evolução que se verificou nesta área nos últimos 39 anos deixou pelo caminho importantes referenciais democráticos, consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, de elegibilidade, colegialidade, participação, prevalência de critérios pedagógicos sobre quaisquer outros – nomeadamente de natureza administrativa e financeira, como os que presidiram à constituição dos mega-agrupamentos.

A FENPROF reafirma a sua oposição à transformação das escolas em “unidades orgânicas” descaracterizadas e manifesta a sua determinação em lutar, com os restantes parceiros educativos, contra os mega-agrupamentos, por uma escola humanizada, com uma identidade própria e órgãos democraticamente legitimados, onde a pedagogia assumia a centralidade que merece numa organização educativa. A FENPROF continuará, pois, a bater-se por uma alteração profunda do atual quadro legal que salvaguarde os princípios acima referenciados e devolva a gestão democrática à escola portuguesa.

No âmbito da direção e gestão, a FENPROF defende ainda a revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), reforçando as características democráticas e a autonomia da gestão e pondo fim ao regime fundacional.

Contra a municipalização da educação

No passado, diversos governos tentaram

impor a municipalização da educação. Constataram com a firme oposição e a luta dos professores.

O atual governo do PSD/CDS volta agora a ensaiar tal processo (desta vez abrangendo o ensino secundário, o ensino básico e a educação pré-escolar) com objetivos de alijar responsabilidades e continuar a abrir caminho para a privatização da educação.

A FENPROF continuará a defender a descentralização do sistema educativo e a bater-se pela criação de conselhos locais de educação de âmbito municipal e participação comunitária, com poderes próprios de decisão em questões de âmbito municipal. A FENPROF sempre recusou e continuará a opor-se a que as matérias relacionadas com o exercício da profissão docente, nomeadamente salários, concursos, avaliação do desempenho, poder disciplinar, organização e funcionamento das escolas, sejam transferidas para os municípios.

Pela requalificação do parque escolar

A FENPROF exige:

- Que seja completada, com urgência, a retirada, nas escolas, dos revestimentos de amianto que se mostrem perigosos para a saúde pública;
- O prosseguimento da requalificação do parque escolar, retomando projetos parados a pretexto da reestruturação da Parque Escolar, incluindo as obras inacabadas em muitas escolas, o que as tornam espaços descaracterizados e pouco humanizados, impróprios para a concretização do ato educativo.

Reforçar o caráter inclusivo da escola

A FENPROF reclama:

- A discussão séria e alargada para uma profunda reorganização do setor com uma inadiável revisão da legislação da educação especial e da intervenção precoce;
- A revogação da Portaria 275-A/2012, de 11 de setembro (“regula o ensino de alunos com currículo específico individual”);
- A colocação de docentes no ensino secundário, também por força do alargamento da escolaridade obrigatória, e ainda ao nível do Ensino Superior;
- A colocação de outros profissionais como assistentes operacionais, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas, entre outros;
- Uma formação inicial, especializada e contínua, adequada e de qualidade, que suporte o reforço do caráter inclusivo da escola pública.

A FENPROF defende que todos os alunos com necessidades educativas especiais têm direito aos apoios especializados e às medidas de discriminação positiva, independentemente do grau, natureza ou tempo de duração daquelas necessidades.

Educação pré-escolar, primeira etapa da educação básica

Foi com apreensão que a FENPROF viu ser criado, por despacho, um grupo de trabalho, constituído por elementos do Instituto da Segurança Social, Direção Geral da Segurança Social e pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, sendo nele ainda envolvidos a Associação Nacional de Municípios Portugueses, Confederação das IPSS, União das Misericórdias Portuguesas, para se pronunciarem sobre o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

A perspetiva do governo parece apontar para a atribuição a este setor de educação de uma missão essencialmente social. A FENPROF rejeita esta visão e reafirmará a defesa de uma rede pública de educação pré-escolar do MEC que garanta o acesso de todas as crianças; continuará a defender a obrigatoriedade da sua frequência para as crianças no ano que antecede a sua entrada no 1.º ciclo do ensino básico e a aplicação do conceito de universalização aos grupos etários anteriores.

Por uma nova escola do 1.º ciclo do ensino básico

O 1.º ciclo do ensino básico (CEB) tem sido francamente desvalorizado pela política do atual e dos anteriores governos. A criação de centros educativos e a melhoria de recursos físicos e materiais não disfarçou os problemas que continuam a afetar este setor de ensino. Alguns agravaram-se, mesmo. Para isto contribuíram motivos diversos, entre os quais releva a integração em mega-agrupamentos que têm vindo a ser impostos pelos governos.

O 1.º CEB é um setor para o qual parece não haver uma estratégia de futuro, antes navegando ao sabor das disponibilidades dos agrupamentos, no que respeita a recursos humanos, e dos municípios, no que respeita a recursos materiais. Também a introdução de exames do 4.º ano de escolaridade surge como um verdadeiro atentado pedagógico que urge eliminar quanto antes.

É neste quadro que a FENPROF defende:

- A eliminação dos exames no 1.º CEB;
- O reforço do currículo escolar, em todas as suas dimensões, e a desescolarização das atividades desenvolvidas no período de prolongamento do horário;
- A reorganização dos processos de coadjuvação que deverão ser assegurados por equipas educativas a criar nos agrupamentos de escolas, ao invés de estarem dependentes das disponibilidades eventuais de recursos humanos;
- A reavaliação da rede com vista à sua reestruturação de acordo com as necessidades identificadas pelas comunidades educativas, garantindo que não há deslocações com duração superior a 30 minutos e que são devidamente asseguradas as respostas



sociais aos níveis das refeições e da ocupação dos tempos livres;

- A redução da duração da componente letiva dos horários dos professores, favorecendo a qualidade da atividade docente, incluindo a sua organização e preparação;
- O redimensionamento das estruturas de gestão intermédia de participação dos docentes, nomeadamente os conselhos de docentes.

Pela valorização e dignificação do ensino profissional

Ao longo dos últimos anos o ensino profissional e qualificante tem sido um dos instrumentos mais utilizados pelos sucessivos governos no combate ao abandono e insucesso escolar, o que seria aceitável se, simultaneamente, não tivessem sido desenvolvidas práticas e políticas que levaram às suas estigmatização e desvalorização.

A FENPROF opõe-se liminarmente a que as vias profissionais e vocacionais sirvam para a seleção e discriminação precoce das crianças e jovens com mais dificuldades de aprendizagem, numa conceção retrógrada e elitista da educação e formação, contrária à Constituição da República e à Lei de Bases do Sistema Educativo.

A FENPROF continuará, por isso, a exigir do Estado medidas concretas de valorização, consolidação e dignificação das vias profissionais e qualificantes, também através do aumento da sua oferta pública, bem como da promoção da sua democraticidade e qualidade.

A FENPROF defende que no ensino secundário haja uma diversificação de vias e de consolidação de percursos formativos (gerais, técnicos, profissionais e artísticos) que se concretizem em respostas adequadas às diferentes motivações, vocações e expectativas dos jovens, assegurada que

“**O ensino de qualidade envolve múltiplas variáveis: organização, inovação, participação, docentes motivados e com boas condições de trabalho.**”

esteja a articulação e a permeabilidade que permita a transferência de uns para outros, assim como o prosseguimento de estudos.

Em defesa da diversidade e da qualidade do ensino

Ensino e educação são conceitos diferentes. No ensino organizam-se atividades didáticas com vista à aprendizagem de áreas científicas do conhecimento. Na educação, o foco é integrar ensino e vida, conhecimento e ética, reflexão e ação.

O ensino de qualidade envolve múltiplas variáveis: organização, inovação, participação, docentes motivados e com boas condições de trabalho.

A progressiva extinção das áreas curriculares não disciplinares e a menorização de outras, o número excessivo de alunos por turma, a procura de uma seleção precoce para um ensino de “segunda via”, o aumento da carga horária dos docentes, os mega-agrupamentos e a visão financeira da educação arrastam-nos para um ensino empobrecido que promove o abandono escolar e o acentuar das desigualdades de oportunidades: ou seja, um regresso ao passado.

É neste quadro que a FENPROF exige que a escola tenha recursos que potenciem as capacidades de cada um dos seus alunos

em todas as vertentes da educação e ensino (técnicas, artísticas e científicas). A FENPROF sublinha que a concretização deste objetivo exige que o desenho curricular promova a formação integral das crianças e dos jovens, o que passa por garantir adequadas condições de trabalho, de estabilidade e respeito pela profissão docente. Sublinha, ainda, que é imprescindível criar condições de verdadeira motivação dos docentes.

Garantir e desenvolver a educação e formação de adultos

Afirmar a escola pública implica, também, defender o direito dos adultos à educação e à formação e sublinhar a escola pública como um espaço fundamental onde esse direito pode e deve ser assegurado.

O trabalho que nos últimos anos foi desenvolvido em muitas escolas por milhares de professores demonstra a importância que as escolas podem assumir neste campo e o seu indispensável contributo para a valorização e dignificação de todos quantos, por motivos diversos, viram os seus percursos educativos interrompidos.

Os professores não podem aceitar o ataque que está a ser feito à educação de adultos nem que a escola pública seja impedida de continuar a ser um espaço de valorização e desses processos.

A FENPROF reafirma a educação de adultos como uma função essencial do Estado e o papel da escola pública no cumprimento de uma educação verdadeiramente democrática a que todos tenham acesso.

Criar condições efetivas para o cumprimento da escolaridade obrigatória de 12 anos

Uma escolaridade obrigatória de 12 anos é condição importante para dotar a nossa população estudantil dos instrumentos necessários a uma boa formação para a vida e que possibilite o desenvolvimento das pessoas e do país.

A FENPROF sempre defendeu esta medida antecedida de um efetivo combate ao insucesso e abandono escolares, o que não foi devidamente acautelado. Ao invés, as restrições hoje colocadas à educação atuam em sentido contrário.

A resposta a esta situação exige um claro reforço de recursos humanos, materiais e pedagógicos que possibilitem respostas de qualidade por parte de todas as escolas. Digase, seria o oposto do que está a acontecer.

A FENPROF assume a sua responsabilidade de contribuir, juntamente com outros parceiros educativos, organismos e instituições portuguesas interessadas, para uma sustentada revisão curricular que conduza a uma melhor formação humana e técnica de todos os portugueses.

Desenvolver o ensino superior

Portugal precisa de aumentar o número de



cidadãos com formação superior, designadamente para atingir as metas definidas na estratégia Europa 2020. O ensino superior tem de crescer, atraindo mais estudantes. Isto consegue-se, não com a asfixia financeira das instituições, mas com níveis de financiamento adequados e com o desenvolvimento do imperativo constitucional da gratuidade do ensino.

A rede pública do ensino superior não é exagerada e desempenha um papel fundamental na fixação da população e na coesão nacional. A FENPROF defende a manutenção das atuais instituições, sem prejuízo de uma harmonização e a racionalização da oferta formativa, nomeadamente no âmbito regional.

Apostar na investigação científica

Portugal registou nos últimos anos avanços consideráveis na formação avançada e na investigação científica realizada nas instituições do ensino superior. São avanços que urge consolidar. O aproveitamento das potencialidades da atual geração de investigadores com bolsas de pós-doutoramento e contratos precários exige a abertura de posições de carreira nas universidades, nos politécnicos e nos laboratórios de Estado. A FENPROF defende a valorização da carreira de investigação científica, tornando-a atrativa

e reduzindo o elevado nível de precariedade que a marca.

A par da existência de financiamentos competitivos, as unidades de investigação positivamente avaliadas têm de continuar a dispor de um financiamento nacional de base estável e plurianual. A FENPROF rejeita um modelo de financiamento assente, exclusivamente, numa competição liberal e pouco transparente que matará a investigação em áreas e regiões onde está menos consolidada.

Dignificar e respeitar os docentes do ensino privado

A FENPROF continuará a defender a dignificação das carreiras dos docentes do ensino particular e cooperativo, designadamente evitando os despedimentos ilegais. Lutará pelo cumprimento integral do contrato coletivo de trabalho em vigor, nomeadamente quanto à organização do horário letivo dos docentes.

No que respeita ao ensino superior, a FENPROF lutará pela criação, negociada, de um instrumento regulador da contratação e da carreira dos docentes e investigadores.

Quanto ao ensino profissional, a FENPROF continuará a pressionar a Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO) para concluir o processo de negociação coletiva iniciado há vários anos, com o ob-

jetivo de se obter um contrato coletivo de trabalho que reflita as especificidades deste setor, nomeadamente no que concerne às regras relativas ao horário de trabalho e à organização das diversas componentes da função docente e às respetivas carreiras.

No que respeita às instituições particulares de solidariedade social, às misericórdias e mutualidades, a FENPROF continuará a exigir a fiscalização destas instituições, que são subsidiadas através do Orçamento do Estado, a defender que parte desta verba seja utilizada também para aumentos sala-

Defender o ensino português no estrangeiro, respeitar a constituição

O ensino português no estrangeiro (EPE) tem vindo a ser alvo de um indesejável desinvestimento que leva à redução do número de alunos que o frequentam. A FENPROF considera que está por cumprir o desígnio constitucional que estabelece que na realização da política de ensino incumbe ao Estado “assegurar aos filhos dos emigrantes o ensino da língua portuguesa e o acesso à cultura portuguesa” - al i) do art.º 74.º da CRP.

Nesse sentido, a FENPROF defende:

- A adequação dos programas e materiais de ensino, bem como das metodologias, tendo em atenção os diversos contextos e realidades em que o EPE se desenvolve;
- A disponibilização de formação contínua gratuita a todos os docentes do EPE;
- A eliminação da propina imposta pelo governo às famílias dos alunos que frequentam o EPE;
- A atualização dos salários dos docentes, considerando o custo de vida nos países onde exercem a sua atividade;
- O pagamento das deslocações dos professores entre escolas onde exercem funções;
- A regularização da situação de comissão de serviço;
- O alargamento da rede de EPE a países onde as comunidades portuguesas são significativas, nomeadamente nos Estados Unidos da América, Canadá e na América Latina.

Valorizar o ensino artístico

A FENPROF opõe-se a medidas que tendem a considerar o ensino artístico como “dispensável” e não estruturante da formação integral das crianças e jovens. Nesse sentido, a FENPROF considera necessário garantir:

- A estabilidade, nomeadamente mediante integração nos quadros de escola/agrupamento aos docentes que, nas escolas básicas e secundárias, asseguram as atividades de índole artística, como o teatro, a música, a dança e ateliés de artes várias;
- A estabilidade dos docentes das escolas especializadas de ensino artístico mediante a adequação da dimensão dos seus quadros às necessidades permanentes de serviço, bem como a sua integração na carreira;
- Às escolas particulares e cooperativas que asseguram ensino artístico vocacional

em áreas onde não há oferta pública, ou esta é insuficiente, o financiamento necessário ao desenvolvimento digno das suas ofertas.

Combater a indisciplina e a violência

A indisciplina e a violência na escola são fenómenos que decorrem, em parte, da sociedade e do contexto familiar dos alunos. A situação de precariedade cada vez mais generalizada, vivida pelas famílias portuguesas, influencia e dificulta a existência de um bom clima de convivência escolar. O empobrecimento a que vastas camadas da população estão sujeitas agrava, sobremaneira, o quadro.

Esta constatação, como é óbvio, não significa a desresponsabilização da escola.

A FENPROF defende que a escola tem de ser dotada da necessária autonomia para agir e ensinar em função de quem a frequenta. A intervenção tem de fazer-se a vários níveis, que vão do reforço da autoridade do professor até ao modelo organizacional da escola e à própria organização do sistema educativo.

A criação de um “Observatório para a Não-violência e para a Convivência Escolar”, reivindicação que a FENPROF apresentou já em 2007, no âmbito de uma resolução aprovada no 7.º Congresso Nacional dos Professores, permitiria um melhor conhecimento e compreensão dos fenómenos em causa, facilitando uma intervenção mais consistente com os contextos. A FENPROF reitera essa proposta e, no essencial, as “12 medidas pela não-violência e convivência escolares” que a integravam.

As respostas sociais da escola pública

Num país com taxas de desemprego, pobreza e precariedade muito elevadas, com uma profunda desigualdade na distribuição da riqueza e em que as famílias são obrigadas a avultadas despesas com a educação das suas crianças e jovens, a ação social escolar é fator de discriminação positiva obrigatória para garantir a todos a igualdade de acesso e sucesso escolar.

Para isto a FENPROF:

- Defende que deve encetar-se um caminho de crescimento económico, valorização do trabalho, aumento dos salários e das pensões, maior justiça na distribuição da riqueza e elevação das condições de vida da população;
- Preconiza a organização de ocupação gratuita de tempos livres (não confundível com atividades de enriquecimento curricular), desenvolvida por profissionais não docentes, fora do horário letivo/curricular dos alunos e que respondam às necessidades das famílias;
- Exige o reforço da ação social escolar, reformulando os critérios de atribuição de apoios com vista a abranger mais alunos, bem como o aumento dos apoios nos transportes, alojamento, alimentação, livros e material escolar;

- Recusa veementemente a tentativa de introdução do “copagamento” na Escola Pública;

- Defende a gratuidade do ensino em todos os graus, admitindo um regime transitório que vise o fim das propinas, taxas e emolumentos hoje cobrados no ensino superior, no respeito pelo princípio da progressiva gratuidade estipulado na CRP;

- Exige a revisão dos critérios de atribuição de bolsas que permita que milhares de estudantes que vivem em condições económicas e sociais muito difíceis sejam elegíveis para efeito da sua atribuição;

- Reclama, ainda, o aumento do valor das bolsas por forma a que se ajuste à realidade das despesas a que se destina.

Exigir o cumprimento das leis

Talvez nunca, como hoje, se tenha assistido, por parte de um governo, a um tão manifesto desrespeito pelas leis em vigor. Pelas leis e pelos próprios tribunais, algo a que nem mesmo o Tribunal Constitucional escapou, quando, recentemente, chumbou quatro normas da Lei do Orçamento do Estado para 2013.

O MEC tem usado e abusado dessa postura, seja pela publicação de diplomas em evidente desrespeito pela lei da negociação, por legislação superior e até pela Constituição da República, seja pelo incumprimento de quadros legais específicos, como é o caso da continuada recusa em proceder ao pagamento voluntário das compensações por caducidade dos contratos previstas na lei.

A FENPROF, através dos departamentos jurídicos dos seus sindicatos, continuará a desenvolver todas as ações possíveis e necessárias à defesa da legalidade e dos interesses e direitos dos docentes, seja no apoio jurídico individualizado aos associados dos sindicatos, seja pela prossecução de ações de vários tipos, sobre os mais diversos assuntos e perante diferentes instâncias, quer judiciais, quer institucionais, sempre que a lei, os direitos individuais dos associados ou os superiores interesses da classe e da educação sejam colocados em causa.

Respeitar os direitos sindicais

A FENPROF reafirma que os direitos sindicais são para cumprir, respeitar e aprofundar. Assim, exige:

- Respeito pela representatividade das organizações sindicais, nomeadamente ao nível negocial;

- Respeito pela autonomia das organizações sindicais, no que respeita às formas de organização que pretendam adotar;

- Respeito pelo exercício dos direitos sindicais, incluindo a não limitação da utilização, pelos professores, dos créditos previstos para participarem em iniciativas de natureza sindical, desde que dentro do limite legalmente estabelecido, dentro ou fora do local de trabalho. ●



Iniciativas, ações e lutas

Uma forte luta em defesa do emprego, da estabilidade, dos direitos sociais e profissionais e dos salários, pensões e reformas. Uma luta em defesa do futuro!

Os docentes e investigadores têm visto degradarem-se as suas condições de trabalho, mas também de vida. Os fortíssimos cortes orçamentais impostos pelo governo à Educação têm sido atingidos pela aprovação de medidas que, para além de relevante impacto na organização e funcionamento das escolas, bem como na qualidade do ensino, se têm traduzido no despedimento de milhares de docentes contratados, no aumento fortíssimo de “horários-zero”, no aumento dos níveis de precariedade e instabilidade dos docentes, na perda de direitos profissionais e sociais, designadamente em situação de desemprego, doença ou aposentação, e numa fortíssima redução das remunerações em resultado dos cortes salariais e de pensões, do roubo de parte ou da totalidade dos subsídios e do violento aumento da carga fiscal.

O governo, promovendo uma louca escalada de empobrecimento dos portugueses com o intuito de servir os interesses da troika e a sua opção de classe, prepara-se para atacar, mais uma vez, os mais fracos, com destaque para idosos, desempregados, doentes e, em geral, os trabalhadores, desde logo os da administração pública.

Está para avançar o corte brutal nas funções sociais do Estado. Anunciado como sendo de 4.000 milhões de euros, o governo aponta-o agora para os 4.800 milhões, aos quais acresce outros 1.300

milhões, decorrentes, diz, do acórdão do Tribunal Constitucional sobre diversos aspetos do Orçamento do Estado para 2013. As medidas apresentadas pelo primeiro-ministro vão sentido de despedir, remeter para a mobilidade especial, desvalorizar a remuneração do trabalho, aumentar horários de trabalho, fragilizar apoios sociais, medidas que começaram a ser percebidas com a divulgação, em janeiro, do relatório conjunto FMI/governo e, mais tarde, pela boca da troika, no final da “sétima avaliação”.

Os professores, educadores e investigadores não ficarão de braços cruzados face a mais este gravíssimo atentado que terá trágicas consequências para as suas condições de trabalho e de vida.

A FENPROF, no âmbito da preparação do seu 11.º Congresso e, também, com o objetivo de contestar o governo e as suas políticas educativas, laborais e sociais, promoveu o debate e auscultação dos professores que designou por “Tolerância zero para com o governo e as suas políticas”, solicitando aos docentes que se pronunciassem sobre três aspetos essenciais: i) principais preocupações em relação ao futuro da Educação e da Escola Pública; ii) objetivos considerados prioritários para o desenvolvimento da luta dos professores; iii) lutas que consideradas mais adequadas e eficazes para travar a espiral negativa em curso e alterar o curso das atuais políticas governativas.

Das respostas dos professores resultam claras as preocupações em relação:

- Ao futuro da Escola Pública e ao prosseguimento de políticas de matriz economicista;

- Ao futuro da Profissão de Professor, nomeadamente em relação às condições gerais de trabalho, aos horários de trabalho e ao número de alunos por turma;

- Para além de tudo isto, os professores evidenciam grande preocupação com o seu futuro, com a sua vida profissional e social e temem o desemprego, a precariedade, a instabilidade crescente, a mobilidade especial e a manutenção dos cortes salariais e/ou o seu eventual agravamento.

Neste quadro tão negro em que também a Educação se encontra e que os professores sentem de forma particular, a FENPROF decide:

- A promoção de uma Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública, a realizar entre 14 de maio e 6 de junho (a seguir, sumariamente descrita), oportunidade, também, de envolvimento dos professores, educadores e investigadores nas respetivas regiões;

- Apelar a todas as organizações representativas de docentes e investigadores, sindicais, científicas ou profissionais, bem como outras que intervenham no âmbito da Educação, para se unirem:

- a) Pela demissão do atual governo, condição necessária para que se alterem as políticas em curso;

- b) Em defesa da qualidade do Ensino e da Educação e contra a degradação das condições de trabalho nas escolas;

- c) Em defesa da Escola Pública de matriz democrática e contra a privatização e/ou municipalização do ensino;

- d) Contra o desemprego, a precariedade e a crescente instabilidade imposta aos docentes;

- e) Contra a aplicação da mobilidade especial – “os professores são precisos nas escolas!”;

- f) Contra o aumento do horário de trabalho que degrada o desempenho docente e apenas pretende afastar professores da profissão;

- g) Contra novos cortes salariais, pela reposição de salários e subsídios e em defesa das tabelas salariais constantes dos estatutos de carreira;

- h) Contra o desmantelamento da Caixa Geral das Aposentações e o aumento dos descontos para a ADSE;

- i) Contra o agravamento da situação de aposentação e a redução das pensões.

- A convocação de uma Manifestação Nacional de Professores, Educadores e Investigadores, propondo-se a convergência entre todas as organizações de professores e a possibilidade desta ter lugar em 22 de junho;

- Face às medidas apresentadas pelo governo em 3 de maio, a FENPROF apela a todas as organizações sindicais de docentes para, em convergência, ser convocada greve ou greves, a realizar este ano letivo, coincidentes ou não com períodos de exames ou

avaliações. Dada a complexidade de uma greve neste período sensível do ano letivo, mas, igualmente, face à elevada gravidade da situação vivida pelos professores e as escolas, a FENPROF considera que a convocação desta(s) greve(s) deverá partir de uma ampla convergência entre as organizações que favoreça um quadro de grande unidade entre todos os professores, educadores e investigadores.

Campanha nacional em defesa da escola pública

De 14 de maio a 6 de junho, esta campanha percorrerá todos os distritos do continente e regiões autónomas e visa esclarecer a opinião pública para a importância de defender a Escola Pública, a sua qualidade, universalidade, o seu caráter inclusivo e democrático. Desenvolver-se-á a partir da circulação de uma viatura com mensagens de valorização da Escola Pública, um “roadshow” que se revelará através da imagem, do texto, da música, da intervenção política, do contacto com as populações e, como não podia deixar de ser, da participação das escolas, com a divulgação de um programa distrital para cada dia da caravana que fará a Campanha em Defesa da Escola Pública.

Ações gerais a desenvolver pelo movimento sindical e/ou outros movimentos

A FENPROF empenhar-se-á na mobilização dos professores, educadores e investigadores para que se envolvam nas ações e lutas convergentes com setores mais vastos do mundo laboral e da sociedade. O ataque aos direitos dos trabalhadores, aos direitos de cidadania, às funções sociais do Estado e à própria democracia deverá merecer uma forte resposta de todos, pelo que, sem prejuízo das ações específicas, a participação nas ações mais gerais, designadamente do movimento sindical, estará sempre na ordem do dia.

Assim, a FENPROF envolver-se-á, empenhadamente, na mobilização dos docentes para, em 25 de maio, se concentrarem junto ao Palácio de Belém, exigindo do presidente da República a demissão do governo, integrando-se na manifestação nacional convocada pela CGTP-IN. Também nos dias 10 e 24 de maio, a FENPROF participará no “Buziã Nacional de Protesto”, convocado pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública.

Também a convergência na ação com outras organizações do movimento sindical docente deverá ser considerada sempre que contribuir para reforçar a luta dos professores em defesa da Profissão e da Escola Pública. É neste sentido que a FENPROF manifesta disponibilidade para participar em reuniões com outras organizações de professores, aí articulando posições e ações que visem obter os resultados previstos nesta resolu-

ção, designadamente a rápida demissão do atual governo.

A FENPROF considera ainda importante a participação dos professores noutras ações de contestação das políticas do governo e da troika, nomeadamente na que está agendada para 1 de junho.

No plano internacional, a FENPROF continuará a aprofundar a cooperação e ação com o movimento sindical docente, seja nas instâncias em que participa formalmente - Internacional da Educação (IE) ou Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE), Forum Iberoamericano de Educação e CPLP/ Sindical de Educação -, seja pelo desenvolvimento de relações bilaterais com diversas organizações.

Considerando que é urgente reforçar o combate sindical contra o desinvestimento na educação e as políticas de austeridade largamente dominantes na Europa, a FENPROF continuará a aprofundar a convergência na ação também à escala europeia. Nesse sentido, no âmbito da campanha da IE, “Mobilizar por uma educação de qualidade” – uma campanha que vai decorrer até 5 de outubro de 2014 – empenhar-se-á nas iniciativas a desenvolver ao nível do CSEE, mostrando o impacto da austeridade e das políticas regressivas que estão em curso na degradação da qualidade da educação, nomeadamente aproveitando as eleições para o Parlamento Europeu, no próximo ano, como uma oportunidade para desenvolver uma campanha dirigida aos eurodeputados, de forma coordenada, nos vários países.

No âmbito da construção de alianças mais amplas, merece uma referência particular o Alter summit, plataforma europeia que já junta hoje mais de 140 organizações, entre as quais a FENPROF e a CGTP-IN, na luta contra as imposições da troika e o domínio dos mercados financeiros e em defesa de uma Europa de progresso e coesão social.

A FENPROF trabalhará ainda no reforço da construção de solidariedades com todos os povos em luta por uma outra distribuição da riqueza, a favor da defesa dos direitos sociais e da democracia.

Conferências/encontros nacionais

No quadro da sua ação, com vista a aprofundar a reflexão, a aprovar posições atualizadas e a decidir iniciativas e ações a desenvolver; também no quadro da sua ação de organização interna e com vista a reforçar a intervenção sindical em determinados setores que, sendo considerados importantes, apresentam dificuldades acrescidas de organização e funcionamento, serão promovidas, no curto e médio prazo, as seguintes iniciativas:

- Encontro Nacional do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Encontro Nacional sobre a Escola Inclusiva;
- 4ª Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação, a realizar em 2014;
- Iniciativas em torno da Profissão de



Professor, em 5 de Outubro, Dia Mundial dos Professores. Em 2013, o tema deverá centrar-se nas questões do stress e desgaste físico e psíquico dos docentes, decorrente do exercício continuado da profissão;

- Outras iniciativas – encontros, debates ou outras – sobre matérias relevantes para o futuro da Educação, da Escola Pública e da profissão docentes.

Aspetos de organização

A organização sindical é uma área crucial, mais ainda no contexto tão difícil como o que os trabalhadores vivem e que se reflete nos seus Sindicatos. A FENPROF tem descurado o trabalho nesta área e não pode nem deve continuar a fazê-lo. Compreender as causas dos movimentos de sindicalização e dessindicalização, organizar e reforçar os núcleos sindicais de base, reestruturar a organização, procurar medidas que permitam responder melhor num contexto de crise em que o desemprego afeta muitos docentes, em que os salários foram reduzidos e em que milhares se aposentam é um sério desafio que se coloca também à FENPROF. A criação de um Departamento de Organização, capaz de responder positivamente a este desafio, será prioridade para a FENPROF.

No mesmo contexto, a organização dos professores aposentados assume especial importância. A situação de aposentação é hoje muito complicada, face aos violentos cortes impostos e à perda de proteção social. A ação reivindicativa a desenvolver por este grande grupo de professores, milhares deles associados nos Sindicatos da FENPROF, exige uma resposta sindical ainda mais eficaz e forte. Neste sentido, terá lugar a reestruturação do Departamento de Professores Aposentados, já existente e com atividade relevante na FENPROF, mas a precisar de urgente reforço para a ação. Dando força a este propósito, realizar-se uma Conferência Nacional de Professores/as Aposentados/as.

Quadro de ações e lutas a desenvolver

6 de maio: Plenário de Dirigentes, Delegados e Ativistas da Administração Pública, às 10h30, junto do Ministério das Finanças, acompanhando a reunião entre a Frente Comum e o secretário de Estado da Administração Pública;

10 e 17 de maio: participação na ação a desenvolver no âmbito da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública;

14 de maio a 6 de junho: Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública promovida pela FENPROF;

25 de maio: Manifestação Nacional em Belém convocada pela CGTP-IN, pela demissão do governo;

Maio/junho (proposta aos sindicatos de professores): convocação de greve ou greves coincidentes ou não com o período de exames e/ou avaliações;

30 de maio: participação nos protestos contra o aumento de dias de trabalho gratuito, imposto com o fim dos feriados;

22 de junho (proposta): Manifestação Nacional dos Professores, Educadores e Investigadores.

Ações jurídicas

Tendo em conta a postura de contínuo desrespeito pelos quadros legais e até pelas instâncias judiciais, a FENPROF e os seus sindicatos não poupam esforços nem recursos no que respeita à ação no plano jurídico.

A curto prazo, esta ação centrar-se-á, por um lado, no prosseguimento das múltiplas ações que já decorrem, bem como na prossecução de outras, entretanto necessárias. Entre todas, destacamos as seguintes: em defesa da vinculação de docentes contrata-

dos com vários anos de contratos a termo que, cumprindo as condições previstas na lei geral do trabalho para o setor privado, nunca viram ser aplicadas ao setor público as normas para evitar o recurso abusivo ao trabalho precário, em violação, também, de uma diretiva comunitária que impunha a transposição para o direito nacional para todos os trabalhadores; as de exigência do pagamento de compensações por caducidade dos contratos, ações que são já da ordem dos milhares; as relativas a direitos de progressão na carreira não cumpridos por escolas e agrupamentos, a maior parte a deverem produzir efeitos ao ano de 2010; as relativas a processos de avaliação do desempenho docente; as relativas a despedimentos ilícitos; de contestação à imposição da contribuição extraordinária de solidariedade aos docentes aposentados; de contestação às ilegalidades subjacentes ao concurso externo extraordinário, à alteração do número e âmbito geográfico dos QZP e aos procedimentos dos concursos abertos no passado mês de abril, bem como à própria determinação de vagas, feita sem respeito pela rede escolar formalmente constituída.

Estes são exemplos entre as numerosas ações que a FENPROF e os seus Sindicatos têm e vão continuar a ter entre mãos.

Reforço da ação institucional

Para a FENPROF, a ação institucional assume um espaço muito relevante. Por esta via é possível apresentar preocupações e propostas, sendo também um caminho para o desbloqueamento de problemas. Assim, o desenvolvimento de contatos regulares com os grupos parlamentares e as direções partidárias, com diversas instâncias – técnicas e políticas – do MEC e do governo, a existência de reuniões com responsáveis da Provedoria de Justiça e da Procuradoria Geral da República, entre outras entidades, é de grande importância.

É também importante que continue a ter lugar o contato regular com o movimento associativo de pais e encarregados de educação, estudantes, associações profissionais e científicas de docentes, movimentos orientados para a defesa da Escola Pública, dos seus pilares fundamentais e das funções sociais do Estado, bem como outras entidades, organizações e instâncias que, em cada momento, se considerem adequadas, com vista a concretizar os objetivos definidos pela FENPROF para a sua ação.

No que respeita ao MEC, a FENPROF exige que o relacionamento institucional obedeça às regras de negociação coletiva legalmente estabelecidas e que o diálogo tenha consequências nas opções políticas tomadas. O respeito exigido pela FENPROF deverá ter ainda em conta o facto de ser a maior e mais representativa organização sindical dos professores, educadores e investigadores portugueses. •

Órgãos da FENPROF



Mário Nogueira, Secretário Geral



João Cunha Serra, Presidente do C. Nacional



Manuel Menezes, Presidente do C. Jurisdição

Conselho Nacional

João Cunha Serra, SPGL - Presidente do Conselho Nacional

Mário Nogueira, SPRC
 António Avelãs, SPGL
 Manuela Mendonça, SPN
 Anabela Sotaia, SPRC
 Joaquim Páscoa, SPZS
 Sofia Canha, SPM
 António Lucas, SPRA
 Carlos Pato, SPE
 Júlia Vale, SPN
 Manuel Pereira dos Santos, SPGL
 Ana Simões, SPZS
 Branca Gaspar, SPGL
 Adelaide Ribeiro, SPM
 Fernando Vicente, SPRA
 Anabela Delgado, SPGL
 Abel Macedo, SPN
 João Louceiro, SPRC
 Carlos Taveira, SPN
 Francisco Almeida, SPRC
 Albertina Pena, SPGL
 Henrique Borges, SPN
 Céu Silva, SPGL
 Dulce Pinheiro, SPRC
 Vanda Lima, SPGL
 Antónia Fialho, SPZS
 João Baldaia, SPN
 Ana Rita, SPRC
 Manuel Micaelo, SPGL
 Carlos Midões, SPN
 Rosa Gadanho, SPRC
 António Quitério, SPGL
 Manuel Nobre, SPZS
 Maria José Araújo, SPN
 Jaqueline Vieira, SPM
 Sofia Monteiro, SPRC
 José Domingues, SPN
 Maria Felizarda Barradas, SPGL
 Carla Marques, SPRC
 Rui Salgado, SPZS
 Mário Molinos, SPN
 Vítor Miranda, SPGL
 Isabel Passos, SPRC
 Ana Cristina Martins, SPGL

Rafael Tormenta, SPN
 José Alberto Marques, SPGL
 Helena Brites, SPRC
 Marco Rosa, SPZS
 Brígida Batista, SPGL
 Lurdes Veiga, SPN
 Célia Gaspar, SPRC

INDICADOS PELOS SP
 Ana Paula Simas, SPGL
 António Nabarrete, SPGL
 António Anes, SPGL
 Cremilde Canoa, SPGL
 Deolinda Fernandes, SPGL
 Filomena Ventura, SPGL
 Graça Sousa, SPGL
 José António Faria Pinto, SPGL
 José Feliciano Costa, SPGL
 Fátima Castro, SPGL
 Miguel Reis, SPGL
 Anabela Sousa, SPN
 Jorge Reis, SPN
 Berta Hernando, SPN
 João Paulo Silva, SPN
 José Augusto Cardoso, SPN
 José Manuel Costa, SPN
 Carlos Silva, SPN
 Pedro Oliveira, SPN
 Vítor Gomes, SPN
 António Caldeira, SPRC
 Fernandes Matos, SPRC
 Margarida Fonseca, SPRC
 Isaura Madeira, SPRC
 Luís Lobo, SPRC
 Celeste Duarte, SPRC
 Lurdes Santos, SPRC
 Vítor Godinho, SPRC
 António Pereira, SPZS
 Fé Carvalho, SPZS
 Céu Figueiredo, SPZS
 Maria Símplicio, SPZS
 Margarida Fazendeiro, SPM
 Nuno Fonseca, SPRA

Secretariado Nacional

Secretário-Geral:
 Mário Nogueira
SPGL
 Ana Cristina Martins
 Anabela Delgado
 António Avelãs
 Branca Gaspar
 Graça Sousa
 Manuel Pereira dos Santos
 Vanda Lima
SPN
 Abel Macedo
 Henrique Borges
 José Augusto Cardoso
 José Manuel Costa
 Júlia Vale

Manuela Mendonça
SPRC
 Anabela Sotaia
 Dulce Pinheiro
 Francisco Almeida
 Luís Lobo
 Margarida Fonseca
 João Louceiro
SPZS
 Ana Simões
 Antónia Fialho
 Joaquim Páscoa
SPM
 Sofia Canha
SPRA
 António Lucas

Dirigentes indicados pelo SPM, SPRA e SPE para o Secretariado Nacional nos termos do art.º 38º, n.º 4, dos Estatutos da FENPROF: Margarida Fazendeiro, **SPM**; Luísa Cordeiro, **SPRA** e Carlos Pato, **SPE**. Cooptação: Rui Salgado.

Conselho de Jurisdição

Presidente:
 Manuel Menezes, SPM
 Artur Baptista, SPGL
 Ana Aguiar, SPN

Isabel Melo, SPRC
 Rosete Silva, SPZS
 António Dutra, SPRA
 José Faria Pinto, SPGL

Resultados das eleições

Para o Conselho Nacional: Lista A (lista única) - **96,18%**

Para o Conselho de Jurisdição: Lista A - **90,7%**; Lista C - **6,60%**



À conversa com o Presidente da CNTE, Roberto Franklim Leão

10 por cento do PIB para a Educação no Brasil: um projeto nacional com pernas para andar!

JOSÉ PAULO OLIVEIRA (Jornalista)



“**Nos governos do Presidente Lula da Silva registaram-se avanços significativos na Educação no Brasil, em particular no campo do financiamento do ensino básico (FUNDEB). Mas há ainda um longo caminho a percorrer...**

Roberto Franklim Leão



As palavras são de Roberto Franklim Leão, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), num intervalo do recente 11.º Congresso da FENPROF, no Fórum Lisboa.

JF – O que é que está a bloquear o tal caminho de evolução do ensino no Brasil?

Roberto Leão (R.L.) – Sem dúvida, a atuação de alguns governadores... Como sabe, o Brasil é uma república federativa, com 26 estados, 5 565 municípios e um distrito federal. Os impulsos mais progressistas que vão sendo obtidos, por exemplo no plano da valorização dos profissionais e do financiamento da rede pública de ensino, encontram resistências e oposições em diversos pontos do país. Há interesses instalados...

JF – Como se pode lutar contra isso?

R.L. – A nossa prioridade é a implementação de um sistema nacional de educação que articule todos os sistemas. Assim, será possível superar desigualdades, respeitando as características e as culturas das diferentes regiões do nosso país.

JF – Com um sistema nacional, seria

possível atingir vários objetivos importantes... Pode apontar alguns?

R.L. – Temos três perspectivas essenciais: o financiamento, a valorização dos trabalhadores (docentes e não docentes) e a gestão democrática das escolas. Como disse no seminário internacional (“Os efeitos da crise na Educação e o necessário combate sindical”), realizado pela FENPROF na véspera deste impressionante 11.º Congresso, hoje, a grande luta que travamos no Brasil desenvolve-se em torno da reivindicação de 10 por cento do PIB para a Educação.

JF – Não é “sonhar alto”?

R.L. – (um sorriso) Não, não é nenhuma utopia... Repare: esta meta já foi aprovada na Câmara dos Deputados. Agora, falta o Senado... Mas com persistência, com mobilização dos trabalhadores e da opinião pública, com a nossa firme luta, é possível um investimento de 10 por cento do PIB na Educação, um pilar da sociedade, uma base sólida para a construção do futuro de uma grande nação. O texto do Senado, relativo a esta proposta, retirou cirurgicamente a palavra “pública”, ou seja: o Senado estaria

de acordo com os tais 10 por cento para a Educação (mas alguém teve o cuidado de deixar cair a palavra pública). Mas nós estamos atentos e pressionamos para que a expressão educação pública seja reposta naquele documento do Senado.

JF – Que prazo é que a CNTE encara como possível para a concretização deste ambicioso projeto?

R.L. – Ambicioso mas realista. Dez anos. Numa década, com um trabalho coerente, será possível atingir esse valor.

JF – Esse projeto não pode passar despercebido fora das fronteiras do país irmão...

R.L. – Sim, temos a plena noção da importância deste projeto para o povo e para o futuro do Brasil, mas temos também a consciência de que, no momento que estamos a viver no plano internacional, isto pode servir de exemplo para outros países, desenvolvendo dinâmicas sociais em torno da importância estratégica da Educação pública, de qualidade, para todos.

Recentemente, em Brasília, uma delegação da CNTE, que integrei, participou numa sessão pública na Câmara dos Deputados

Os lucros do petróleo ao serviço da Educação

O Brasil tem reservas de petróleo em grandes proporções. A riqueza obtida com o “ouro negro” pode vir a contribuir para um grande salto qualitativo da educação, do ensino e da formação no Brasil. O dirigente da CNTE confirma essa perspectiva.

A ideia é que os 100 por cento do lucro que a administração central recebe pelo crude extraído venham a ser investidos, na totalidade, na esfera da Educação.

“A Presidente é a favor”, sublinha Roberto Franklim Leão. A maioria dos governadores e dos autarcas não está em sintonia com esta proposta.

“Muitos políticos no Brasil continuam a manobrar do sentido de conduzir o investimento para outras áreas, que em nossa opinião não são as prioritárias. Se queremos um país evoluído, se queremos realmente pensar nas novas gerações, se queremos preparar a sociedade para os desafios do futuro, então o melhor caminho é investir na Educação. Vastos sectores da sociedade brasileira acompanham esta reflexão”, destaca o dirigente sindical.

“Os professores”, salienta, “estão profundamente envolvidos nesse combate. Nesse e noutros, como a regulamentação do direito à negociação coletiva, respeitando a Convenção da OIT (Organização Internacional do Trabalho)”.

CNTE: Um milhão de sindicalizados

Em 1990 a Confederação dos Professores do Brasil (CPB) passou a chamar-se CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, num Congresso extraordinário que teve como objetivo central unificar várias Federações setoriais da educação.

Com a unificação da luta dos trabalhadores do setor da Educação e o surgimento de novas regras de organização sindical, a CNTE ganha força com a filiação de 29 entidades. Atualmente, a CNTE, com sede em Brasília é a segunda maior Confederação brasileira, está filiada na CUT, conta com cerca de um milhão de associados e reúne hoje 44 entidades filiadas, sendo 27 estaduais, 15 municipais e duas distritais. A exploração do trabalho infantil, a reforma agrária, o emprego, a saúde no trabalho, o racismo e as desigualdades de género, são matérias que a CNTE tem presentes na sua intervenção, para além, naturalmente, de matérias relacionadas com a vida dos profissionais da Educação.

Tal como a FENPROF, a CNTE integra a IE, Internacional de Educação. Pertence também à CEA, Confederação de Educadores Americanos.

26 de junho de 2012: Uma data histórica

Depois de muita pressão da sociedade civil, a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8035/10) aprovou no dia 26 de junho de 2012 a aplicação de 10 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do País em políticas da área da Educação, num horizonte de 10 anos. A conquista foi comemorada pela CNTE, com grande entusiasmo. “Foi uma vitória da mobilização organizada, da persistência, dos que nunca desistem e que sabem que é importante a pressão sobre o parlamento de uma maneira democrática.

Vitória da CNTE, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, enfim, uma vitória de quem defende a educação pública de qualidade, socialmente referenciada”, como na altura sublinhou à comunicação social o presidente da Confederação, Roberto Franklim de Leão, que acrescentaria: “Temos que estar atentos para que não haja nenhum desvio no meio do caminho. Para que possamos efetivamente ver esse dinheiro lá na escola, ajudando a melhorar as condições de trabalho, de ensino e de aprendizagem e de carreira dos professores”. | JPO •

com a presença de 500 trabalhadores da Educação e reuniu com os presidentes do Senado, Renan Calheiros e da Câmara, Henrique Alves, com o senador José Pimentel, relator do Plano Nacional de Educação, com o senador Wellington Dias, líder do PT no Senado e Henrique Paim, secretário executivo do MEC.

Isto mostra a representatividade consistente da CNTE, já que raramente os presidentes da Câmara e do Senado marcam uma audiência conjunta. Renan Calheiros comprometeu-se a acompanhar pessoal-

mente o desenvolvimento do PNE (Plano Nacional de Educação), o que pode acelerar a análise e a votação do projeto no Senado.

O compromisso do Presidente do Senado é muito significativo e pode fazer com que o PNE ande mais rápido, superando barreiras e evitando contratempos, porque não é bom para o país ficar três anos sem ter um enquadramento da Educação. Para que o PNE seja aprovado no primeiro semestre é necessário muita pressão em cima do Senado, muito diálogo e mobilização. A CNTE tudo fará pelo êxito deste combate. •

Angeliki Fatourou, dirigente da OLME: Tal como em Portugal, lutar é o caminho na Grécia!



“Um número crescente de crianças com fome nas escolas, é uma das faces do empobrecimento da sociedade grega. Segundo números oficiais, o país regista já uma taxa de desemprego de 27 por cento; entre os jovens, essa taxa ultrapassa mesmo os 50 por cento!”.

Angeliki Fatourou

A sindicalista Angeliki Fatourou, dirigente da OLME, federação que reúne 89 sindicatos, falou à reportagem do JF durante o Congresso da FENPROF, e deu-nos um cenário da devastação que as políticas submissas à *troika* têm provocado no campo da Educação, no seu país.

“Os últimos anos têm sido marcados pelo encerramento de escolas e universidades nas regiões. A nível do ensino primário e secundário, além de fecharem escolas, aumentam o número de alunos por turma, degradam as condições de trabalho, reduzem os salários dos professores e, recentemente, aprovaram o aumento de duas horas nos horários de trabalho”.

E acrescenta: “Para se ter uma ideia do corte salarial imposto, atente-se nestes números: os professores em início de carreira que tinham um salário médio de 1050 euros recebem agora 620 euros... Muitos deles percorrem longas distâncias entre a residência e o local de trabalho. É impossível viver na Grécia com estes salários!...”

Redução impressionante do número de professores

A redução dos professores aponta para números impressionantes. Entre 2010 e 2012, o sistema público de ensino no primário e secundário perdeu 12 por cento dos docentes. Entre os professores “contratados”, essa quebra aproximou-se dos 90 por cento. Enquanto nos avança estes “números infelizmente bem reais”, Angeliki Fatourou chama a atenção

para as consequências de uma política que despreza o ensino e os seus profissionais: “Para onde querem conduzir o país? Como é que se recupera e desenvolve uma nação, deixando cair essa base fundamental que é o ensino, a educação e a formação?”

O exemplo de Ática

Ainda a propósito da redução de professores e da aglomeração dos alunos em salas de aula, a dirigente sindical dá-nos o exemplo da região de Ática. No ensino primário 185.863 alunos, numa primeira decisão dos responsáveis políticos, foram colocados em 9.524 salas de aula.

Depois de uma média de 20 alunos por sala, passou-se para 25, com a conseqüente redução do número de salas e de horas de trabalho – qualquer coisa como 62 580 horas semanais, o que corresponde a 2 845 postos de trabalho. Se somarmos a isto, o aumento do número de horas no horário dos docentes, a situação provocou, só na região de Ática, quase 4 000 postos de trabalho a menos.

Lutar é o caminho

Angeliki Fatourou sublinha que os docentes, como os trabalhadores da Grécia, a começar pelos da administração pública, estão conscientes que só a unidade, o protesto e a luta podem conduzir a alterações neste “caminhar para a catástrofe”.

Em cima da mesa, no momento em que a dirigente sindical falava à reportagem do JF, estava o debate em torno de uma greve em período de exames. | JPO •

Espanha

Plataforma pela Escola Pública exige diálogo

A representativa Plataforma Estatal pela Escola Pública, que integra os sindicatos dos profissionais da Educação e organizações representativas das famílias/pais e encarregados de educação e dos estudantes exige ao Presidente do Governo espanhol uma inversão nas políticas educativas e a abertura do diálogo responsável, tendo em vista a resolução dos graves problemas que afetam o setor. No centro das reivindicações está o fim dos cortes na Educação e a retirada do anteprojeto de Lei Orgânica da Qualidade Educativa (LOMCE). Muitas vezes se ergueram já contra aquele projeto, mesmo no Conselho

de Estado. Com o apoio massivo de diversas organizações e sublinhando o envolvimento de largos milhares de cidadãos nas ações públicas de protesto já realizadas no país, a Plataforma exige a retirada imediata daquele anteprojeto de Lei, assim como a suspensão imediata de todas as iniciativas empreendidas pelo Governo de Rajoy em matéria educativa, que “estão a lesar gravemente o direito à Educação”.

Desigualdade

A *Plataforma* acusa o Executivo de insistir em políticas que têm como principal objetivo “implantar as bases de um modelo social e

produtivo baseado na desigualdade”. A Plataforma Estatal pela Escola Pública exige “a abertura de um processo de diálogo e negociação com a Comunidade Educativa para que se possam pôr em marcha as medidas que a Educação realmente necessita”, reunindo “um consenso básico que dê estabilidade ao sistema educativo” e elevando esta matéria a “uma questão de Estado”. As medidas que o Governo definiu com esta reforma planeada pelo Ministério da Educação, a aplicarem-se, representariam “um grave retrocesso” no sistema educativo e na sociedade espanhola, alerta a Plataforma, em carta dirigida a Rajoy no passado dia 16 de Maio. | JPO •



Workshops no Museu do Neo Realismo, em V. Franca O mundo fascinante da Gravura

Desenvolver as capacidades individuais ao nível da criatividade e da expressão plástica através dos diversos aspetos técnicos e históricos da Gravura, é a grande aposta do conjunto de workshops que o Museu do Neo Realismo (MNR), em Vila Franca de Xira, programou para os dias 19 (linogravura) e 26 de maio (xilogravura) e 16 de junho próximo (calcografia).

Partindo das obras apresentadas na exposição “A doce ácida incisão – a Gravura em contexto (1956-2004)”, que pode ser visitada no MNR até 23 de junho, pretende-se, como sublinha o prestigiado museu ribatejano, familiarizar os participantes – a partir dos 15 anos – com as principais técnicas, materiais e instrumentos utilizados naquela prática. As sessões têm a duração de três horas e

trinta minutos, reúnem um máximo de 12 participantes cada e decorrem sob orientação de Maria João Pacheco. | JPO •

“A doce ácida incisão – a Gravura em contexto (1956-2004)”

A exposição efetua um périplo pela atividade da Gravura – Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses, apresentando um conjunto de 128 obras das mais significativas editadas entre 1956 e a década de 1980. Será também ocasião para a apresentação de um núcleo documental sobre a história da Gravura.

Fundada em 1956, a Gravura correspondeu à ambição de democratização das práticas artísticas através da difusão de obras gravadas, simbolicamente a simbiose entre a artesanaria da prática artística e a produção de múltiplos que transportassem a arte para públicos mais

amplos. Inicialmente muito ligada ao movimento neorrealista, a Gravura cruzou o seu caminho com a Seara Nova, mas também com os experimentalismos da década de 1970, mantendo uma intensa atividade de produção, formação e exposição.

O conjunto de peças selecionadas inclui obras de alguns dos mais relevantes artistas portugueses da segunda metade do século XX, fazendo um percurso pelas várias tipologias, estratégias e metamorfoses do uso da gravura.

A exposição é também ocasião para a publicação de um catálogo raisonné das edições da cooperativa, que inclui ensaios que fazem a história desta instituição, enquadrando-a na história portuguesa do século XX. /Exposição com curadoria de David Santos e Delfim Sardo. •

+ INFO www.museudoneorealismo.pt

Teatro FITEI 2013



Este ano, o FITEI associa-se às celebrações do Ano do Brasil em Portugal como entidade acolhedora de algumas das melhores peças do teatro brasileiro. No Ciclo FITEI, o Teatro Nacional de São João, o Teatro Carlos Alberto (TeCA) e o Mosteiro de São Bento da Vitória apresentam produções de Salvador da Bahia, Minas Gerais, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, com a presença de Maria Bethânia para a interpretação de “Bethânia e as Palavras”, que interliga poemas de Fernando Pessoa e de Sophia de Mello Breyner nas suas canções. A Praça D. João I vai ser o palco para o espectáculo de encerramento do FITEI 2013 e do Ano do Brasil em Portugal com a apresentação da peça “Sua Incelência Ricardo III”, a partir de William Shakespeare pelo Grupo de Teatro Clowns de Shakespeare (Natal, Rio Grande do Norte). O programa completo do FITEI foi divulgado a 15 de Maio. •

Curso livre Eça de Queirós: o homem e o artista

Dar a conhecer o romancista português e aprofundar e debater alguns aspetos mais polémicos da sua obra, são os objetivos centrais do Curso Livre “Eça de Queirós: o Homem e o Artista” que decorre neste mês de maio, na Biblioteca Municipal de Alpiarça, sob orientação da Drª Ana Margarida Dinis Vieira. A última sessão decorrerá a um sábado, incluindo uma visita guiada à Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça, pelo seu Conservador, Dr. Nuno Prates, na sequência da comunicação “José Relvas, um leitor/admirador de Eça de Queirós”. | JPO •

+ INFO
<http://alpiarca.pt/biblioteca>



Ao vivo “Peixe Lua” na Culturgest

A Culturgest, em Lisboa, apresenta até 26 de maio, nas suas instalações, o espetáculo “Peixe Lua”, para maiores de 6 anos. Trata-se de uma “performance” plástico-sonora, dirigida a famílias e a grupos organizados, que aborda música vocal de diversas épocas e geografias, bem como a utilização de elementos e materiais da natureza enquanto fontes sonoras e musicais. A paleta musical deste projeto recorre às possibilidades sonoras de ramos, troncos, pinhas, pedras e água. É necessária marcação prévia. A última sessão para famílias realiza-se no dia 26 de maio, às 16h00. O espetáculo, com duração de 30 minutos, comporta um máximo de 50 participantes. Para inscrições e informações, contactar o Serviço Educativo da Culturgest pelo telefone 21 761 90 78 (10h30-12h30 / 14h30-17h), pelo fax 21 848 39 03 ou por e-mail culturgest.servicoeducativo@cgd.pt. •

+ INFO
www.culturgest.pt/se/2013/02/08-peixe-lua.html

